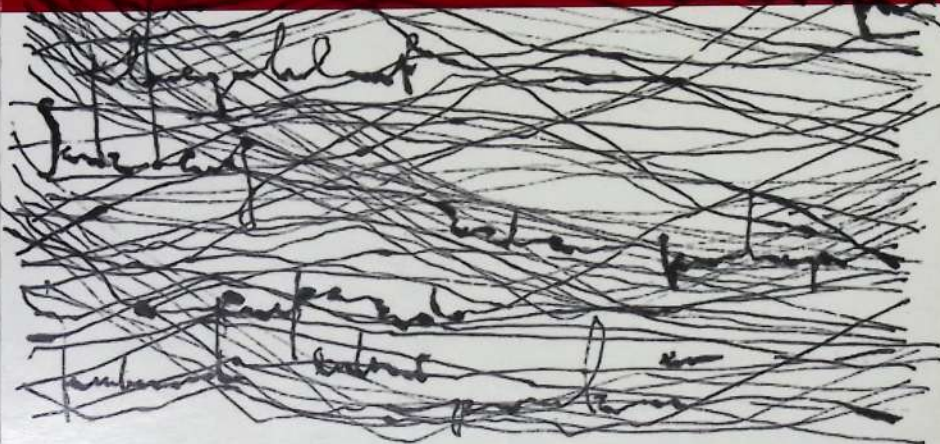


LIBERDADE DE EXPRESSÃO,

direito à informação nas sociedades latino-americanas



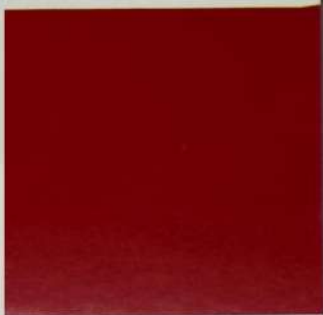
Organização: Cremilda Medina
NOVO PACTO DA CIÊNCIA 11



SECRETARIA DE
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

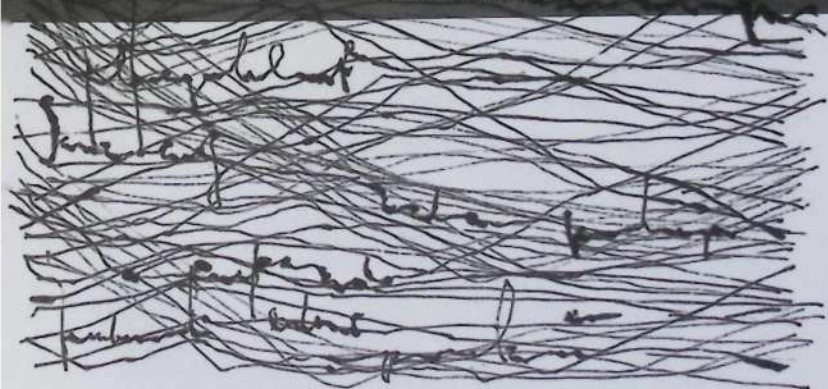


GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO



LIBERDADE DE EXPRESSÃO,

direito à informação nas sociedades latino-americanas



Organização: Cremilda Medina
NOVO PACTO DA CIÊNCIA 11



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Governador
Secretário de
Relações Institucionais

Alberto Goldman

Almino Monteiro Álvares Affonso



FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA

Diretor Presidente
Diretor do Centro Brasileiro de
Estudos da América Latina
Diretor de Atividades Culturais
Diretor Administrativo e Financeiro
Chefe de Gabinete da Presidência

Fernando Leça

Adolpho José Melfi
Fernando Calvozo
Sérgio Jacomini
José Osvaldo Cidin Válio

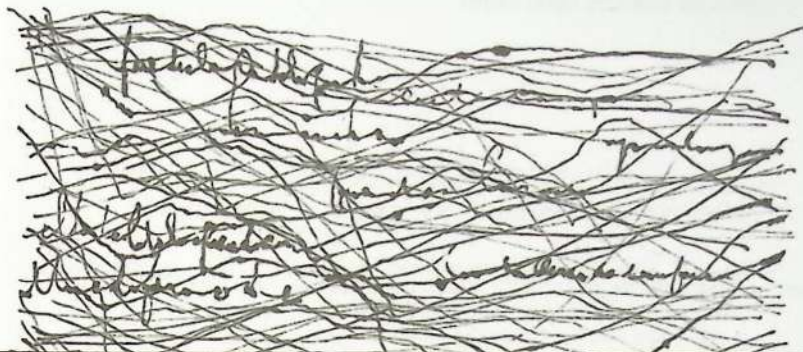
DEPARTAMENTO DE PUBLICAÇÕES
Gerente/Editora Executiva

Leonor Amarante

CONSELHO CURADOR

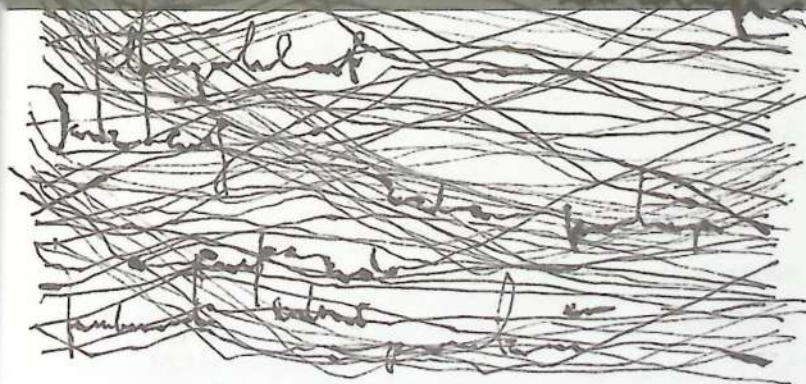
Presidente
Secretário da Cultura
Secretário de Desenvolvimento
Reitor da USP
Reitor da UNICAMP
Reitor da UNESP
Presidente da FAPESP

Almino Monteiro Álvares Affonso
Andrea Matarazzo
Luciano Santos Tavares de Almeida
João Grandino Rodas
Fernando Ferreira Costa
Herman Jacobus Cornelis Voorwald
Celso Lafer
José Vicente
Jorge Caldeira



LIBERDADE DE EXPRESSÃO,

**direito à informação nas sociedades
latino-americanas**



Organização: Cremilda Medina
NOVO PACTO DA CIÊNCIA 11

MEMORIAL

Copyright© 2010 dos autores
Todos os direitos reservados

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, São Paulo)

L666 Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades
latino-americanas / organizadora Cremilda Medina.
- São Paulo : Fundação Memorial da América Latina, 2010.
160 p.

ISBN 978-85-85373-94-8

1. Liberdade de expressão – América Latina.
2. Comunicação – América Latina. 3. Política – América Latina.
I. Medina, Cremilda, org.

CDD – 323.445098

Ficha catalográfica elaborada por Rejane do Desterro de Moura Alves CRB8ª – 6169

Foi feito depósito legal na Biblioteca Nacional
(Lei nº 10.994, de 14/12/2004)

Fundação Memorial da América Latina

Av. Auro Soares de Moura Andrade, 664
Barra Funda
01156-001
Tel.: (011) 3823 4600
Fax: (011) 3823 4611
www.memorial.sp.gov.br

Capa: Intervenção gráfica em desenho do artista plástico de León Ferrari

Sumário

Palavra da coordenação da Cátedra Unesco Memorial Adolpho José Melfi	11
Direito social à informação, uma conquista democrática? Cremilda Medina	13
Breve retrospectiva de dois dias de debates Cicélia Pincer	19
Da Nova Ordem da Informação à contemporaneidade latino-americana	
Doutrina do terror midiático Demétrio Magnoli	35
A Venezuela na mídia contemporânea Adrián José Padilla Fernández	53
Estado e o caso argentino Darío Pignotti	69
Dilemas e desafios da televisão pública na América Latina Pedro Ortiz	75
Colaboração, direito de autor e narrativas da contemporaneidade Marcia Blasques	95
Reflexão e experiências brasileiras	
Censura e democracia: o caso Estadão José Maria Mayrink	115

A mídia como campo de batalha	
Alberto Dines	125
Mídia privada, mídia pública e intervenções do Estado brasileiro	
Eugênio Bucci	135
O criador da assinatura coletiva	
Cremilda Medina	145

Apresentação

Nunca os países da América Latina viveram períodos tão longos sob o jugo de regimes democráticos, já que suas histórias recentes são marcadas pela presença de governos ditatoriais. A democracia latino-americana vem sendo paulatinamente consolidada nestas últimas duas décadas, apesar da existência de alguns percalços. Um desses percalços atinge a liberdade de expressão e o direito à informação da sociedade. Este foi o foco de um recente seminário realizado no Memorial da América, Liberdade de expressão/Direito à Informação nas Sociedades Latino-Americanas, quando jornalistas e acadêmicos se reuniram, sob a coordenação da Professora Cremilda Medina, para avaliar os cenários contemporâneos da América Latina, numa reflexão que se faz necessária “perante dúvidas que afloram nos países que, ao se pronunciarem democráticos, ameaçam o exercício do direito à informação com políticas comunicacionais restritivas ou mesmo atos censórios”.

Cremilda Medina, na apresentação do seminário, chama atenção para uma matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo* de 13 de dezembro de 2009, redigida por Sérgio Augusto e intitulada “Às favas com a livre imprensa”. Neste artigo, o colunista ressaltando o *sui generis* contexto latino-americano, escreve: “poucas vezes, em tempos de guerra e paz, a liberdade de imprensa esteve tão ameaçada como agora. Em plena revolução digital, com os meios de comunicação cada vez mais sofisticados, abundantes e eficazes, uma conjura de forças políticas e econômicas, ideologias nacionalistas, fundamentalismos religiosos e criminalidade organizada se desdobra para evitar que a informação jornalística cumpra seu destino manifesto, que é buscar e transmitir sem restrições a verdade dos fatos. Com armas e métodos dos mais variados, coagem, intimidam, censuram, prendem, agridem, torturam e até matam jornalistas.”

Os textos apresentados por Cremilda Medina, Demétrio Magnoli, Pedro Ortiz, Adrián Padilla, Dario Pignotti, José Maria Mayring, Alberto Dines e Eugênio Bucci representam uma contribuição para se avaliar a situação de países latino-americanos, como Argentina, Venezuela e Brasil.

Adolpho José Melfi, diretor do Centro Brasileiro
de Estudos da América Latina

Direito social à informação, uma conquista democrática?

Cremilda Medina*

Em 1980, ao publicar no Ciespal (Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo na América Latina, Quito, Equador) o livro *El rol del periodista* – dois anos depois editado pela Forense no Brasil, sob o título *Profissão Jornalista, Responsabilidade Social* –, discutia-se nas sociedades latino-americanas sob regimes autoritários, não apenas o direito da livre-expressão como, acima de tudo, o direito social à informação. No capítulo que abordava a trajetória do liberalismo à circulação democrática das narrativas da contemporaneidade, o pesquisador chileno Fernando Reyes Matta é citado a partir de um artigo escrito no México em 1977:

“La sociedad, los grupos sociales y los individuos son los poseedores del derecho a la información, de acuerdo a los principios internacionalmente aceptados sobre derechos humanos. Las condiciones en que la información se genera, la necesidad de procesarla, las dimensiones que tiene como fenómeno especializado hacen que se delegue a los entes expertos (profesionales y medios) el ejercicio del derecho de informar e informarse. Así, los medios de comunicación ejercen una función social

que, como tal, los obliga y responsabiliza. De la misma manera, la sociedad genera las condiciones por las cuales promueve el desarrollo de tal actividad ya que la información es una necesidad creciente.”

Quando Fernando Reyes Matta escreveu esse artigo, ainda estávamos nos primórdios das tecnologias da Era Digital, mas já se defendia nos foros latino-americanos a Nova Era da Informação, em que a ideologia liberal – o direito de – se ampliava para o direito a. Nas ditaduras que reprimiam esse direito, pesquisadores, profissionais do jornalismo, instituições jurídicas e movimentos sociais vocalizavam com vigor a sutil mutação do direito de dizer para o direito à informação.

Quem diria que, no fim da primeira década do século XXI, voltaríamos ao tema à luz dos sinais implícitos e explícitos de censura e de projetos de comunicação social centralizadores. O colunista Sérgio Augusto, em seu artigo “Às favas com a livre imprensa”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* de 13 de dezembro de 2009, chama a atenção para esse estranho contexto latino-americano: “Poucas vezes, em tempos de guerra e paz, a liberdade de imprensa esteve tão ameaçada como agora. Em plena revolução digital, com os meios de comunicação cada vez mais sofisticados, abundantes e eficazes, uma conjura de forças políticas e econômicas, ideologias nacionalistas, fundamentalismos religiosos e criminalidade organizada se desdobra para evitar que a informação jornalística cumpra seu destino manifesto, que é buscar e transmitir sem restrições a verdade dos fatos. Com armas e métodos dos mais variados, coagem, intimidam, censuram, prendem, agridem, torturam e até matam jornalistas.”

Sérgio Augusto avalia o momento sob o prisma do “flagelo universal, mais frequente em regimes autoritários, como China, Irã, Eritreia, Cuba, Venezuela, e em democracias fragilmente consolidadas, como Rússia, México, Colômbia”. Mas o articulista, antes de se voltar para o exterior, se fixa nos casos brasileiros. O mais presente, a censura imposta ao *Estado de S. Paulo* há 271 dias (contados até o dia 28 de abril de 2010) e mantida pelo indeferimento do Supremo Tribunal Federal do recurso do jornal, no dia 10 de dezembro de 2009, faz do caso um ruidoso exemplo da recorrência histórica.

Faz-se, pois, oportuna a revisão do período em que a vocalização latino-americana da Nova Ordem da Informação se consagrou no

cenário internacional, acima de tudo nos anos 1970. A Unesco reuniu especialistas do Sul que, à época, clamavam pela assimetria entre os países “subdesenvolvidos” ou em desenvolvimento e os países ricos do Norte. O projeto que debatia a distribuição das informações, tendo como centros emissores as poderosas agências de notícias, reclamava pela autonomia e o direito à informação para que as sociedades deserdadas pudessem administrar os próprios conteúdos, necessários à cidadania plena.

Os registros dessa batalha travada em congressos, encontros regionais e nos cursos universitários (entre eles, o curso de jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo) já apontavam para a nova era tecnológica, em que o acesso à informação de atualidade seria facilitado pela velocidade das redes telemáticas. Se, por um lado, as grandes agências noticiosas perdessem o monopólio, por outro lado, a descentralização exigiria investimento e qualificação profissional para que os países do Sul invertessem o domínio geopolítico da informação jornalística.

Havia, no entanto, cerceamentos nacionais, no caso das ditaduras do Continente latino-americano. Como implantar as competências internas da liberdade de expressão e do direito à informação com a censura explícita dos Estados autoritários? A utopia da Nova Ordem, conjugada com o desenvolvimento social, não se concretizaria sem a organização da sociedade civil na luta pela democratização. Os anos 1980 foram decisivos nessa direção.

A década seguinte, voltada para a consolidação das instituições democráticas, ganha notável impulso nas comunicações com as novas tecnologias que vão projetar para o século XXI fenômenos como a Internet e a expansão capilar da informação para além dos limites de tempo e espaço da era anterior. Os prognósticos acadêmicos e técnicos anunciavam, no mundo globalizado, a ausência de cerceamentos na fluidez democrática das infovias, das mídias impressas e eletrônicas, fenômenos inéditos na história da comunicação social.

Aconteceu isso? Para avaliar os cenários contemporâneos da América Latina, se propôs um seminário à Fundação Memorial da América Latina, nos dias 24 e 25 de março de 2010. A reflexão se faz necessária perante dúvidas que afloram nos países que, ao se pronunciarem democráticos, ameaçam o exercício do direito à informação

com políticas comunicacionais restritivas ou mesmo atos censórios. O encontro reuniu pesquisadores e jornalistas que se debruçaram sobre os contextos da América Hispânica e do Brasil. Ao conjugar panoramas gerais e casos específicos e debater as questões atuais com um auditório composto de estudantes de pós-graduação e profissionais envolvidos com os processos de comunicação social, foi possível delinear um quadro de tendências que serão registradas nos anais do seminário.

Quanto aos panoramas latino-americanos, o geógrafo e jornalista Demétrio Magnoli traçou um quadro, com ênfase na Venezuela e no projeto “bolivariano” do presidente Hugo Chávez, em que o Estado se organiza para enfrentar o que o pesquisador conceitua como a doutrina emergente do “terror midiático”. Daí decorre uma nova onda de controles estatais sobre a liberdade de expressão, bem simbólico, inerente à democracia. Essa unanimidade no seminário foi, no entanto, matizada por várias contradições. Convidado da Venezuela, o pesquisador Adrián Padilla preferiu mostrar a força da comunicação nos grupos periféricos e o que representa a afirmação das raízes culturais nas redes comunitárias. E no âmbito das mídias centrais, o jornalista argentino Dario Pignotti defendeu as atuais regulações dos meios de comunicação em seu país como um amplo processo social, com uma história que remonta aos anos 1970 da Nova Ordem da Informação. Nesses termos, o casal Kirchner, ou mais precisamente a presidente Cristina Fernández de Kirchner, assinou a nova legislação por oportunidade e oportunismo político.

O problema das regulações do Estado nas sociedades que se afirmam democráticas, foi um tema transversal nos diagnósticos da América Latina. O pesquisador brasileiro Pedro Ortiz abordou a Era Digital e se deteve nas experiências de televisão pública, estatal e privada. Esse longo conflito que acompanha a história dos meios eletrônicos ainda deve à sociedade da informação contemporânea a identidade do serviço público. A afirmação de modelos complementares – público, estatal e privado – e, portanto, não excludentes, representaria a plena convivência democrática, tema bem fundamentado na participação do pesquisador brasileiro Eugênio Bucci. Mas os casos concretos expostos no seminário denunciam práticas contrárias. O jornalista José Maria Mayrink recompôs o histórico da censura estatal da ditadura aos dias atuais no jornal *O Estado de S. Paulo*; já

o jornalista Alberto Dines, que ingressou na vida profissional nos anos 1950, apresentou um contundente relato dos cerceamentos que recebeu nas empresas de comunicação tanto na imprensa tradicional quanto nos *sites* da era digital.

Assim, apesar de todos os avanços democráticos da América Latina, as sociedades contemporâneas se ressentem da incompletude das liberdades e dos direitos. Mas só tomando consciência dos limites e obstáculos, as novas gerações de profissionais e analistas poderão dar sua contribuição autoral na assinatura coletiva do Direito Social à Informação. A série Novo Pacto da Ciência, que chega ao 11º exemplar, vem se pautando pela escuta interdisciplinar diante dos principais desafios da contemporaneidade. Compreende-se que é da comunicação social e do jornalismo que deve partir a iniciativa dos encontros, seminários e coleta de ensaios daqueles que se debruçam sobre os temas transdisciplinares. Ao organizar na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em 1990, o primeiro seminário inter e transdisciplinar, reunindo dez pesquisadores das áreas de ciências humanas, biológicas e exatas, o propósito se circunscrevia à crise de paradigmas do conhecimento científico no fim do século XX. De lá para cá, esse projeto, denominado institucionalmente Saber Plural e a Crise de Paradigmas, transitou em várias universidades e aporta no fim da primeira década do século XXI em um espaço privilegiado do hemisfério sul, a Cátedra da Unesco na Fundação do Memorial da América Latina.

A itinerância do Novo Pacto da Ciência tem sido muito rica ao registrar em onze volumes a pluralidade de vozes e significados: da matriz original, a Universidade de São Paulo, aos debates externos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de São Francisco, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Bahia, Universidade Fernando Pessoa de Portugal, Faculdade Cásper Líbero, encontros internacionais em Buenos Aires, Bled, na antiga Iugoslávia, hoje Eslovênia, e Barcelona), os temas têm correspondido às demandas coletivas e à emergência da “epistemologia pragmática”. Neste sentido, os saberes humanos comprometidos com soluções inovadoras no âmbito social. Assim, a série aborda as assimetrias Norte/Sul, as novas configurações do trabalho, a crise do Estado Nacional, as questões de qualidade de vida, as novas relações entre a América

Latina e a Europa, os desafios energéticos e ambientais, o direito social à informação. Nos vinte anos de polifonia e polissemia, advoga-se aos comunicadores a mediação autoral da dialogia. Nessa mediação, o diálogo dos diferentes campos de conhecimento converge para a criação de uma assinatura coletiva. Estes anais sinalizam mais um esforço de compreensão de mundo e de ação solidária.

***Cremilda Medina** – Jornalista, pesquisadora e professora titular da Universidade de São Paulo, graduou-se em Jornalismo e Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1964, e começou a carreira como professora na mesma universidade em 1967. Mudou-se para São Paulo em 1970 e trabalhou na imprensa e na televisão, ao mesmo tempo em que ingressou na Universidade de São Paulo como docente e aluna do primeiro curso de pós-graduação em Ciências da Comunicação da América Latina. Primeira mestre em 1975, deixou a USP no mesmo ano por motivos políticos. Nos dez anos em que esteve ausente da academia, trabalhou no jornal *O Estado de S. Paulo* como editora de Artes e Cultura e repórter especial. De 1986 em diante, de volta à USP, dedicou-se à atividade universitária, atuando na graduação e pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes e no Prolam (Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina). Doutora em 1986, livre-docente em 1989 e titular em 1993, coordena os projetos de pesquisa "Saber Plural e a Crise de Paradigmas" e o "Diálogo Social". Acopladas a essas linhas de pesquisa, editou com seus alunos da USP e de outras universidades, 45 coletâneas, em que se destacam as séries *Novo Pacto da Ciência* (dez volumes) e *São Paulo de Perfil* (27 títulos). Dos 13 livros que publicou, o mais recente – *Ciência e Jornalismo, da herança positivista ao diálogo dos afetos* (Summus Editorial) – é de 2008.

Breve retrospectiva de dois dias de debates

Cicélia Pincer*

A liberdade de expressão e de opinião e, como sua condição imediata, o direito social à informação constituem um dos pilares básicos da cultura ocidental moderna, especialmente a partir do século XVIII, quando mais do que uma abstração valorativa, estiveram esta liberdade e este direito no cerne das decisões e acontecimentos que forjaram a identidade política do Ocidente.

Tal identidade, consolidada na forma da democracia, implica dentre outros aspectos e condições de possibilidade, a existência de um sistema de produção e distribuição da visibilidade simbólica dos acontecimentos e ações dos sujeitos sociais, que se baseou fundamentalmente – mas não exclusivamente – numa imprensa livre e no jornalismo como *loci* de competência profissional e técnica legítima capaz de reorientar o próprio sentido de publicidade, que, desde a consolidação do capitalismo como processo civilizatório a partir do século XIX, se traveste de um interesse público para um interesse comercial-privado configurado em bases empresariais.

É preciso atentar, no entanto, para o fato de que se por um lado o jornalismo constituiu-se historicamente como lugar privilegiado desta visibilidade, por outro, é necessário considerar-se a possibilidade de haver imprensa sem que ela implique necessariamente o exercício do jornalismo e sem reduzir-se a ele. Isto porque o jornalismo designa uma prática social componente do processo de formação da opinião pública que pode estruturar-se de modo regular nos mais diversos meios de comunicação, enquanto a imprensa seria o suporte tecnológico (rádio, TV, jornal, internet) indispensável para a divulgação de informações em proporções de espaço e de tempo mais alargadas do que as que marcam as interações face a face.

Engendrados numa relação interconstitutiva, imprensa e jornalismo modernos configuram um paradoxo: fazer social que, orientado pelo direito social à informação, responde, ao mesmo tempo, aos interesses privados de uma empresa e/ou de um sujeito-profissional. Ressalte-se, contudo, que essa dimensão privada da atividade jornalística não é de natureza individual; antes, trata-se, para Genro Filho (1989, p. 214) “de um sujeito social que pode ser identificado no âmbito das contradições de classe e interesses de grupos”.

Outro aspecto a se considerar ainda é que essa natureza social se ‘eleva ao quadrado’, uma vez que o fazer desse sujeito é (ou deveria ser) orientado pelo interesse público como condição essencial daquilo que o constitui fundamentalmente: o acontecimento-notícia, entendido como produção de sentido efetuada pelos procedimentos narrativos e técnicos que constituem a atividade noticiosa.

Neste sentido, a consolidação da democracia e o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação cada vez mais complexas e de maior alcance – inclusive, a partir das últimas décadas do século XX, com maiores possibilidades interativas e de ruptura do modelo de comunicação baseada na relação um para muitos, via redes digitais –, ao mesmo tempo em que pareciam assegurar e alargar as condições da visibilidade e da fala social, foram progressivamente marcados pelo questionamento do modo como efetivamente se equalizava o livre fluxo de ideias e de expressão pública dos diferentes grupos e sujeitos sociais.

A visibilidade torna-se, então, um espaço e uma condição de disputa agonística, principalmente quando se tem em conta três fatores que se tornaram, paradoxalmente, sua condição concreta de realiza-

ção e de questionamento: a centralização da produção da informação em grandes corporações financeiras e empresariais privadas, fortemente marcadas pela concentração de propriedade e orientadas pela lucratividade; os sucessivos empreendimentos políticos e jurídicos pelos quais Estados e governos, especialmente de matizes populistas e autoritários, tentaram e tentam controlar as condições de produção desta visibilidade; e a racionalidade esquemática e redutora da complexidade e diversidade social – de matriz positivista – que ainda persiste como parâmetro hegemônico da produção jornalística.

Tal cenário mostra-se especialmente dramático nas sociedades latino-americanas. Só para se ter uma ideia, um ranking mundial da liberdade de imprensa, elaborado pela organização Repórter Sem Fronteiras, além de relatórios de outras entidades como a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, divulgados no final de 2009, indicam que o cenário democrático latino-americano continua a ser marcado por práticas autoritárias e restritivas à liberdade de expressão. O fechamento de emissoras de rádio e televisão, a aprovação de projetos de lei restritivos à ação das empresas privadas de comunicação, a estatização de serviços públicos de comunicação e informação, a persistência de várias formas de censura, além de agressões e assassinatos de jornalistas, são fatores e acontecimentos que atestam este cenário.

Assim, depois de quase três décadas do fim das ditaduras que assolaram o Continente no século XX e da vocalização da necessidade de transformação do direito de para o direito à informação – defendida na forma de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação –, a existência destes “sinais implícitos e explícitos de censura e de projetos de comunicação social centralizadores”, na expressão de Cremilda Medina, impõe ainda a pergunta pelas condições históricas que possibilitam e dificultam a realização da liberdade de expressão e do direito à informação. Implicadas nela, duas outras questões também se impõem: de que maneira e até onde nos indagamos pela dimensão e desafio de uma assinatura coletiva como condição essencial deste direito e desta liberdade? Quais as perspectivas e possibilidades implicadas no desafio desta dimensão coletiva, especialmente no que diz respeito ao profissional jornalista?

Na forma destas perguntas podem se agrupar os temas deste livro, que se origina, por sua vez, do seminário Liberdade de Expressão/

Direito à Informação nas Sociedades Contemporâneas da América Latina, realizado no Memorial da América Latina nos dias 24 e 25 de março de 2010, cujas discussões e debates se encontram aqui editadas de modo a preservar, ao máximo possível, a dialogia, a complexidade e a polêmica que os marcaram.

Sob a coordenação da professora Cremilda Medina (ECA-Prolam/USP) e do professor Adolpho José Melfi (Cátedra Unesco-Memorial), o evento contou com a participação de pesquisadores e profissionais como Demétrio Magnoli (sociólogo e colunista de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*), Pedro Ortiz (TV USP/Casper Líbero), Adrián Padilla (professor da Universidade Nacional Experimental Simón Rodríguez da Venezuela), Dario Pignotti (argentino e diretor da Agência Ansa, em Brasília), José Maria Mayrink (*O Estado de S. Paulo*), Alberto Dines (Observatório da Imprensa) e Eugênio Bucci (ECA/USP).

Ao apresentar os fundamentos e objetivos do seminário, Cremilda Medina destacou, dentre outros aspectos, o fato de que

Os prognósticos acadêmicos e técnicos anunciavam, no mundo globalizado, a ausência de cerceamentos na fluidez democrática das infovias, das mídias impressas e eletrônicas, fenômenos inéditos na história da comunicação social.

Aconteceu isto? Este seminário vai avaliar os cenários contemporâneos da América Latina, numa reflexão que se faz necessária perante as dúvidas que afloram nos países que, ao se pronunciarem democráticos, ameaçam o exercício do direito à informação com políticas restritivas ou mesmo atos censórios.

As políticas restritivas e os atos censórios mencionados orientaram a primeira sessão do seminário, intitulada “Retrospectiva, Atualidade e Projeção do Direito à Informação na América Hispânica” e organizada, como de resto todo o seminário, na forma de conferências panorâmicas e de exposições de casos específicos, sempre seguidas do debate com uma plateia constituída de profissionais, professores e estudantes tanto de graduação quanto de pós-graduação de Comunicação e também de outras áreas das Ciências Sociais, além de representantes de entidades sociais envolvidas na discussão e luta pela democratização da comunicação.

Na primeira conferência, Panorama nas Sociedades Latino-Americanas – da Vocalização da Nova Ordem da Informação à Doutrina Contemporânea do Terror Midiático, Demétrio Magnoli apresentou um quadro atual da ordem da comunicação e informação no Continente, marcada tanto pelos embates entre governos e corporações midiáticas – especialmente em alguns países da América Latina, com destaque para Cuba e Venezuela, e também em regimes teocráticos como o Irã –, quanto pelas possibilidades de ruptura que as redes sociais de matriz digital (via blogs e twitter, por exemplo) têm propiciado.

Magnoli contextualiza sua reflexão no vocativo da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação, que, na década de 1970 e sob a iniciativa da Unesco e de especialistas e pesquisadores do chamado Eixo Sul, apontava para a assimetria na produção da informação mundial – centralizada em seis grandes agências de notícias da seguinte forma: 80% advindos das americanas AP e UPI e das europeias France Press e Reuters, e os 20% restantes das também europeias EFE e ANSA – e afirmava a urgência da instituição de um novo cenário baseado na pluralidade de informações e opiniões, como sói à democracia como identidade política ocidental.

Segundo Magnoli, a consolidação das democracias no Continente, num sentido contrário ao apontado naquela vocalização, colocou entraves à consecução desta liberdade e pluralidade, mesmo – e sobretudo – nos países marcados por governos originários da esquerda. Neste sentido, o pesquisador destacou o debate dicotômico entre direita e esquerda, no que concerne à liberdade de expressão, orientando sua apresentação pela seguinte pergunta: “A defesa da liberdade de imprensa é uma atitude de direita?”

Para respondê-la, o conferencista lembrou que, dentre os direitos fundamentais do ser humano – liberdade e igualdade –, os liberais historicamente priorizaram a primeira, enquanto a segunda tornou-se a principal bandeira dos socialistas. E é com base nesta afirmação que o sociólogo e doutor em Geografia problematiza as políticas e ações impetradas pelos governos recentes de Cuba e da Venezuela, de onde, segundo ele, se teria gestado a chamada “doutrina do terror midiático”, adotada pela atual esquerda latino-americana que, neste sentido, “passa a rejeitar a liberdade de imprensa”.

Tons e perspectivas bastante diferentes orientaram as apresentações que se seguiram, na forma de um painel que reuniu três pesquisadores de nacionalidades distintas, numa configuração temática e de origem bastante ilustrativa da multiplicidade e diversidade de visões que se buscou imprimir ao seminário; ressaltando, assim, as contradições e razões complexas que devem caracterizar o debate sobre o assunto.

Pedro Ortiz, professor da Faculdade Cásper Líbero e diretor da TV USP, elegeu a implantação do sistema digital no Brasil como eixo prioritário de abordagem do tema “Sociedades hispano-americanas na Era Digital”, destacando o fato de que as discussões sobre o assunto têm focalizado quase que exclusivamente os aspectos tecnológicos do novo sistema, em detrimento às suas capacidades interativas e ao que considera um dos aspectos mais importantes da convergência digital: a possibilidade de as sociedades se colocarem efetivamente como protagonistas da produção social da informação e do conhecimento.

“A sociedade como produtora de sentido é o horizonte não apenas das redes digitais, mas do próprio mercado tradicional de mídia”, destacou. Para ele, este horizonte se torna fundamental porque coloca em cena a pergunta pelas condições de gestão social do próprio conhecimento – e não só do direito à informação e à expressão: se ela se dará de forma mais ou menos restritiva ao diálogo e à diversidade.

Nesta perspectiva, Ortiz chamou a atenção para a atuação do Estado brasileiro como gestor de sistemas de radiodifusão, marcados por uma tradição personalista típica da cultura política brasileira, e pela conseqüente dificuldade de se distinguir o público do estatal, o que resulta numa apropriação privada por parte dos governantes das redes públicas. Outra face escandalosa da privatização estatal do sistema é o fato de ocupantes de cargo eletivo e de primeiro escalão do poder Executivo serem proprietários de concessão de exploração de canais de rádio e televisão privados.

Como conseqüência mais imediata e perversa desta situação, o pesquisador ressalta o apagamento de vozes, informações e opiniões dissonantes das “visões e projetos dos conflitantes com maior força no ‘mercado’ do poder simbólico”. Dentre estes conflitantes mais fortes, o pesquisador ressalta as corporações privadas de mídia

que se recusam a considerar a possibilidade de diálogo sobre a regulamentação social da comunicação, como atesta a atitude recente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), que se retirou das discussões sobre a pauta da primeira Conferência Nacional de Comunicação, realizada em Brasília no final de 2009.

O desafio de nutrir a comunicação na diversidade e na dinâmica contraditória da realidade, como fundamento de uma cidadania comunicativa coletiva, foi abordado pelo professor venezuelano Adrián Padilla, para quem seu país constitui-se hoje num laboratório privilegiado de estudos da relação entre mídia e poder. “O caso venezuelano: embate entre governo e mídia” foi o tema da apresentação de Padilla que, ao analisar a trajetória deste embate na história política recente da Venezuela, destacou o governo Hugo Chávez como ápice do tensionamento daquela relação, especialmente depois da tentativa frustrada de golpe ao governo chavista, em abril de 2002, com participação e apoio de grandes corporações privadas da mídia local, como RCTV e Globovisión, e do governo norte-americano.

Desde então, a tensão entre o governo Chávez e a mídia privada venezuelana vem se acirrando. De um lado, se acusa as principais redes privadas de televisão do país de converter Chávez e seu governo bolivariano em alvo privilegiado de ataque e crítica, numa verdadeira campanha nos moldes do “modelo de propaganda”, preconizado pelos pesquisadores Noam Chomski e Edward Hermann. De outro, o governo Chávez é acusado de cercear a liberdade de imprensa por meio de agressões legais, judiciárias e físicas contra meios de comunicação e jornalistas independentes, como atestariam, por exemplo, a não renovação da concessão de exploração do canal da RCTV, em 2008, e a prisão do presidente da Globovisión, em março de 2010.

Para o pesquisador, mais do que um mero embate entre elites político-midiáticas e governamentais, o caso venezuelano aponta para a necessidade de responder aos desafios implicados na postura ativa da sociedade civil que, via redes digitais e comunitárias de comunicação, tem desempenhado um papel crucial de contra-agendamento frente à perspectiva redutora da dicotomia e da complexidade do cenário político-comunicacional venezuelano, que vem marcando a cobertura jornalística dentro e fora do país, especialmente por parte

das redes privadas de informação: “o jogo da mídia é criticar como partido político e se defender da crítica como mídia”.

As dimensões sincrônicas e diacrônicas da notícia, especialmente quando se trata da cobertura das questões concernentes às leis de regulamentação da mídia na América Latina, orientaram a conferência “Sociedades hispano-americanas: políticas de estado e o caso Argentino”, proferida por Dario Pignotti, argentino e diretor da Agência Ansa em Brasília.

A dimensão sincrônica foi discutida a partir da proposta de reforma das regulações de mídia apresentada pela presidente Cristina Kirchner e aprovada pelo Congresso Nacional argentino em 2009. A legislação prevê que as licenças para exploração de frequências de rádio e televisão sejam concedidas de modo a garantir o seguinte parâmetro de distribuição: um terço para companhias privadas; um terço para transmissoras estatais; e um terço para organizações sem fins lucrativos, como universidades e igrejas – no modelo de mídia argentino até então vigente, 90% da rede midiática é privada. Também limitaria o número de licenças por empresa e garantiria cotas para programas, músicas e filmes argentinos.

A medida foi alvo de acusações de cerceamento da liberdade de imprensa por motivação política, visto a relação tensa entre o governo Kirchner e o Grupo Clarín, um dos maiores conglomerados de mídia da América Latina. Com a reforma, o grupo terá que vender alguns de seus negócios, entre estações de rádio, canais de TV aberta e parte de sua rede de TV a cabo. O *Clarín*, principal jornal da companhia, e o canal de televisão TN se tornaram extremamente críticos ao governo, acusado ainda de apressar a aprovação e a sanção da lei para limitar a atuação do grupo.

A dimensão diacrônica refere-se ao contexto latino-americano, onde vários mecanismos legais, constitucionais ou não, de regulamentação da mídia, segundo Pignotti, significam uma mediação institucional de processos de reclame social não necessariamente populares, mas que introduzem uma nova correlação de forças na economia comunicacional do Continente. “Estas regulamentações recentes na América Latina têm um impacto não apenas sobre o valor mercadológico das empresas de comunicação e as relações concentracionárias de propriedade dos meios, mas, sobretudo, na disputa de novos cenários democráticos e pelo controle dos meca-

nismos pelos quais estes cenários virão a se dar”. Para o pesquisador, o diacronismo da cobertura pode ainda ser percebido no fato de que a noticiabilidade destes processos regulatórios tem sido marcada pelo apagamento sistemático de sua legitimidade e do fato de que muitos deles nascem de reivindicações da sociedade civil.

Se as condições político-estruturais do exercício da liberdade de expressão e do direito de informação foram o eixo privilegiado da primeira sessão do seminário, a formação e atuação do profissional jornalista neste processo foi o alvo da sua segunda sessão intitulada “Trajetória Brasileira – Da censura às atuais regulações da informação de atualidade”.

A ruptura com o autoritarismo encerrado na ideia de que cabe ao profissional jornalista a exclusividade da competência comunicativa e a necessidade de se instituir a escuta da polifonia e da polissemia numa assinatura coletiva, como condição fundante da mediação social, orientaram a conferência, Autoria e Assinatura Coletiva na Comunicação Social. O Projeto de Formação Universitária, da professora Cremilda Medina.

As possibilidades comunicacionais e a performance maquina da era digital foram o lugar de onde a pesquisadora colocou as questões centrais de sua conferência: a exacerbação da livre expressão se sobrepondo às mediações coletivas ameaça a assinatura coletiva? O mundo das redes telemáticas dilui a cultura da comunicação anônima? Os vasos comunicantes dispensam o mediador, autor com capacidades técnicas, éticas e estéticas, já intitulado de jornalista e de comunicador social?

Sua resposta vem na forma de uma responsabilidade-desafio para a formação do novo profissional: o mundo digital e suas redes telemáticas implicam a redescoberta da autoria no processo de interação, que, por sua vez, torna ainda mais urgente e necessária a existência de um autor-mediador orientado pelo diálogo dos afetos e da escuta atenta e sensível ao outro, considerado sempre na sua própria condição de também autor.

E tal responsabilidade-desafio foi exercitada no modo mesmo como a professora desenvolveu sua conferência: ao invés de simplesmente apresentar sua fala, optou por construí-la conjuntamente com a plateia, instigando-a a debater, responder e se posicionar mediante alguns dos principais obstáculos que vem a dificultar o processo de

descoberta do outro e dos parâmetros éticos e estilísticos que deverão orientar a construção de uma narrativa fundada numa linguagem dialógica e na interação social cocriadora.

Ao comportamento egocêntrico, que impede experiências de sensibilidade e consciência coletiva; aos pré-conceitos, dogmas e paradigmas, que dificultam a permeabilidade do pôr-se com o outro; à racionalidade esquemática, herança positivista que incapacita a lida cotidiana com o estado complexo das situações; a todos estes vícios e vicissitudes que permanecem ainda como horizonte da formação e da atuação profissional do jornalista, Cremilda Medina contrapõe a epifania do mistério e a riqueza da palavra poética: “nenhuma técnica, nenhuma interação política, resguarda a busca eticamente solidária da assinatura coletiva, da qual fazem parte os mistérios e incertezas”.

Experiências concretas de superação, por parte dos profissionais jornalistas, de práticas e políticas restritivas à fala social, via medidas censórias tanto governamentais quanto empresariais, orientaram as apresentações dos jornalistas José Maria Mayrink e Alberto Dines. Ao abordar o tema “censura e democracia, o caso *Estado de S. Paulo*”, Mayrink destacou a atuação dos profissionais do jornal *O Estado de S. Paulo* nas várias situações de censura que o marcaram e ainda marcam.

Desde julho de 2009, em plena vigência do estado democrático de direito no Brasil, o diário paulista está submetido a uma censura judicial por publicar reportagens que continham informações da Operação Fator, mais conhecida como Boi Barrica, que investiga a atuação do empresário Fernando Sarney na campanha eleitoral de sua irmã, Roseana Sarney, na disputa pelo governo do Maranhão em 2006. Suspeito de fazer caixa dois na campanha, o empresário foi indiciado por formação de quadrilha, gestão de instituição financeira irregular, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. A alegação para a imposição da censura é de que as informações divulgadas pelo jornal corriam em segredo de justiça.

O jornalista realizou sua análise contextualizando este acontecimento recente no quadro de intervenções arbitrárias que marcam a história do *Estadão*, com destaque para os relatos de jornalistas sobre as posturas e rotinas produtivas que marcaram sua atuação durante o período de censura do jornal nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira, especialmente na vigência do AI-5.

A partir do vídeo-documentário *1968, Mordaça no Estadão*, Mayrink apresentou estratégias e posturas profissionais de jornalistas, para quem a responsabilidade implicada na consciência do direito social à informação e livre expressão impôs a necessidade de desenvolver-se estratégias, comportamentos e práticas profissionais que se sobrepusessem às condições reais de cerceamento e restrição da fala social.

Ao dialogar com a memória de seus colegas sobre esta experiência passada, o jornalista como que convida seus interlocutores a refletir sobre o critério de atualidade no discurso jornalístico. Parece nos propor pensar a atualidade a partir de uma relação entre a vivência do presente, o passado e o futuro, e que reconheça os movimentos insuspeitados, surpreendentes neles implicados, de modo a considerar, com Octavio Ianni, que “toda duração se deixa atravessar por rupturas”.

As rupturas como condição da continuidade histórica e que impõem desafios, muitas vezes incompreensíveis, à consecução do caráter público e coletivo da informação, principalmente quando marcados por razões arbitrárias, têm seu sentido configurado pelos limites ao exercício profissional da informação, cuja visibilidade e sentido se revelam no relato biográfico de um trajeto social ou profissional. Este foi o lugar de fala escolhida por Alberto Dines para discorrer sobre o tema “Da censura à imprensa ao lobby da mídia. Um percurso latino-americano”.

Ao destacar, na sua narrativa, episódios que tiveram a censura *a posteriori* como razão de ser, Dines destaca sua própria trajetória biográfico-profissional, evocando a força das histórias de vida como recurso metodológico do jornalismo e como quadro crítico-compreensivo fundamental do que se convencionou chamar *lobby* da mídia; uma forma sutil e invisível de censura e pouco considerada nas discussões sobre a supressão da liberdade e do direito social à informação e expressão.

A força e importância deste tipo de relato estão no fato de que, mais do que orientados pela perspectiva quase senso comum de que as restrições à mídia se originam geralmente do arbitrário poder estatal, as razões e jeitos da censura também resvalam na postura empresarial que revela as bases de uma identidade e trajetória profissional e social assentes na luta, muitas vezes solitária, da procura

pela dialogia polifônica e polissêmica, muitas vezes mais intencionada do que vivida.

É neste sentido que a narrativa de Dines se revela tão rica e singular. Ao priorizar como eixo narrativo os fatos, contextos e acontecimentos que marcaram as dezenas de vezes em que sua atividade profissional de quase cinquenta anos foi arbitrariamente interrompida e, no mais das vezes por imperativos dos interesses empresariais, o jornalista e crítico de mídia constrói uma desconcertante anatomia do 'cala a boca' no Brasil.

Para ele, fazer jornalismo hoje na América Latina, e especialmente no Brasil, é cada vez mais difícil, já que mecanismos sempre mais arbitrários e sutis de restrição e controle estão cada vez mais perigosamente rotinizados, mimetizados e relativizados. "Resulta de tudo isto a mercantilização do jornalismo, em que uma imprensa pluralista se traveste de imprensa homogeneizada na forma de *lobby*, propiciando a emergência de um jornalismo de resultados que silencia as vozes dissonantes, muitas vezes as desmoralizando". O jornalista, entretanto, não perde de vista, face à narrativa de sua própria trajetória como foco privilegiado da abordagem do fazer jornalístico, o fato de que "o jornalista sempre combate a censura, mas quando é alvo de crítica vira censor".

E são os limites entre crítica e censura que vão amarrar a trajetória expositiva da apresentação de Eugênio Bucci, qual seja as incursões e análises sobre "Mídia privada e mídia pública e intervenções do Estado Brasileiro". A abordagem do tema começa por um breve panorama das relações entre a mídia e governos no Brasil de hoje, para se afirmar que os governantes precisam aprender a evitar para si o *media criticism*, uma vez que as funções sociais que orientam as razões e os fazeres da mídia e do governo, como sujeitos sociais distintos e autônomos, são muito diferentes; e é justamente esta diferença o horizonte de expectativas que deve orientar a avaliação das ações de cada um destes campos sociais.

A considerar estes imperativos, ao mesmo tempo de natureza política, ética, tecnológica, comunicacional, profissional e social, Bucci destaca não só a necessidade, no mundo contemporâneo, de afirmação da diferenciação entre público e privado, mas fundamentalmente de reafirmação do caráter público da comunicação, do conhecimento e da visibilidade social, como apontado ao longo do seminário aqui apresentado.

Assim se coloca a urgência da assinatura e autoria coletivas como parâmetro ético da comunicação contemporânea, tão intensamente caracterizada pelas contradições entre direitos, condições tecnológicas e formas narrativas, que exigem a democratização das condições de visibilidade e de constituição públicas da fala social, a fundar-se num compromisso que reúna corporações midiáticas, profissionais, sociedade civil e Estado.

*Cicélia Pincer Batista - Doutoranda em Ciências da Comunicação pela ECA-USP e professora do Curso de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Teoria e Pesquisa da Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: epistemologia e metodologia da Comunicação e do Jornalismo, estudos da narrativa jornalística, discurso jornalístico, gêneros jornalísticos, teorias da comunicação e do jornalismo e jornalismo e opinião pública.

**Da nova Ordem da Informação à
contemporaneidade Latino-Americana**

A América Latina em tempos de “terrorismo midiático”

Demétrio Magnoli*

Há menos de um ano, em Teerã e em outras cidades do Irã, iniciaram-se manifestações populares muito amplas de protesto contra o regime. Essas manifestações tiveram como resposta, entre outras coisas, a proibição para que a imprensa estrangeira pudesse atuar e cobrir aquelas demonstrações. Os correspondentes estrangeiros foram enviados de volta para seus países ou trancafiados em seus hotéis, e foram impedidos de fazer a cobertura jornalística do que estava acontecendo no Irã.

Entretanto, isso não evitou que informações detalhadas e imagens do que estava acontecendo naquelas cidades chegassem ao mundo, o que é uma marca muito óbvia do poder e do impacto político das novas tecnologias da informação. Por meio da Internet, do Twitter e de celulares, cidadãos comuns no Irã passaram a funcionar como repórteres e começaram a enviar um grande fluxo de informações, que foi usado como em uma agência de notícias, uma agência de notícias sem nome. Essa “agência” iraniana passou a fornecer informações para órgãos de imprensa do mundo inteiro.

No final do ano passado, foi lançado aqui no Brasil o livro *De Cuba, com carinho*, de Yoani Sánchez, que se destaca em grupo relativamente grande de blogueiros que atuam em Cuba, moram em Cuba e mantêm seus blogs na Internet com fotos e nomes próprios. A relação com o que acontece no Irã é evidente. Também em Cuba as informações independentes sobre o que acontece no país são essencialmente fornecidas por cidadãos, hoje principalmente por esse grupo de blogueiros.

O lançamento do livro de Yoani no Brasil é um episódio particular que deve ser contado. Eu participei da tentativa da editora, naquela época, de trazer a autora para fazer o lançamento no Brasil e participar de palestras, porque escrevi o posfácio do livro. Naquela época, pareceu-me interessante entrar em contato com o senador Eduardo Suplicy e pedir que ele ajudasse a convencer o governo brasileiro e o parlamento a somarem esforços para que a blogueira, proibida de sair de Cuba por várias vezes, pudesse visitar o Brasil e lançar seu livro. A longa novela teve dois episódios especialmente interessantes.

O primeiro: o senador Suplicy, entre tantas pessoas que poderia procurar para pedir ajudar, escolheu Samuel Pinheiro Guimarães, hoje na Secretaria do Planejamento Estratégico, na época ainda na posição de secretário-geral do Itamaraty. Numa reunião com Guimarães, o senador recebeu um pedido de volta. Dramaticamente, Guimarães pediu a Suplicy que não fizesse nada sobre o assunto, porque esse era um tema extremamente sensível e “poderia criar problemas muito sérios” para a diplomacia brasileira. Felizmente, Suplicy não seguiu a recomendação e continuou engajado nos esforços para trazer Yoani ao Brasil.

O segundo: por meio de uma amiga que participa de reuniões da Secretaria de Direitos Humanos, na qualidade de representante de uma organização de direitos humanos, solicitou-se ao ministro Paulo Vanucchi que intercedesse pelo visto de viagem de Yoani. Vanucchi não respondeu. Caiu num mutismo extraordinário, como se alguém tivesse mencionado o demônio. De maneira que, apesar do Senado brasileiro ter feito um convite oficial a Yoani para que viesse lançar o livro no próprio Senado, e apesar dos esforços de Suplicy e também do senador Demóstenes Torres para que ela viesse ao Brasil, o governo brasileiro não tomou nenhuma atitude a

respeito desse assunto – ou, pelo menos, nenhuma atitude da qual se tenha notícia.

Isso é interessante, porque trata-se de algo relativo a um princípio básico da liberdade de expressão na América Latina. Mais interessante, porém, é que o livro foi lançado com grande sucesso de público e de crítica, mas sob um sólido silêncio das escolas de comunicação. O lançamento do livro, no ano passado, deveria ser o principal evento ligado ao tema da liberdade de expressão na América Latina, e nas relações entre o Brasil e Cuba, que são importantes. Entretanto, as escolas de comunicação fingiram que não era com elas. Que elas não tinham nada a ver com esse assunto e não houve uma nota, uma manifestação ao longo de todo o processo.

Destaco o episódio recordando que fui aluno da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP), nos anos de 1970, uma outra era geológica, um tempo sem Internet, sem telefones celulares. Naquele tempo, nós discutíamos na ECA o problema da nova ordem da informação. Era um tempo em que, segundo uma pesquisa muito acurada, 80% da informação internacional provinha de apenas quatro fontes, que eram as grandes agências internacionais: as americanas Associated Press (AP) e United Press International (UPI), a francesa France Press, e a britânica Reuters. Outros 15% eram fornecidos por outras duas agências europeias, uma espanhola e outra italiana. Mais de 90% da informação internacional primária encontrava-se, portanto, centralizada num grupo de seis agências, sendo duas dos Estados Unidos e quatro da Europa Ocidental.

O significado dessa situação fica claro pela leitura de um despacho de 27 de fevereiro de 1974, da agência UPI. As poucas linhas daquele despacho começavam assim:

“Nova Yorque, 27 de fevereiro. UPI. Existe uma compreensível preocupação em Washington” – veja que em poucas linhas, entretanto, já existia a adjetivação. Essa palavrinha, “compreensível”, custava caro para ser escrita em um telegrama de poucas linhas. O texto inteiro dizia:

“Existe uma compreensível preocupação em Washington por uma reunião de vários países produtores de bauxita, programada em princípio para 5 de março em Conacri, Guiné. Alguns peritos consideram que a conferência poderá ser o começo da criação de

uma série de cartéis internacionais que controlariam as matérias-primas essenciais para as nações industrializadas, o que poderia fazer retroceder a economia americana em mais de 40 anos.”

Vejam que interessante. Uma reunião que aconteceria em Conacri, na Guiné, não era noticiada a partir de Conacri, mas a partir de Nova York. Não está escrito quem são os participantes da reunião. As perguntas básicas do jornalismo – quem?, o quê? como? – não estão respondidas. Entretanto, há uma teoria desenvolvida nessas poucas linhas – e essa teoria tem fontes, que são “peritos”. Ninguém assina, não há um nome, não há uma opinião, não há quem possa ser cobrado. São “peritos”. E “peritos” dizem que aquela reunião poderia começar algo como uma guerra mundial. Nada mais nada menos do que isso: aquela reunião, que não está noticiada verdadeiramente, poderia deflagrar uma situação na qual as economias dos Estados Unidos e das nações industrializadas retrocederiam 40 anos!

Eis um exemplo do que se falava, lá nos anos de 1970, sobre a Nova Ordem da Informação. A ideia básica era a seguinte: uma informação concentrada em seis fontes básicas internacionais, situadas nos Estados Unidos e na Europa, era uma informação que sempre viria envolvida numa dupla perspectiva. Primeiro, a perspectiva do conflito Leste-Oeste, ou seja, da rivalidade da Guerra Fria. Segundo, a dos interesses econômicos diretos, reais ou imaginados, dos principais países industrializados. Seria preciso que o resto do mundo pudesse participar de uma ordem da informação que fosse plural, que comportasse outras perspectivas. Aqui na América Latina, quando se falava em Nova Ordem da Informação, existia – pelo menos aparentemente – um consenso de que ela seria baseada na pluralidade política, na pluralidade de opiniões, na liberdade de imprensa. Todos os que naquela época falavam sobre esse assunto diziam concordar com tais princípios – ainda mais porque vivíamos em um continente pontilhado de ditaduras.

Eram ditaduras que se chamariam ditaduras de direita, ditaduras de segurança nacional, para usar um termo mais adequado. Ditaduras que se apresentavam como sendo regimes de segurança nacional, baseados na doutrina de segurança nacional. Tais ditaduras recorriam à censura à imprensa, uma circunstância que ajudava a formar esse consenso de que a Nova Ordem da Informação seria

uma ordem baseada na pluralidade política e na liberdade de imprensa. Hoje, porém, o princípio da liberdade de imprensa passou a ser explicitamente rejeitado por uma significativa corrente política que se apresenta como de esquerda.

A pergunta que cabe diante desse quadro: a defesa da liberdade de imprensa é uma postura da direita? Porque, se uma corrente significativa da esquerda na América Latina rejeita explicitamente o princípio da liberdade de imprensa, então a pergunta é relevante. Afinal, seria a defesa desse princípio uma atitude da direita?

O cubano Raúl Rivero, nos anos de 1970, era chamado “o poeta da revolução cubana” por Fidel Castro e pelos principais líderes do regime cubano. Rivero foi, naquela época, correspondente da agência Prensa Cubana em Moscou e também presidente da União dos Escritores de Cuba, um órgão de Estado. Em 1989, o ano da queda do Muro de Berlim, Rivero rompeu com o regime cubano e passou a ser alçado como mercenário a serviço de interesses estrangeiros. Em 2003, na “Primavera Negra” de Havana, quando foram presos 75 dissidentes políticos condenados a longas penas de prisão, Rivero foi preso junto com os demais dissidentes. Dois anos antes, publicou um artigo intitulado “Monólogo de um culpado”, no qual dizia: “as palavras da lei sobre a proteção da independência nacional e sobre a economia de Cuba permitem às autoridades de meu país condenar-me por um único ato soberano que realizei desde que tenho uso da razão: escrever sem receber ordens.”

Censura é sempre censura, mas é importante examinar como ela é justificada. Nas ditaduras comuns, a censura é justificada apenas como uma defesa da segurança nacional. É uma justificativa circunstancial. As ditaduras comuns, como a brasileira e os demais regimes de segurança nacional na América Latina, defendiam a censura como algo necessário naquele momento histórico, já que seria indispensável à segurança numa época conturbada. Era uma defesa episódica, uma defesa circunstancial, uma defesa quase envergonhada, embora brutal, arrogante, violenta, às vezes sanguinária, da censura à imprensa.

As ditaduras totalitárias justificam a censura de uma maneira diferente, por meio de um argumento histórico que diz respeito ao futuro da pátria, ao futuro da nação, às vezes ao futuro da humanidade. A censura não é justificada como algo episódico, como

uma necessidade transitória do regime, mas como uma necessidade histórica, permanente, constante, eterna. Isso porque os regimes totalitários declaram que possuem a chave do futuro. Eles são donos do futuro, proprietários de uma verdade histórica que eles conhecem, mas que os outros não conhecem. Eles sabem o que é bom para o futuro: para o futuro da nação, para o futuro da humanidade, para algum futuro.

E é em nome desse futuro glorioso que a censura é aplicada. Ela não é aplicada em nome de uma necessidade presente, apenas, ela é aplicada em nome do devir, daquilo que será. No caso do fascismo, trata-se sempre do futuro da nação. Mussolini censurava em nome da nação italiana, em nome do futuro que ele preparava para a nação italiana. O regime nazista censurava não exatamente em nome da nação, mas da nação-raça, de uma nação definida como uma raça. Então se fazia a censura em nome do futuro dos arianos, que se encontrariam imersos numa luta existencial pela sobrevivência contra seus inimigos espalhados pelo mundo, especialmente os judeus. Já as ditaduras totalitárias de tipo comunista censuravam em nome da nação, mas de um tipo especial de nação: a nação-proletariado. Censurava-se em nome de uma nação que não é uma nação nacional, mas uma nação mundial. A tesoura do censor agia em nome do futuro glorioso do proletariado, que se confundia com o de toda a humanidade.

Por razões de princípio, não de circunstância, a imprensa independente não pode existir em regimes totalitários. Em Cuba, a voz divergente não faz parte da pátria. Segundo a doutrina oficial, aquele que discorda, aquele que diverge, não é um cubano. Ele pode ter nascido em Cuba, pode ter papéis que o designam como cubano, mas ele não é cubano na sua alma, não é um cubano de verdade, não é cubano no seu espírito. Ele é um quinta-coluna, um representante da potência estrangeira, um mercenário a serviço de interesses estrangeiros.

Quando a blogueira Yoani Sánchez ganhou o prêmio Ortega y Gasset de jornalismo digital pelo melhor blog do ano, ela foi proibida de receber o prêmio, porque foi proibida de viajar até a Espanha, onde se daria a cerimônia de entrega. Naquele momento, pela primeira vez na história da revolução cubana, Fidel Castro se dirigiu por escrito a um dissidente. Ele não usou as palavras Yoani

Sánchez, mas tratou do prêmio Ortega y Gasset e era evidente a referência à blogueira. No prefácio de um livro de ensaios sobre diversos temas políticos, ele escreveu que, ao aceitar o prêmio Ortega y Gasset, a blogueira, “joga água no moinho do imperialismo”. Com aquela frase, estava dizendo que a blogueira era uma merce-nária, que ao aceitar o prêmio Ortega y Gasset ela deixava de ser uma cubana para se converter em quinta-coluna.

A resposta a Fidel Castro veio de outro blogueiro cubano, Reinaldo Escobar. Escobar é um jornalista cubano que, durante a maior parte de sua vida, escreveu num jornal oficial, o *Juventud Rebelde*. Em 1989, ele foi demitido do jornal por incompatibilidade ideológica e, na hora da demissão, também foi proibido de exercer a profissão de jornalista em Cuba. Daquele momento em diante, passou a ganhar a vida como mecânico de elevadores, abriu um blog e, às vezes, escreve para publicações estrangeiras. No blog de Reinaldo Escobar existe uma resposta a Fidel Castro que merece ser citada. Ele disse o seguinte:

“Reconheço o direito que tem esse senhor [Fidel Castro] de fazer esse comentário [sobre Yoani Sanchez], porém me permito observar que a responsabilidade que implica receber um prêmio nunca será comparável à de outorgá-lo. E Yoani, pelo menos, nunca colocou no peito de nenhum corrupto, traidor, ditador ou assassino nenhuma condecoração. Faço esse esclarecimento porque me lembro perfeitamente que foi o autor dessas acusações quem colocou, ou ordenou que colocassem, a Ordem José Martí em quantas nefastas e imerecidas lapelas lhe foi possível: Leonid Brejnev, Nicolau Ceucescu, Gustav Husak, Mengistu Haile Mariam, Robert Mugabe, Eric Honecker e outros que esqueci.”

É na Venezuela, não em Cuba, que surge a doutrina do terror midiático. A imprensa brasileira costuma caracterizar o chavismo como um caudilhismo e Hugo Chávez como um caudilho. Chávez certamente é um caudilho, mas não é um caudilho comum. O que há de incomum nesse caudilho? Ele tem uma ideologia – ou melhor, tem várias, ao longo do tempo. É um caudilho com um programa político. O fenômeno do caudilhismo na América Latina exclui programas políticos e ideologias. É por isso que o regime chavista é muito mais complexo, interessante e profundo

do que um mero caudilhismo. O regime chavista adotou como doutrina a ideia do “socialismo do século XXI”, um rótulo que surgiu dos escritos do sociólogo alemão e professor no México Heinz Dieterich.

O “socialismo do século XXI” de Dieterich tem duas características. Em primeiro lugar, é um capitalismo de estado, ou seja, um regime econômico que não abole a propriedade privada dos meios de produção, mas se baseia na concentração da economia nas mãos do Estado por meio de uma aliança entre grandes empresas estatais e grandes empresas privadas que vivem à sombra da proteção e da ajuda estatais. A ideia do capitalismo de estado não é uma novidade. Exemplos desse tipo de sistema vão do Japão Meiji, passam pela Itália de Mussolini, pela Alemanha de Hitler, numa história de mais de um século. A segunda característica do “socialismo do século XXI” é a hostilidade à liberdades políticas – isto é, o projeto de um monopólio político por parte do regime. A combinação de autoritarismo político e uma economia de mercado organizada em torno das asas do estado forma o núcleo da doutrina do chavismo.

Na Venezuela chavista, a liberdade econômica sofre muito menos ameaças do que a liberdade política. A liberdade de empreender, a liberdade de emprestar dinheiro, a liberdade de lucrar – essas liberdades econômicas podem persistir muito além das liberdades políticas sob o regime de Chávez. A primeira liberdade política que sofreu ao longo do processo de consolidação do chavismo foi a liberdade de imprensa. Em 2007, a Rede Caracas de Televisão (RCTV) foi proibida na Venezuela. A justificativa oficial foi que a rede apoiara, em 2002, a tentativa de golpe de estado contra Chávez. A pergunta óbvia: por que, então, a RCTV não foi proibida, num processo legal, em 2002, mas apenas em 2007, quando começou a perseguição a uma série de outros órgãos de imprensa? Os veículos que passaram a ser cerceados e ameaçados sofrem processos por uma série de supostos crimes fiscais, numa evidente tentativa de intimidação. Aparentemente, na Venezuela, todos pagam impostos – menos os responsáveis por meios de comunicação que criticam o governo.

No Brasil, no momento em que foi cassada a licença da RCTV, tivemos um fenômeno inédito, pouco divulgado e um tanto triste. Dois partidos brasileiros soltaram notas oficiais apoiando e aplau-

dindo a proibição da RCTV. Uma delas emanou do PSOL, o que tem escassa importância pois o PSOL é um partido periférico. Mas a outra emanou do PT – e isso é importante. Trata-se do maior partido político do Brasil e do eixo de sustentação do governo federal. Esse partido, oficialmente, saudou um atentado contra a liberdade de imprensa.

A cassação da RCTV não é um evento isolado. Cerca de seis meses depois, entre 27 e 30 de março de 2008, realizou-se em Caracas, sob os auspícios do governo Chávez, um evento intitulado 1º Encontro Latino-Americano contra o Terrorismo Midiático. A associação entre os termos “terrorismo” e “mídia” tem uma fonte de inspiração muito clara e recente. Em 2001, depois do 11 de setembro, George W. Bush lançou sua “guerra ao terror” – e então a palavra “terror” se converteu em instrumento de incontáveis utilidades. Ela passou a ser usada pelo governo americano para perseguir imigrantes indefesos nos Estados Unidos, e também para justificar uma guerra de ocupação do Iraque, que não tinha nenhuma ligação com o terror de Osama Bin Laden. Ela passou a ser usada pelo governo chinês para perseguir separatistas muçulmanos do extremo oeste da China e pelo governo russo numa campanha sanguinária de repressão na Chechênia e nas repúblicas da Transcaucásia. Quando se associa a palavra “terror” a alguma coisa, se associa uma pena a isso. A pena normalmente utilizada contra terroristas varia entre a prisão perpétua e a morte. O uso da palavra “terror” no encontro de Caracas tem o seu significado.

Esse 1º Encontro Latino-Americano contra o Terrorismo Midiático, do qual participaram também alguns jornalistas brasileiros, emitiu uma declaração. O primeiro ponto diz o seguinte:

“Jornalistas, comunicadores e estudiosos da comunicação da América Latina, Caribe e Canadá, reunidos em Caracas, neste 1º Encontro Latino-Americano contra o Terrorismo Midiático denunciamos: o uso da falsificação pelas transnacionais informativas como uma agressão permanente contra os povos e governos que lutam pela paz, a justiça e a inclusão.”

Observe-se, neste primeiro item, a junção de povos e governos. Aquilo que o jornalismo sempre separou – o povo é uma coisa diferente do governo eventual – está associado na declaração de jornalistas e estudiosos da comunicação que se reuniram em Caracas.

O ponto dois: “O terrorismo midiático é a primeira expressão e condição necessária do terrorismo militar e econômico, que os países do norte industrializado empregam para impor à humanidade sua hegemonia imperial e seu domínio neocolonial. Como tal, é inimigo da liberdade, da democracia e da sociedade aberta e deve ser considerado como a peste da cultura contemporânea.”

O item significa que o “terrorismo midiático” é parte do “terrorismo militar e econômico”. Ou seja, aquele que for definido como um “terrorista midiático” será considerado, nos termos da declaração, um “terrorista militar” e um “terrorista econômico”.

Três: “Em nível regional, o terrorismo midiático está sendo empregado hoje para sabotar qualquer acordo humanitário ou saída política para o conflito colombiano e para regionalizar a guerra na região andina”. Tradução: o governo Chávez, como declarou, define a guerrilha colombiana como um “exército bolivariano legítimo”. E, por meio da declaração, está dizendo que os jornais que não considerarem que o governo colombiano deva negociar com a guerrilha das Farc serão considerados parte do “terrorismo midiático”.

Quatro: “A atual luta democrática no Equador, Bolívia e Nicarágua, junto ao Brasil, Argentina, Uruguai e México, confirma a vontade política de nossas sociedades para desbaratar a sucessiva e agressiva campanha de difamação das transnacionais informativas e da Sociedade Interamericana de Imprensa. Cuba e Venezuela representam com clareza os marcos mais vigorosos dessa batalha ainda não concluída.”

“Terrorista midiático” é aquele que diz que não existe liberdade de imprensa em Cuba. Porque Cuba é um marco e uma fortaleza nessa batalha contra o terrorismo midiático. Eu sou um “terrorista midiático”, segundo o encontro de Caracas. O item prossegue: “Por outro lado, estamos obrigados a redobrar nossos esforços diante da dramática situação pela qual atravessa o jornalismo democrático no Peru, Colômbia e outras nações.” Em Cuba vai tudo bem. No Peru, Colômbia e outras nações nas quais inexiste censura é que “estamos obrigados a redobrar nossos esforços”.

O ponto sete: “A informação não é uma mercadoria. Tal como a saúde e a educação, a informação é um direito fundamental dos povos e deve ser objeto de políticas públicas permanentes.” Tradu-

ção: tal como nos campos da saúde e da educação, o Estado deve cuidar da comunicação.

Nove: “Não só a Sociedade Interamericana de Imprensa, mas grupos de choque como Repórteres sem Fronteira, respondem aos ditames de Washington na falsificação da realidade e na difamação globalizada.” A ONG Repórteres sem Fronteiras (RSF) reportou atrocidades das tropas americanas no Iraque e no Afeganistão – mas isso não conta, pois a RSF não renunciou ao princípio da liberdade de imprensa. O item prossegue: “Nesse contexto, a União Europeia cumpre um papel vergonhoso, que contradiz a heroica luta de seus povos contra o nazifascismo.” A União Europeia é, portanto, parte do “terrorismo midiático”, junto com a Sociedade Interamericana de Imprensa e a Repórteres sem Fronteira. No fim, são “terroristas midiáticos” todos os que criticarem Cuba pela ausência de liberdades políticas, que não defenderem negociações entre o governo colombiano e as Farc, que discordarem da ideia de que as comunicações são um assunto de Estado.

A declaração final do encontro de Caracas é uma plataforma política, oriunda do chavismo e adotada por uma parcela significativa da esquerda latino-americana. Como fica o Brasil nesse cenário?

O governo brasileiro não adota a doutrina do terror midiático e proclama o mais completo respeito à liberdade de imprensa. E, na verdade, o governo brasileiro respeita na prática a liberdade de imprensa, quase o tempo todo. Como todos os governos, o governo brasileiro reclama da imprensa. Quando presidentes reclamam da imprensa, é porque existe imprensa livre. Isso é uma regra. Quando um presidente – qualquer presidente, em qualquer país – parar de reclamar da imprensa é porque desapareceu a imprensa livre. Por isso, o fato do presidente brasileiro reclamar da imprensa nada significa – ou melhor, é um sinal positivo sobre o estado da imprensa no país.

Entretanto, sob uma forma atenuada, a doutrina do terror midiático é predominante no PT, um partido que está em processo de restauração stalinista. O marco da adoção da ideia de que a mídia é um inimigo e deve ser combatido foi o episódio do “mensalão”, em 2005. O “mensalão” divide águas na forma do PT enxergar a mídia. Na época, uma nota de sua direção, que tinha como presiden-

te provisório Tarso Genro, acusava uma “conspiração da imprensa golpista para derrubar o governo”. Era a adoção do princípio do terrorismo midiático, expressa na ideia de que a imprensa independente, ao reportar, está conspirando para derrubar governos.

A nota do PT tem uma justificativa intelectual que me interessa. A noção de uma “conspiração da imprensa golpista”, às vezes tratada como um “golpe branco das elites”, emana de um intelectual, que é Wanderley Guilherme dos Santos, mas ganha densidade conceitual pela voz de uma figura muito respeitada na vida nacional, que é a filósofa Marilena Chaui. Por ocasião do “mensalão”, Chaui renunciou a escrever na imprensa e, também, passou a se recusar a falar com a imprensa. Em setembro de 2005, ela postou uma carta na internet que abordava o tema da imprensa e das relações entre o jornalismo e o episódio do “mensalão”. A carta, que acabou sendo republicada pela *Folha de S. Paulo*, tem importância conceitual. Uma passagem dizia que não é possível acreditar na “mídia” pois “na sociedade capitalista os meios de comunicação são empresas privadas e portanto pertencem ao espaço privado dos interesses de mercado.”

Essa é uma forma filosófica de expressar uma bandeira stalinista muito antiga e que sempre foi expressa de uma maneira mais direta, mais simples, como um slogan: “Liberdade de imprensa é igual liberdade da empresa”. Todo mundo já ouviu essa expressão. O que Chaui estava fazendo era emprestar seu nome, sua autoridade, seu currículo e o peso de sua história para sustentar a assertiva.

O “mensalão” teve consequências importantes no campo da discussão da mídia no Brasil. É com o “mensalão” que o governo federal tem a ideia de criar a TV Brasil, ou seja, uma televisão estatal de tipo governamental, controlada pelo governo e sem meios de controle por um público mais amplo. Ao mesmo tempo, estimulava-se um projeto acalentado pelo PT que se expressa pela senha “controle social da mídia”. A ideia de “controle social da mídia” está diretamente inspirada pela formulação conceitual de Chaui. Se a imprensa faz parte “dos interesses privados de mercado”, se liberdade de imprensa é igual à liberdade da empresa, então o direito à informação envolve um “controle social da mídia” – ou seja, a criação de meios de “controle social” das empresas de comunicação que seriam as detentoras da liberdade de imprensa.

O projeto de “controle social da mídia” é rejeitado oficialmente em declarações governamentais. O ministro Hélio Costa, há menos de um mês, declarou com todas as letras que o governo rejeita a bandeira do “controle social da mídia”. Apesar disso, o governo tem muitas cabeças e muitas sentenças, algumas contraditórias com as outras. Enquanto Hélio Costa pronunciava sua rejeição, o ministro Paulo Vanucchi editava o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), no qual um item dizia que, em nome dos direitos humanos, o governo deverá fazer um “acompanhamento editorial dos meios de comunicação”. Aprendi, quando estudante de jornalismo, que a imprensa faz um acompanhamento do governo. Agora, ficamos sabendo que deve ser o avesso disso: é o governo que teria a missão de fazer um acompanhamento da imprensa. Segundo o PNDH-3, haveria um ombudsman nacional dos jornais, que seria o próprio governo. O PNDH-3 foi alterado em diversos pontos, depois de receber críticas de diversos setores. Desapareceu o item sobre o “acompanhamento editorial dos meios de comunicação”. O PT perdeu, provisoriamente.

Volto à pergunta inicial: a defesa da liberdade de imprensa é uma atitude de direita? Essa é a opinião do 1º Encontro Latino-Americano contra o Terrorismo Midiático. É, também, a opinião de todos aqueles que dizem que liberdade de imprensa é a liberdade da empresa. Mas não estou convencido de que seja uma atitude de direita defender a liberdade de imprensa.

A modernidade é constituída por duas famílias de partidos: o partido dos liberais e o partido dos socialistas. O partido dos liberais é aquele que defende, em primeiro lugar, a liberdade. O partido dos socialistas é aquele que defende, em primeiro lugar, a igualdade. Esses dois termos são os termos básicos da Revolução Francesa. Eis o motivo pelo qual os dois partidos são expressões divergentes da modernidade: eles têm a mesma origem. Eles têm a mesma origem política e filosófica, só que um prefere um termo da equação, a liberdade, e o outro prefere o outro termo da equação, a igualdade.

Há duas formas polares de perversão política moderna. A perversão do partido dos liberais, que se realiza em nome da liberdade, e de uma liberdade convertida apenas em liberdade econômica, consiste no abandono completo da ideia de igualdade. É quando,

em nome da radicalização da ideia de liberdade, o partido dos liberais acaba com todas as garantias para aqueles que são deixados de lado no mercado. Então, se instalam experimentos ultraliberais que eliminam os direitos sociais, que apagam completamente a ideia de igualdade e que só podem existir, paradoxalmente, por meio da instalação de uma ditadura. Isso porque só pode acabar com os direitos sociais, nas democracias de massa contemporâneas, exterminando a própria democracia.

A perversão moderna simétrica é a do partido dos socialistas. É quando, em nome da radicalização da ideia da igualdade, o partido dos socialistas renuncia completamente à ideia da liberdade – e então instala regimes totalitários que falam em nome da igualdade. Nesses regimes, a única igualdade que existe, de fato, é a igualdade da miséria para todos e da riqueza para a elite burocrática dirigente.

As democracias de massa contemporâneas são o resultado do entrelaço entre o partido dos liberais e o partido dos socialistas, que provoca a limitação dos impulsos extremos de ambos. As democracias do século XX resultam do reconhecimento do partido dos liberais de que a liberdade não pode existir se não com alguma preocupação com a igualdade. E com o reconhecimento do partido dos socialistas de que igualdade não pode existir senão com a preservação das liberdades básicas. Ou seja: as democracias de massa são fruto da rejeição das duas perversões, da perversão liberal e da perversão socialista.

Foram os liberais que inventaram a liberdade de imprensa, muito antes de existir o partido dos socialistas. O primeiro grande documento de defesa da liberdade de imprensa é de 1644. Deve-se a John Milton e apareceu na Inglaterra, sob o título *Areopagitica* e o subtítulo: *Um discurso pela liberdade de impressão sem licença ao parlamento da Inglaterra*. O texto contém a seguinte passagem: “Aquele que mata um homem, mata uma criatura da razão, feita à imagem de Deus. Mas aquele que destrói um bom livro mata a própria razão, mata a imagem de Deus.” No texto está a mais clássica justificativa racional contra a censura. John Milton acreditava na razão humana e, portanto, acreditava que as pessoas têm capacidade para distinguir as boas ideias das más ideias. Essa é a justificativa clássica da liberdade de imprensa. As pessoas são dotadas

de razão, as pessoas são adultas, são capazes de distinguir uma boa ideia de uma má ideia – do que se conclui que se deve permitir a impressão de boas e de más ideias.

É justamente a negação da razão humana e da natureza adulta dos cidadãos a base do Encontro Latino-Americano contra o Terrorismo Midiático. Ele se ergueu sobre a ideia de que as pessoas não têm razão ou não são adultas, de que o povo é constituído de seres destituídos de razão ou por crianças, que não sabem distinguir as boas ideias das más ideias.

Apesar da ideia de liberdade de imprensa ser uma invenção do partido dos liberais, ela foi defendida, na passagem do século XIX para o século XX, principalmente pelos socialistas e não pelos liberais. E foram os socialistas que, naquela época, atualizaram os argumentos teóricos a favor da liberdade de imprensa. O argumento mais geral, que não diz respeito especificamente à imprensa, foi formulado de modo cristalino por Rosa Luxemburgo, a revolucionária polonesa do Partido Social-Democrata Alemão. Ela escreveu o seguinte: “liberdade é, sempre e exclusivamente, a liberdade dos que discordam de mim.” Rosa Luxemburgo estava, naquele texto, criticando o fechamento da assembleia constituinte na Rússia pelo partido bolchevique de Lênin. O que ela dizia? A liberdade para o governo não é liberdade. A liberdade para os adeptos de um partido que está no poder não é liberdade. Liberdade é, sempre e exclusivamente, a liberdade dos que discordam de mim. A liberdade dos outros.

Karl Marx tem uma série de textos sobre a liberdade de imprensa. Ele tinha argumentos muito bons a favor da liberdade de imprensa, que publicou na *Nova Gazeta Renana*. Em maio de 1842, escreveu o seguinte:

“Tanto a liberdade é a essência do homem que mesmo seus oponentes a implementam enquanto negam sua realidade. Eles querem se apropriar para si mesmos, como que mais precioso ornamento, daquilo que rejeitaram como ornamento da natureza humana. Nenhum homem combate a liberdade. No máximo combate a liberdade dos outros. Portanto, todos os tipos de liberdades sempre existiram, às vezes que apenas como privilégio especial, às vezes como direito universal.”

Marx estava dizendo o mesmo que Rosa Luxemburgo. No

mesmo artigo, ele fazia a seguinte constatação: em todos os lugares, documentos governamentais oficiais experimentam perfeita liberdade de imprensa. E complementava: a verdadeira censura, baseada na essência da liberdade de imprensa, é a crítica. Esse é o tribunal que se desenvolve a partir da liberdade de imprensa. Censura é crítica como monopólio do governo. Na verdade o que Marx escreveu, e que deveria ser lido por Marilena Chaui, veiculava o argumento de fundo usado mais tarde por Rosa Luxemburgo. O argumento pode ser sintetizado assim: não existem os que são contrários e os que são favoráveis à liberdade; existem apenas os que querem a liberdade como monopólio e os que querem a liberdade como bem universal. Só há essa diferença.

Mas a própria Marilena Chaui fez a crítica de Marilena Chaui. O interessante é que a crítica surgiu antes da assertiva criticada – aquela segundo a qual liberdade de imprensa é igual à liberdade da empresa. A crítica apareceu num artigo publicado na imprensa, em meio a uma polêmica com o também filósofo José Arthur Gianotti, em 2001. Gianotti, descontente com a cobertura da imprensa sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso, escrevera um artigo que, na opinião de Chaui, desqualificava os partidos políticos e a imprensa. E, então, criticando a crítica de Gianotti, ela escreveu o seguinte: “ao desqualificar os partidos políticos e a imprensa, Gianotti desqualifica politicamente algo mais profundo: a sociedade civil e o conjunto dos cidadãos.”

A Marilena Chaui de 2001 imaginava que a imprensa – não uma outra imprensa, não uma imprensa estatal, não uma imprensa sob “controle social”, mas a imprensa na qual ela escrevia, a imprensa à qual se dirigiam as críticas de Gianotti – era parte da sociedade civil e um elemento fundamental para o pleno exercício da cidadania. Mas ela mudou de opinião. Em 2005, em meio ao escândalo do “mensalão”, escreveu: “na sociedade capitalista os meios de comunicação são empresas privadas e portanto pertencem ao espaço privado dos interesses de mercado.” Em 2001, a imprensa fazia parte da sociedade civil. Quatro anos depois, na opinião da filósofa, passou a fazer parte dos interesses privados de mercado.

O que aconteceu entre 2001 e 2005 para que Chaui mudasse tão radicalmente de opinião? A troca de governo e, em particular,

o episódio do “mensalão”. São esses os eventos que separam uma Chaui da outra. Eu fico com a Chaui de 2001. Aquela que, hoje em dia, é de direita.

***Demétrio Magnoli** – Bacharel em Ciências Sociais e Jornalismo pela Universidade de São Paulo, doutor em Geografia Humana pela USP, é pesquisador do Grupo de Análises de Conjuntura Internacional da USP. Já foi professor de Geografia Política e Geografia Urbana na PUC de São Paulo e colunista dos grandes diários – atualmente escreve para *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* –, bem como é integrante do Conselho Editorial da revista *Interesse Nacional*. Na condição de pesquisador, especializou-se nas áreas de Relações Internacionais e Geografia Política. Já publicou ensaios, organizou coletâneas e vários livros. Sua obra mais recente, *Uma gota de sangue – história do pensamento racial* (ed. Contexto), foi lançada em 2009.

A Venezuela na mídia contemporânea¹

A primera vista la complejidad es un tejido (complexus: lo que está tejido en conjunto) de constituyentes heterogéneos inseparablemente asociados; presenta la paradoja de lo uno y lo múltiple. Al mirar con más atención, la complejidad es, efectivamente, el tejido de eventos, acciones, interacciones, retroacciones, determinaciones, azares, que constituyen nuestro mundo fenoménico. Así es que la complejidad se presenta con los rasgos inquietantes de lo enredado, de lo inextricable, del desorden, la ambigüedad, la incertidumbre...

Edgar Morin (1997).

Adrián José Padilla Fernández*

As dinâmicas políticas e midiáticas que têm lugar hoje na Venezuela, pela suas complexidades, requerem leituras aprofundadas para se aproximar a uma compreensão que dê conta das realidades envolvidas nesse processo social e cultural. Por isso, uma abordagem

¹ Canelas Rubim localiza a comunicação midiática como um dos fatores estruturantes mais marcantes da sociabilidade contemporânea, a qual ele caracteriza como Idade Mídia. Ver CANELAS RUBIM, Antônio Albino. Comunicação e Política. Hacker, São Paulo. 2000.

reducionista, linear, simplificadora pode nos levar a um território longe demais da multiplicidade dimensional do mundo fenomênico que se constitui e movimenta ao ritmo da velocidade tecnológica, própria das sociedades neste início do século XXI. Consideramos que fatores de ordem político, histórico e simbólico devem estar presentes nas análises que tentemos fazer sobre essas problemáticas.

Por exemplo, é um fato que a partir de 1998, com a vitória eleitoral de Hugo Chávez à presidência da República da Venezuela, criou-se um foco informativo que abriu as janelas do processo político e, de forma geral, da história contemporânea deste país caribenho-andino-amazônico, para o resto do continente e do mundo. Agora, depois de uma década, a Venezuela continua a ser ponto obrigatório da agenda noticiosa internacional. Mas, para entender o que acontece na pátria de Simón Bolívar², na atualidade com o nome oficial de República Bolivariana da Venezuela, é preciso mergulhar, pelo menos, nos últimos quarenta anos de sua história social, política e econômica.

Em 1958, um movimento cívico-militar, formado por militantes dos partidos políticos ilegalizados (social-democratas, social-cristãos e comunistas), setores das forças armadas e setores empresariais, acabou com a ditadura militar que o General Marcos Pérez Jiménez manteve, com “mão de ferro”, durante uma década. Além da cruenta repressão com a qual combateu seus opositores, a ditadura perejimenista³ se caracterizou por criar as condições favoráveis à implantação de um modelo econômico que se alinhou às necessidades da economia norte-americana, com o processo de substituição de importações que, nesses anos, desenvolveu-se na América Latina, no contexto de certa industrialização. O capital estrangeiro, que na indústria petroleira, fixa-se em um clima de paz social e

² Simón Bolívar (1783-1830), “El Libertador”, líder político e militar da guerra de independência da Venezuela contra a monarquia espanhola, participou da libertação de outras colônias do continente e defendeu a ideia da “continentalidad” da Colômbia (bloco de países), como garantia de desenvolvimento, prosperidade e paz para os países latino-americanos perante o poder europeu e dos Estados Unidos. (Ver “Carta de Jamaica” e outros documentos em LOPEZ OCAMPO, Javier. Historia de las ideas de integración de América Latina. Bolivariana Internacional. Caracas, 1981).

³ As torturas eram utilizadas no dia a dia da tenebrosa SN (“Seguridad Nacional”), a polícia política, que lotou os presídios nacionais com os opositores, e até tinha um tipo de campo de concentração chamado Guasina, em uma região de selva tropical, no estado Bolívar no sul do país.

estabilidade econômica. Nesse período, consolida-se a Federação de Câmaras de Comércio e Produção (Fedecamaras), organização empresarial que terá um papel político importante em todos os governos da história contemporânea do país⁴, e que na era Chávez tem um papel protagônico como parte do bloco opositor. Não por acaso quem ocupou a presidência da República da Venezuela, durante os dias 12 e 13 de abril de 2002, na brevíssima derrocada de Hugo Chávez Frias, foi Pedro Carmona Estanga, então presidente dos empresários e industriais, reunidos em Fedecamaras.

Do ponto de vista político, as classes dominantes venezuelanas⁵, representadas pelos partidos Ação Democrática (AD), Social-cristão (Copei) e União Republicana Democrática (URD), inauguraram a década de 1960, fazendo um acordo, conhecido como “Pacto de Punto Fijo”⁶, que estabelecia a alternância dessas organizações partidárias no controle do governo e a exclusão dos partidos de esquerda (Partido Comunista da Venezuela e o Movimento de Esquerda Revolucionária). De fato, são os partidos AD e Copei os que executam e se beneficiam desse acordo que impõe um modelo bipartidário ao país por 40 anos. Na década de 1960, no meio do convulsionado cenário pós-revolução cubana que percorre o continente, os partidos da esquerda venezuelana PCV e MIR, que tinham crescido durante a luta de resistência à ditadura militar, começam a fazer uma agitada oposição⁷ ao governo de Rómulo Betancourt (AD), denunciando sua posição favorável à política norte-americana e aos desígnios da burguesia venezuelana, representada por Fedecamaras.

A resposta do governo não se fez esperar. Os protestos são reprimidos fortemente, deixando inúmeros feridos, detidos e alguns mortos. Os sindicatos de esquerda e outras organizações sociais são desarticuladas pela ação de grupos armados (os chamados grupos de choque ou “cabil-

⁴ Tanto na ditadura como nos governos democráticos – com exceção no período do chavismo – exerceram influência nas políticas econômicas do Estado venezuelano.

⁵ Incluem-se os grupos oligárquicos tradicionais, chamados por alguns autores como os “Amos del Valle”, como as famílias Zuloaga (Globovisión) e Bottome/Granier/Phells (RCTV), como também grupos emergentes ligados à abertura ao capital estrangeiro. Neste último, tem destaque a família Cisneros, dona do conglomerado de comunicação que reúne empresas de televisão como Venevisión e Televisa (México), entre outras.

⁶ O nome do acordo faz referência à casa onde foi realizado.

⁷ Nos cotidianos protestos de rua, têm uma participação importante militantes do movimento estudantil universitário e secundarista, onde o PCV e o MIR são fortes.

leros”). Os partidos PCV e MIR são cassados e seus parlamentares são presos⁸. Nesse contexto, inicia-se um período de luta armada com uma esquerda que vai, principalmente, às montanhas, a reproduzir a tática do foquismo – que tinha dado certo em Cuba – e uma direita que abraçará a Doutrina de Segurança e Defesa e as táticas de contra-insurgência para combater o movimento revolucionário. Os governos de AD, Rómulo Betancourt (1959-1963) e Raúl Leoni (1964-1968), desenvolveram campanhas repressivas onde se bombardearam zonas rurais com atividade guerrilheira, torturas aos militantes, ou bases de apoio, presos nos chamados TO's (teatros de operações ou campos antiguerrilheiros), até o desaparecimento de pessoas⁹. O desfecho desse período de luta armada, que oficialmente concluiu no primeiro governo de Rafael Caldera (Copei), em 1968, deslindou à esquerda em dois campos. Por um lado, os partidos que optaram pela legalidade, reconhecendo uma derrota política e militar (PCV e MIR). Pelo outro, as correntes radicais dessas agrupações partidárias que optaram por manter o projeto armado. Como reflexo do fenômeno do eurocomunismo e dos acontecimentos de Praga em 68, o PCV sofreu mais uma divisão importante dando lugar ao nascimento do Movimento ao Socialismo (MAS) em 1970.

Nessa década, após a pacificação formal, tanto a esquerda legalizada como a radical preocupam-se com a hegemonia exercida por AD e Copei, não só na estrutura do Estado como em toda a armação da organização social. Sindicatos¹⁰, organizações de bairros e camponesas ficam sob o domínio político dos partidos do “Pacto de Punto Fijo”. Trata-se do avanço de uma política que combina um radical discurso anticomunista e uma aguda repressão seletiva contra os militantes da esquerda radical. O movimento estudantil, tanto universitário como secundarista, transformou-se na avançada da esquerda radical que impulsionou fortes confrontos de rua, com um saldo significativo de militantes presos e

⁸ O quartel São Carlos, um presídio militar, será inaugurado como cárcere dos presos políticos e se manterá nessa função até os anos 90. Na atualidade é um museu.

⁹ Esta prática repressiva de contra-insurgência, que se aplicou de forma extensiva nas ditaduras do Cone Sul, nas décadas de 70 e 80, já era utilizada pelo governos venezuelanos nos anos 60. Destacam-se os casos de Alberto Lovera, Felipe Malaver e Andrés Pasquier, entre outros.

¹⁰ A Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV) desenvolveu uma relação quase de promiscuidade com a AD, pelo qual se descaracterizou como organização classista.

mortos. Dessas lutas saíram importantes contingentes que nos anos 70 e 80, fecharam fileiras com organizações armadas e com as emergentes frentes de massa. Por seu lado, a esquerda legalizada, com o MAS como máximo representante, entra no jogo eleitoral, recupera espaço parlamentar, aventura-se no mundo sindical dominado por AD e Copei e acaba fazendo parte de estruturas extremamente burocratizadas, avançando cada vez mais para o centro político.

No setor econômico, a Venezuela, como país exportador de petróleo, beneficia-se da grande crise energética mundial de 1973. Com a disparada dos preços nos mercados internacionais, uma avalanche de recursos financeiros multiplica o orçamento do país de forma impressionante. Essas condições econômicas sustentam o programa político populista de Carlos Andrés Pérez (AD), que inicia seu primeiro mandato em 1974. Com um discurso terceiro-mundista, o governo procura projeção continental, aproxima-se da social-democracia internacional, estreita os laços com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), abre as relações diplomáticas com Cuba e nacionaliza a indústria petroleira e a de ferro. Talvez, inspirado no modelo do Partido Revolucionário Mexicano (PRI) mexicano, opta-se pelo duplo discurso de um governo liberal por fora e conservador por dentro. Era uma época boa para uma economia que se sustentava com o fluxo dos petrodólares, em um país que, por essa razão, começa a ser chamado por alguns críticos como “Venezuela Saudita”. Tantos recursos não impulsionaram o país pelas trilhas do desenvolvimento; muito pelo contrário, a corrupção toma conta da classe política dominante, que institui a cultura do “jeitinho”, a “caixinha”, os sobrepreços, e outras práticas fraudulentas na administração da coisa pública, pelo que poucos anos foram suficientes para levar o país à beira do abismo econômico. Em 1982, durante governo de Luis Herrera Campins (Copei), explodiu a crise econômica com a chamada “sexta-feira negra”, que se caracterizou pela desvalorização monetária, a disparada da inflação, aumento da dívida externa, e por graves consequências sociais para a grande maioria da população. No governo de Jaime Lusinchi (AD), entre 1984-1988, esse quadro crítico se aprofundou. As constantes manifestações sociais de protesto, realizadas principalmente pelo movimento estudantil, eram reprimidas por uma forte organização policial, cada vez mais significativa dentro da estrutura do Estado.

Dentro desse crítico cenário sócio-econômico, Carlos Andrés Pérez (AD) consegue ser eleito para um segundo mandato (1989-1993). O apoio popular obtido é um reflexo da esperança do povo de voltar aos tempos dos petrodólares da “Venezuela Saudita”. De fato, a campanha de Pérez é montada em cima dessa figura que estava viva no imaginário popular. Porém, nos primeiros dias do seu governo, anuncia uma série de medidas econômicas neoliberais, em correspondência com as fórmulas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). O insustentável quadro econômico e social fez com que essa população, que tinha depositado seu voto com a esperança de uma mudança, saísse às ruas de forma explosiva, no dia 27 de fevereiro de 1989. Esses saques e protestos que ficaram conhecidos como *El Caracazo*, foram reprimidos de forma jamais vista na história do país. O exército, a Guarda Nacional, e outros corpos militares e policiais, restabeleceram a ordem pública a um alto custo de vidas. Oficialmente, o governo informou que houve 300 vítimas, enquanto organizações de defesa dos direitos humanos denunciaram que a lamentável cifra era de mais de 3.000, entre mortos e desaparecidos.

Esses acontecimentos são um divisor de águas na história contemporânea da Venezuela. A partir desse momento, cria-se um grande vazio de referentes políticos. Por um lado, os partidos tradicionais, do “Pacto de Punto Fijo”, tinham sucumbido perante a corrupção e o esvaziamento doutrinário (ninguém estava preocupado com programas ou filosofias, e sim com o lucro que as parcelas do poder poderiam garantir). Pelo outro, a esquerda institucional (MAS) estava ao centro demais para reagir com propostas novas, e a esquerda radical estava desarticulada, consequência de suas políticas ou da ação repressiva do Estado. Nesse contexto, em fevereiro de 1992, um grupo de oficiais do exército venezuelano, organizados no Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), desenvolve uma tentativa de golpe de estado. No comando dos militares rebeldes estava o Tenente Coronel Hugo Rafael Chávez Frias, então comandante do batalhão de paraquedistas, que no ato de rendição de suas forças, em uma alocação de 40 segundos ao vivo pela TV, assumiu a responsabilidade do movimento e afirmou que *por ahora*¹¹ não se tinham conseguido os objetivos. Depois

de dois anos de prisão, Chávez foi anistiado junto a seus companheiros e saiu para a vida pública. Durante vários anos, com um pequeno grupo de seguidores, foi-se movimentando e articulando até que, aos poucos, transformou-se no fenômeno eleitoral que em 1998 chegou à presidência da república, com uma vitória contundente.

O polo patriótico¹² chega ao poder com uma proposta de refundação da república que passaria por um processo constituinte e pela renovação de todos os poderes do Estado. Para atingir esse objetivo são realizadas várias consultas eleitorais (referendo, Constituinte, Constituição e renovação dos poderes), e todas são vencidas pelos bolivarianos. De fato, trata-se de um novo cenário político com novos atores, embora algumas práticas da cultura política anterior continuem presentes¹³. O discurso oficial que critica de forma aguda o modelo “puntofijista”, que resgata a figura do Libertador Simón Bolívar, que se identifica com os setores mais empobrecidos da sociedade, avança sem maiores obstáculos em um primeiro momento, no qual os partidos tradicionais, ainda não se recuperavam das tremendas derrotas eleitorais. Talvez pela falta de atores orgânicos concretos, os setores que se opõem ao chavismo são obrigados, pelas circunstâncias, a exercer pressão política desde instâncias da estrutura social que até então se exprimiam, tradicionalmente, pela mediação dos partidos políticos. É assim, como o alto clero, os meios de comunicação, Fedecamaras e a CTV entram na cena política venezuelana numa ação direta contra o presidente Chávez e o projeto que ele representa.

Já na época da campanha eleitoral de 1998, o embate simbólico contra Chávez foi brutal. Desde um processo de “demonização” até o uso do discurso norte-americano da “guerra fria” ao falar da ameaça castro-comunista. Após o triunfo da proposta bolivariana, grandes batalhas se desenvolvem nos espaços midiáticos. *El Nacional* e *El Universal*, entre os principais jornais, emissoras de rádio espalhadas pelo território nacional e, principalmente, canais de televisão como Venevisión, Globovisión, RCTV, entre outros, não dão quartel para a ação governamental. A cobertura para os opositores do governo é

¹² Coligação de partidos e grupos políticos de esquerda que apoiaram a candidatura de Chávez.

¹³ A imposição de linhas ou visões, a presença de homens fortes, e certa prepotência, próprias dos partidos do “Pacto de Punto Fijo”, são comuns em certas instâncias das instituições governamentais.

¹¹ O “por enquanto” de Chávez era uma ênfase do temporário daquele revés político-militar.

total, as críticas têm grande destaque, aos poucos, os comunicadores da grande mídia vão assumindo um protagonismo, como agentes políticos. Por sua parte, o governo respondeu com o programa radial semanal “Aló Presidente”, transmitido inicialmente pela emissora Rádio Nacional de Venezuela, que depois passou ao canal estatal de TV, “Venezolana de Televisión”, indo ao ar aos domingos a partir das onze horas da manhã. Este programa televisivo, conduzido pelo próprio presidente Chávez, constitui-se em um dos lugares sociais primordiais da construção do discurso bolivariano. Nesse sentido discursivo também estão as ruas, os bairros populares, as comunidades, onde a socialização da política é um fato do dia a dia que também se exprime midiaticamente. A relação política-comunicação não poderia ser mais clara no caso venezuelano. Estamos falando das dinâmicas democráticas que pressupõem a existência de um espaço público (a praça e/ou os meios) onde sejam debatidos, de forma contraditória, os grandes problemas do momento. É nessa dimensão, onde se localiza a crítica de Habermas (1988) aos clássicos, sobre a razão instrumental da ciência e tecnologia como elemento dominante na fundação do estado moderno. Para o autor alemão existe também uma razão comunicativa, fundada na linguagem, que se expressaria na busca do consenso entre os indivíduos, por intermédio do diálogo, no âmbito público. Esse fator localiza-se na esfera do cotidiano, ou “mundo da vida”, constituída pelos elementos da cultura, sociedade e personalidade. Por sua parte, a razão instrumental seria predominante na esfera da economia e a política definida como “mundo sistêmico”.

Dominique Wolton (1995) define o espaço público contemporâneo como espaço público mediatizado, no sentido em que é funcional e normativamente indissociável do papel da mídia. De forma mais abrangente, Canelas Rubim (2000) fala dos tópicos que fazem parte deste quadro social dando destaque para a “expansão quantitativa da comunicação, principalmente em sua modalidade mediatizada, (...). Diversidade e novidade das modalidades de mídias presentes no espectro societário (...). Papel desempenhado pela comunicação mediatizada como modo (crescente e até majoritário) de experienciar e conhecer a vida (...). Presença e abrangência das culturas midiáticas como circuito cultural (...). Ressonância social da comunicação mediatizada sobre a produção da significação (intelectiva) e da sensibi-

lidade (afetiva), sociais e individuais (...). Prevalência da mídia como esfera de publicização (hegemônica) entre os diferenciados ‘espaços públicos’ socialmente existentes, articulados e concorrentes (...). Mutações espaciais e temporais provocadas pelas redes midiáticas”. Diz Rubim que a sociedade estruturada e ambientada pela comunicação reafirma sobremodo a atualidade da questão democrática, uma vez que se assinala que muitos autores contemporâneos falam, às vezes, de maneira por demais efusiva, da potencialidade da nova mídia como rede possibilitadora do exercício de uma renovada democracia direta. Segundo ele “sem democratização da mídia e da telerrealidade, sem democracia e cidadania ‘virtuais’, sem combinação de democracia representativa e direta, não há como atualizar e tornar possível a democracia política e social na contemporaneidade”.

No caso da Venezuela dos últimos tempos, a função de mediação social dos meios fica em questão quando, na prática profissional, muitos comunicadores respondem abertamente a interesses políticos definidos. O momento crítico desse quadro ficou evidenciado durante o golpe de estado do dia 11 de abril de 2002. Perante uma clara ruptura da ordem constitucional, do fio democrático, a mídia festejou a queda do governo legítimo e assumiu com naturalidade a revogação, através de um decreto, de todos os poderes constituídos do Estado venezuelano.

No dia 13 de abril de 2002, o presidente Hugo Chávez é reposto em seu cargo como produto de uma grande pressão popular, que se manifestou em passeatas e concentrações públicas, e pela ação de militares constitucionalistas que se mostraram contra o golpe de estado. Do ponto de vista jornalístico, esses fatos deveriam ter sido noticiados pela sua significação histórica, por ser de interesse coletivo, e por outras inúmeras razões. Não obstante, os meios que tinham feito cobertura total dos acontecimentos que antecederam ao golpe do dia 11 e o mesmo golpe, ao vivo, silenciaram-se durante dois dias. Desenhos animados e velhos seriados norte-americanos ocuparam o lugar desses fatos, que abalavam a sociedade venezuelana e a opinião internacional. Graças à ação das emissoras comunitárias, TV via satélite e, também, ao uso da Internet, muitos venezuelanos acompanharam os acontecimentos.

A forte polarização política que tem lugar na Venezuela tem nos meios de comunicação um de seus espaços fundamentais. Nesse sen-

tido, poder-se-ia falar de três tipos de meios, a saber: a) os grandes meios opositores ao governo (jornais – *El Nacional*, *El Universal*, *El Mundo*, *Meridiano*, 2001, entre outros, emissoras de rádios – FM e AM tanto na capital como no resto do país e canais de TV – Globovisión, RCTV, Venevisión, Televen, Canal i, além de canais regionais na maioria dos estados); b) as emissoras de rádio estatais (RNV e YVKE Mundial) e canais públicos de TV (Venezolana de Televisión, Vive TV, ANTV, e Avila TV), além de Telesur¹⁴ e c) meios de comunicação alternativos (emissoras de rádios e TV's comunitárias) que apoiam o processo de mudanças impulsionado pelo governo bolivariano.

Após os acontecimentos de abril de 2002, aprofundou-se a crise política venezuelana nas dinâmicas jurídico-formais (decisões do Supremo Tribunal), nas demonstrações públicas, tanto contra como a favor do governo, nos chamados de greve em alguns setores da economia, tentativas de mediação internacional, entre outros. Toda essa luta tem nos meios de comunicação um ponto de referência fundamental, uma vez que é neles que se desenvolvem as grandes batalhas que, também, tomam conta dos espaços públicos reais. Como reflexo desse confronto, as tiragens dos principais jornais têm sofrido uma redução significativa, como consequência direta do boicote às vendas por parte da população que é crítica desses meios impressos. É interessante ressaltar que com os canais de TV essa mesma população tem um posicionamento crítico perante a programação jornalística (telejornais e programas de opinião), porém consome os produtos culturais apresentados como entretenimento (telenovelas nacionais e estrangeiras, seriados norte-americanos etc.) sem maiores resistências. No ciberespaço, também se confrontam estas tendências da atual luta política venezuelana com fóruns de debate e *sites* opositores (Noticiero Digital, páginas Web dos jornais e emissoras de rádio e canais de TV) e *sites* bolivarianos (*aporrea* e páginas Web governamentais).

É importante considerar que, durante várias décadas, a televisão comercial na Venezuela foi um oligopólio de duas famílias constitu-

ídas como poderosos grupos econômicos: os Cisneros, que possuem Venevisión, e o grupo Bottome/Granier, que dominam Radio Caracas Televisión e Radio Caracas Radio. Motivados por razões econômicas esses grupos foram contra o surgimento de outros canais como Televen, Globovisión, CMT e La Tele, os dois últimos em frequência VHF, de alcance limitado. Por sua parte, Globovisión é propriedade do grupo financeiro Mezerhane, dono também do jornal diário *El Globo*. Alguns desses canais são de propriedade majoritária de investidores estrangeiros. Por exemplo, a organização Cisneros – como conglomerado de comunicação – é uma transnacional com investimentos nos Estados Unidos e outros países da América Latina. E, por sua parte, as empresas 1BC – Radio Caracas TV e Radio – contam com uma determinante participação financeira do consórcio colombiano RCR – Caracol. Além disso, esses grupos econômicos também são donos de um importante número de emissoras de rádio, firmas de publicidade e marketing, empresas produtoras de discos de música e outras indústrias culturais. Todo esse arcabouço de produção simbólica faz parte do confronto político e da sua importante contribuição na polarização que é, sem dúvida, uma marca da Venezuela contemporânea.

Explica Brito García (2003) que o campo da informática também tem sido cenário da confrontação política na Venezuela nesta última década, ao afirmar que assim como a batalha de abril de 2002 foi com os transmissores de microondas de TV, no boicote petrolero, de dezembro de 2002 a janeiro de 2003, foram as ferramentas da informação tecnológica as pontas dos mísseis. Diz o escritor e pesquisador que o Estado venezuelano durante décadas entregou a empresas norte-americanas sistemas estratégicos de informação, bancos de dados, de atividades-chaves como no caso da indústria petrolera, onde firmas como Informática Negócio e Tecnología S.A (Intesa) e Science Application International Corporation¹⁵ (SAIC) controlavam processos administrativos e produtivos da PDVSA¹⁶. No bojo da sabotagem à indústria petrolera (2002-2003) a Intesa dá uma parada nos processos informáticos da estatal petrolera, apaga bancos de da-

¹⁴ Empresa jornalística multiestatal, criada em 2005 com apoio de seis países: Argentina, Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela. A sua política editorial é ter como "Sul" a contribuição com o processo de integração dos povos latino-americanos, para isso apresenta informações contextualizadas. (Ver <http://www.telesurtv.net/noticias/canal/index.php>)

¹⁵ Firma com estreitos vínculos com os sistemas de Segurança e Defesa dos Estados Unidos.

¹⁶ Como é de se supor, trata-se da empresa estatal mais importante do país.

dos, falsifica arquivos e incorpora instruções automáticas para danificar equipamentos e processos operativos. A resposta para reverter essas ações veio da inteligência tecnológica de algumas universidades venezuelanas e de hackers das comunidades virtuais que driblaram a situação caótica e aos poucos conseguiram restabelecer os processos informáticos e produtivos. O tratamento feito pela mídia, em geral, neste caso foi criticar essa façanha tecnológica e alertar sobre os perigos dessa operação realizada por “técnicos inexperientes”, a qual poderia levar a uma catástrofe sem precedentes no país.

Quem olha para a Venezuela com os óculos dos grandes conglomerados internacionais da comunicação (CNN, FOX News, redes eletrônicas latino-americanas e europeias, entre outros) ou de organismos empresariais como a SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa), corre o risco de chegar à conclusão de que se trata de um Estado “falido”, onde qualquer coisa está justificada: golpe de Estado, magnicídio, intervenção armada estrangeira etc., para “restaurar” o modelo democrático.

Faz parte do debate público a ingerência dos Estados Unidos na Venezuela através de fundos de entidades como a Agência para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e a National Endowment for Democracy, ambas vinculadas à CIA, promovendo o esquema das revoluções de cores que teve sucesso em países da Europa do Leste, entre grupos estudantis e outros do bloco opositor. Nesse sentido, vale à pena lembrar o relatório “Estimado Nacional de Inteligência” apresentado no congresso norte-americano, em fevereiro de 2009, pelo almirante Dennis C. Blair (Diretor de Inteligência Nacional), onde se afirma que “... Na Venezuela, Bolívia e Nicarágua, lideranças populistas têm-se unido para rejeitar a influência dos Estados Unidos na região (...) O presidente da Venezuela tem-se estabelecido como um dos detratores principais a nível internacional contra os Estados Unidos” (Lanz, 2009). A temática da política norte-americana no contexto venezuelano contemporâneo, se reflete nas dinâmicas midiáticas, sobretudo na construção de matrizes informativas, e já foi trabalhada por vários autores (Brito García, 2003; Golinger, 2005, 2006, 2009; Lanz, 2008, 2009; entre outros). Destaca-se nesses estudos a estratégia de terceirização das atividades de inteligência ou Outsourcing of Intelligence com a participação efetiva de empresas a serviço do Pentágono e do Departamento Estado norte-americano

na vida política dos países da América Latina. Esse é o caso do The Rendon Group¹⁷ que atua na Colômbia, junto a outras firmas como Dyn Corp e Blackwater, fazendo parte das estratégias do Plano Colômbia, especificamente do denominado plano de Segurança Democrática, que na sua dimensão informativa visa à criação de matrizes informativas e de opinião favoráveis à luta do governo dos Estados Unidos – com apoio do governo colombiano – contra o narcotráfico e as forças insurgentes de esquerda (FARC e ELN), às quais é vinculado o governo bolivariano da Venezuela.

Nesse mesmo sentido circulam dados que são referentes importantes para entender o peso dessas ações do governo norte-americano que acabam se refletindo nos cenários informativos. Como o aumento do orçamento da Usaid e do Departamento de Estado norte-americano em 12% para 2010, com 2,2 bilhões de dólares destinados à América Latina. Desses recursos 447,7 milhões de dólares são para promover a democracia na América Latina e 13 milhões de dólares para promover a democracia na Venezuela. Por outro lado, o orçamento do Comando Sul aumentou em 2010 em 2% para chegar aos 200 milhões de dólares, além de 46 milhões adicionais para a base militar de Palanquero¹⁸ na Colômbia, para uso dos Estados Unidos.

Para atender as urgências sociais marcadas fundamentalmente pela exclusão em áreas como saúde, educação, alimentação e moradia, entre outras, o governo de Hugo Chávez iniciou em 2003 as Missões Sociais inspiradas no dever de propor mudanças, romper velhos esquemas do aparato de Estado que impedem o avanço e a eliminação definitiva de estruturas que foram criadas para um determinado modelo que não se compagina com a visão da Venezuela do século XXI. As missões foram criadas no marco da crise econômica produzida pela sabotagem petrolífera. Trata-se de um modelo de políticas públicas, que conjuga a agilização

¹⁷ The Rendon Group (TRG) foi fundado em 1981 por John W. y Richard H. Rendon, e cobrou celebridade mundial na mobilização da opinião pública internacional para que uma coalizão militar internacional liberasse Kuwait, que havia sido anexada ao Iraque. Na época, esta firma fazia a assessoria à família real de Kuwait por 100 mil dólares mensais. Também está vinculada à criação de cenários informativos favoráveis para a intervenção do governo norte-americano no Afeganistão, na segunda guerra do Golfo, no Panamá, e para justificar a guerra de Kosovo.

¹⁸ Palanquero é uma das sete bases militares ativadas, em 2009, pelo governo norte-americano em território colombiano e que tem gerado polémica entre os governos de Uribe e Chávez, preocupação entre outros governos da região e produção de bastante material jornalístico.

dos processos estatais com a participação direta do povo na sua gestão. Sua execução é possível graças ao original desdobramento das instituições do Estado até os lugares mais recônditos, por meio da participação direta das comunidades populares e excluídas. As missões representam o maior esforço público que tenha conhecido a Nação para enfrentar com corresponsabilidade as necessidades do povo venezuelano, como meio para garantir sua plena incorporação no desenvolvimento local e nacional. Por exemplo, um agudo contraste foi registrado na área da atenção à saúde, na qual em 1998 havia 1.628 médicos exercendo a atenção primária de uma população de 23,4 milhões de pessoas; hoje há mais de 20 mil médicos para uma população de 27 milhões. Esta missão conhecida como Barrio Adentro, de assistência médica em vários níveis com seus estudos e medicamentos ao povo, conta com a participação de médicos cubanos. Evidentemente, trata-se de uma política social de grande impacto para a sociedade venezuelana, porém, para a mídia privada, essas realidades são invisíveis ou não têm valor jornalístico, só destaca-se a presença do pessoal cubano como um fato que faria parte da “cubanização” do país.

Uma das características mais singulares do processo bolivariano é que ele tem se consolidado e avançado em meio às regras do jogo, estabelecidas nas dimensões jurídicas do Estado Moderno e de seu modelo democrático-liberal. Isso apesar de ter surgido de uma iniciativa rebelde (Levante militar de 4 de fevereiro de 1992) e de um clamor popular (explosão social de 27 de fevereiro de 1989). Este traço impõe intensas lutas no plano formal, que começaram com a Assembleia Constituinte de 1999 e seu parto da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, e logo o referendo revocatório de 2004 – o qual se consolidou com a liderança de Hugo Chávez –, depois o referendo da reforma constitucional de 2007 – onde foi derrotado o projeto bolivariano – e o último referendo da emenda em 15 de fevereiro de 2009, no qual a vitória bolivariana pode ser tomada como um aprofundamento do processo revolucionário.

No plano discursivo o confronto é total. Dois projetos de país, de sociedade, mostram-se e contrapõem-se na dimensão midiática. No plano jurídico, do Estado de Direito, as ações e decisões respondem às regras do jogo estabelecidas na Constituição e nas leis, fortalecendo uma realidade democrática que fica evidenciada com a quantidade e diversidade

de meios de comunicação veiculando suas mensagens, defendendo suas visões, questionado o que não concordam. No dia a dia se constata uma socialização da política exprimida na participação de cidadãos e cidadãs, não só com as suas opiniões nos diversos meios de comunicação (privados, públicos e comunitário-alternativos), como também nas mais variadas formas das dinâmicas da democracia participativa (conselhos comunitários, mesas técnicas de água, assembleias comunitárias, conselhos de trabalhadores, conselhos de camponeses, conselhos de estudantes, conselhos populares de comunicação, entre outros), fazendo parte da gestão dos processos das políticas públicas e do controle social das mesmas.

Uma contribuição significativa da experiência venezuelana para a realidade comunicacional latino-americana é a configuração de um processo que poderíamos chamar de cidadania comunicativa¹⁹, entendida como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e demanda no terreno da comunicação pública, refletida na apropriação de ferramentas tecnológicas e conceituais para o desenvolvimento de uma *práxis* comunicativa que tem lugar tanto nas emissoras de rádio e canais de TV comunitárias e alternativos, como nos espaços onde se reflete sobre estas práticas culturais e se fortalecem variadas experiências formativas.

Consideramos que o compromisso que nos impõe a história é do tamanho das utopias que construímos em nossas centenárias lutas de resistência. Na Venezuela se constrói uma nova democracia, trata-se da estruturação de um tipo de sistema político que ultrapasse os limites que o capitalismo internacional impõe aos países latino-americanos, que combine desenvolvimento econômico e integração social, que promova a extensão da democracia política a todos os cantos da sociedade.

Imaginamos que em todos os campos – com especial ênfase no simbólico – continuará um processo de confrontação, porque os interesses que estão em jogo são vitais. Estaríamos em presença de uma reconfiguração do Bloco Histórico – no sentido de Gramsci – e esse processo supõe intensas lutas entre setores que se negam a perder seus privilégios e outros – cada vez mais majoritários –, que vão tomando consciência de seus direitos, os quais têm raízes ancestrais.

¹⁹ Esta noção vem sendo trabalhada pelo grupo de pesquisa do Programa de Estudos da Comunicação e Cidadania do Centro de Estudos Avançados da Universidad Nacional de Córdoba, na Argentina, sob a orientação da Profa. Dra. María Cristina Mata. (Ver MATA e outros. *Ciudadanía comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos* In: PADILLA & MALDONADO (2009). *Metodologías Transformadoras*. CEPAP, Caracas.

* **Adrián Padilla** – Venezuelano, graduado em Comunicação Social pela Universidade Central da Venezuela, fez mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo. Professor na Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez, atua também na pós-graduação e na pesquisa desde 2005. Coordenador de vários projetos, entre eles o de Pesquisa em Comunicação, Cidadania e Integração Latino-Americana (RED AMLAT), em que participam cinco universidades brasileiras, uma argentina, uma equatoriana e a Simón Rodríguez. Entre suas experiências profissionais como jornalista, destaca-se a de 2005 a 2007, quando chefiou a redação do semanário Todos Adentro do Ministério da Cultura, tendo sido contemplado com o Premio Nacional de Periodismo, em 2006. Acaba de lançar em Caracas uma coletânea de ensaios, organizada em parceria com o pesquisador Efendy Maldonado (professor da Unisinos/RS), intitulada Metodologias Transformadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO GARCÍA, Luis (2003). *Venezuela: investigación de unos medios por encima de toda sospecha*. VTV. Caracas.

CANELAS RUBIM, Antônio A. (2000). *Comunicação e Política*. Hacker, São Paulo.

HABERMAS, Jurgen (1988). *Teoría de la Acción Comunicativa*. Taurus. Madrid.

GOLINGER, Eva (2005). *El Código Chávez: Descifrando la Intervención de Estados Unidos en Venezuela*. Editorial: El perro y la rana, Caracas

GOLINGER, Eva (2006). *Bush vs. Chávez: la Guerra de Washington contra Venezuela*. Editorial: El perro y la rana, Caracas.

GOLINGER, Eva (2009). *La Telaraña Imperial, Enciclopedia de Injerencia y Subversión*. Editorial: El perro y la rana, Caracas.

LANZ, Carlos (2008) *Las operaciones psicológicas del grupo Rendon en Colombia y su proyección para Venezuela*. Minci, Caracas.

LÁNZ, Carlos (2009) *Outsourcing of Intelligence: Alquiler de Inteligencia, Guerra Psicológica y Operaciones Especiales*. Minci, Caracas.

LOPEZ OCAMPO, Javier (1981). *Historia de las ideas de integración de América Latina*. Bolivariana Internacional. Caracas.

MATA, Cristina y otros (2009). *Ciudadanía comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos* In: PADILLA & MALDONADO (org.). *Metodologías Transformadoras*. CEPAP, Caracas.

MORIN, Edgar (1997). *Introducción al pensamiento complejo*, Gedisa, Barcelona.

WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*. Ática, Volumes I e II, São Paulo, 1995.

WOLTON, Dominique. *As contradições do espaço público midiático* In: *Comunicação e política*. MESQUITA, Mário (Org). Cosmos, Lisboa, 1995.

Estado e o caso argentino

Darío Pignotti*

Agradeço o convite da Universidade de São Paulo e do Memorial da América Latina, sublinhando o papel que as universidades públicas desempenham, e têm cumprido historicamente, na reflexão, pesquisa pura e aplicada na elaboração conceitual sobre os vínculos, sempre complexos, entre poder, meios de informação de massa, sociedade e democracia. Uma prática cognitiva na qual as instituições públicas geralmente não são imitadas pelos centros de ensino privado da maioria dos países latino-americanos, os quais se avocam formar jornalistas e publicitários a partir de um prisma instrumental e tecnocrático.

Esta é uma afirmação fruto da experiência acumulada como professor universitário na Argentina e estudante na Escola de Comunicações e Artes da USP, onde tive como orientadora a professora Cremilda Medina.

A realização deste seminário constitui, em si mesma, um sintoma do debate que começa a se instalar na sociedade brasileira, assim como em outras da América Latina, sobre o direito à informação, a liberdade de expressão e, em uma dimensão mais ampla, a democratização das comunicações, requisito necessário para consolidar e tornar

mais amplas nossas jovens democracias, especialmente as sul-americanas, que em sua maioria foram minadas por ditaduras que implantaram modelos políticos, sociais e econômicos excludentes, impostos à força de violar os direitos humanos, entre eles o que reconhece a todo cidadão o direito à informação e à comunicação.

Há elementos empíricos para estabelecer que existe uma certa sincronia nas sociedades políticas e nas sociedades civis da região, as quais focaram sobre estes temas que foram relegados da agenda pública praticamente desde a recuperação das democracias nos anos de 1980.

Para documentar a referida sincronia, podemos mencionar como exemplos fatos que aconteceram nos últimos meses, como a inclusão do direito à comunicação na agenda das assembleias constituintes da Bolívia e do Equador e a aprovação, após um extenso e aceso debate, da lei dos meios audiovisuais na Argentina. Ainda que com características próprias diferenciadas, cabe somar a essa relação de eventos a Conferência Nacional Sobre a Comunicação realizada no Brasil em dezembro de 2009.

Por que nos permitimos estabelecer a hipótese de que existe entre os citados exemplos uma sincronia?

Porque, apesar das especificidades e ritmos próprios de cada realidade nacional, em todos os casos aludidos no debate sobre os meios migrou dos centros de pesquisa e das corporações diretamente envolvidas com o tema, como empresas jornalísticas ou sindicatos de jornalistas, até o cenário público em um sentido amplo: governos, partidos, organizações sociais e legisladores tomaram parte do assunto.

Para dizer de outra maneira: um assunto de extraordinária relevância pública, como a realidade midiática, conquistou pela primeira vez em décadas o status de assunto de interesse público.

Se nos remetermos ao acontecido na Argentina em particular, constataremos com nitidez o que foi afirmado.

A aprovação da Lei de Meios de Comunicação Audiovisual saiu em 11 de outubro de 2009, após uma sessão que se prolongou por 20 horas no Senado Nacional e foi precedida por meses de intensa atividade parlamentar, com audiências especiais nas quais ficou re-

tratada a confrontação de partidos e diversos setores da sociedade.

Possivelmente não seria exagerado assinalar que a citada norma ocupou durante meses o centro temático informativo e político do país, sendo um dos assuntos mais importantes da disputa política nacional.

Se bem é certo que ela deu lugar a um choque frontal entre o governo da presidente Cristina Fernández de Kirchner e o grupo multimidiático Clarín, o maior do país, que ampliou a expansão da rádio na disputa, também é verdade que a semente do mesmo data de vários anos, mais precisamente em 2004, quando se constituiu uma coalizão de acadêmicos, intelectuais e jornalistas, que se uniu com o objetivo de substituir a lei 22.285 de Radiodifusão sancionada durante o governo do ditador Jorge Rafael Videla.

É importante destacar esse fato pois naquele ano, 2004, o governo do então presidente Néstor Kirchner mantinha uma relação harmoniosa com o grupo Clarín, ao qual concedeu a prorrogação da licença de alguns meios pertencentes a esse conglomerado, como assinala o professor Guillermo Mastrini, da Universidade de Buenos Aires.

Razões políticas que podem ser matéria de outra análise, e que deixaremos de lado nesta exposição, fizeram com que a Casa Rosada, sede da presidência, finalmente abraçasse os postulados da Coalizão em Defesa de uma Nova Lei de Meios, e entrasse em rota de confronto com o Clarín e outros grupos empresariais, enquanto algumas empresas jornalísticas de menor porte optaram pela neutralidade e, em alguns casos, pelo apoio à reforma da legislação, movidos mais por interesses econômicos do que por convicções ideológicas.

O eixo da flamante legislação se situa na consagração de um modelo que enterra o estabelecido pela lei 22.285, segundo a qual só era permitida a cessão de licenças de sinais televisivos a entidades com fins lucrativos. No novo ordenamento jurídico fica estabelecido que o sistema de meios será repartido em três segmentos iguais, para veículos privados, estatais e de organizações civis sem fins lucrativos, como igrejas, universidades, entidades de bairro e sindicatos, dando um giro copernicano no panorama da estrutura de propriedade e, por consequência, dos atores e setores com direito a intervir na produção e transmissão de conteúdos.

Sem dúvida, a vitória do oficialismo e das entidades que respaldaram a proposta, entre elas universidades públicas que expressaram seu aval organicamente, está longe de configurar o último capítulo de uma disputa ainda viva e na qual agora se abriu um novo capítulo, o da “judicialização”, termo com o qual se caracteriza as demandas das empresas que estão apresentando na justiça e se relacionam com a implementação da lei em outros aspectos.

Em suma, a Argentina entrará agora em outro capítulo da disputa, na qual, em última instância, haverá uma queda de braço pela execução de uma política de comunicação, assunto que nos remete à dimensão diacrônica do tema.

Isso porque, como bem assinala a professora Susana Sel, do Instituto Gino Germani de Buenos Aires, a discussão sobre políticas de comunicação havia sido arquivada há quase três décadas, sob o arquivo dos postulados do Informe McBride, publicado em 1987 pela Unesco, agência das Nações Unidas para a Educação e a Cultura, no qual se reivindicava não só o direito à informação como também uma Nova Ordem Mundial das Comunicações (Nomic), na qual imperaria uma relação mais simétrica nos fluxos noticiosos entre países centrais e periféricos.

Essa observação nos leva até uma dimensão diacrônica do processo que se observa em vários países da região atualmente. É que as teses que hoje são debatidas por defensores e detratores das reformas no panorama midiático nos remetem, com certa frequência, às levantadas nos anos de 1970 em torno da democratização das comunicações. Por se tratar de uma questão imbricada intimamente com as relações de poder, é inevitável vincular o fim dos esforços por reverter a ordem informativa com a irrupção dos governos militares.

No Chile, Uruguai e Argentina, só para citar três exemplos, o fechamento de jornais, a perseguição e o assassinato de jornalistas e a reformulação dos programas de estudo nas faculdades foram acompanhados pelo fim do debate sobre uma distribuição mais equitativa dos bens simbólicos e da informação.

Apenas os países latino-americanos nos quais o regime democrático conseguiu sobreviver, que foram poucos, continuou em pé a proposta de modernizar, no melhor sentido do termo, esse cenário informativo.

Assim aconteceu na Venezuela, onde foi aprovado o projeto Rátelve, cujos aportes ainda hoje são vigentes, ou no México, onde foi impulsionada uma reforma constitucional que incluía o direito à comunicação. É certo também que em ambos os casos não se chegou a implementar uma transformação real do modelo; o antigo conseguiu se manter preservado, quase intacto.

Nos demais países, especialmente nos sul-americanos, os generais foram implacáveis contra toda tentativa de pluralismo e liberdade de expressão, e em alguns casos sancionaram um novo marco jurídico que tornou ainda mais agressiva a estrutura de propriedade dos meios.

Voltemos, então, ao exemplo da lei 22.285, da Argentina, aprovada sob um regime de exceção no qual o poder Legislativo não funcionava e imperava a proscricção de toda atividade política. Essa peça jurídica que leva a assinatura do general-presidente Videla equiparava a liberdade de expressão a uma ameaça à segurança nacional, no marco de uma doutrina que justificava o terrorismo de Estado.

É por tudo o que foi dito, que consideramos o emergente debate sobre os meios como um fenômeno marcado por sincronias, dada sua simultaneidade em vários países, e diacronias, já que albergam tensões e princípios surgidos há décadas e aos quais não foram, até o momento, dadas respostas que correspondam a uma democracia comunicacional.

Por último, considero pertinente consignar o lugar que cabe aos jornalistas, sendo que são eles que constroem o relato informativo a respeito da polêmica sobre um suposto confronto entre liberdade de expressão e direito à informação.

Nesse sentido, avalio ser importante evitar um tipo de “pensamento jornalístico único” (expressão que utilizei na tese de doutorado orientada pela professora Medina), no qual se simplifica a complexidade do assunto, reduzindo-o a uma disputa política conjuntural onde só estão em jogo as ambições do governo e da oposição, ou entre o estado e as empresas.

A busca por notícias de impacto, a urgência do trabalho cotidiano, potencializada pelos tempos impostos pela “informação online”, fazem com que os profissionais às vezes percam a perspectiva dos fatos e não levem em conta que, além dos interesses

imediatos em disputa, atrás da agenda sobre políticas de comunicação, esteja um assunto mais denso sobre a ampliação e o aprofundamento da democracia.

* **Darío Pignotti Garcia** – Jornalista argentino, é doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Tem se dedicado à atividade jornalística, trabalha como correspondente no Brasil desde 1998 e é diretor da agência italiana Ansa em Brasília, colabora com a revista *Le Monde Diplomatique* (edição da América Latina) e com o jornal *Página 12*, da Argentina. Já realizou mais de 50 coberturas internacionais desde 1988. Especialista em Relações Internacionais, desenvolveu estudos de pós-graduação na Faculdade de Direito da Universidade Nacional de La Plata, recebeu uma bolsa de estudos na Universidade Pompeu Favra de Barcelona em 1996, cursou a pós-graduação na PUC de São Paulo, na Universidade Autónoma Chiapas do México, Centro de Estudos de Comunicação de Caracas e nas universidades argentinas Nacional de Misiones e Nacional Del Sul – todos esses cursos antes do doutorado na USP em 2003.

Dilemas e desafios da televisão pública na América Latina

Pedro Ortiz *

Existe televisão pública no Brasil e nos demais países da América Latina? A pergunta pode ser respondida de várias formas, a depender do interlocutor e dos critérios que serão usados para considerar o que é uma TV pública, para caracterizá-la como tal. Felizmente, não há um modelo definido. Nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina há dezenas de modelos de televisões em operação, dentro do que se convencionou chamar de campo público da comunicação. Cada país tem o seu ou os seus modelos, em alguns casos há décadas no ar, com idas e vindas, crises, reestruturações, novos desafios.

No Brasil, podemos dizer que um sistema de TV pública está em construção, depois de quase quatro décadas da criação das primeiras televisões educativas-estatais e de sessenta anos da implantação da televisão comercial, privada. Em nossos vizinhos latino-americanos, também há novas experiências em curso, com modelos mais ou menos estatais, mais ou menos públicos, de acordo com as peculiaridades locais.

Quais seriam os desafios que se colocam hoje para a efetiva implantação de sistemas de televisão pública em nossos países? Com quais modelos de gestão, financiamento, configuração jurídico-institucional e participação da sociedade na programação criaremos e consolidaremos nossas TVs públicas? Questões cruciais a serem respondidas pelos estados e cidadãos no marco do contemporâneo direito à comunicação.

Modelos de televisão pública existem em vários países e regiões do planeta. Historicamente, há experiências exemplares a serem naturalmente consideradas quando se propõe a discussão sobre a configuração de um sistema de TV pública, o que ocorre atualmente no Brasil e em outros países latino-americanos.

No caso brasileiro, em 2007 o I Fórum Nacional de TVs Públicas, construção de refinada engenharia política e convergência inédita, reuniu, em grupos de estudos e plenárias, segmentos bastante representativos da sociedade em geral e da produção audiovisual, elaborando importantes diagnósticos e propostas para um sistema público de televisão. Destacados representantes da sociedade civil e do governo, aglutinados no chamado campo público da televisão, apontaram alguns caminhos possíveis e também colocaram na ordem do dia questões fundamentais para o desafio proposto.

Em 2009, a segunda edição do Fórum trouxe à pauta outras importantes discussões para o aperfeiçoamento do que havia sido proposto e criado a partir do I Fórum, revelando também que há ainda um longo caminho a ser percorrido para a consolidação do campo público da televisão e a constituição de um complexo, mas necessário, sistema de TV pública em nosso país.

Mas, voltando a algumas indagações iniciais, o que define uma TV pública? Para que serve e para que público se destina? De que maneira pode ser um fator de equilíbrio no campo da comunicação, exercendo na prática sua complementaridade com os sistemas privado e estatal? A TV pública, no sentido estrito da sua concepção, antenada com os avanços tecnológicos e com as possibilidades de interação e interatividade das mídias digitais, poderia ser um elemento decisivo na democratização das comunicações e participação da cidadania? Todas são questões essenciais a serem respondidas nos próximos anos pela sociedade brasileira, que acaba de sair da sua primeira

Conferência Nacional de Comunicação, onde o tema da comunicação pública foi um dos eixos centrais e a TV pública a ser implantada e aperfeiçoada, um elemento fundamental para a democratização das comunicações.

O “estado da arte” da implantação do sistema de TV pública no Brasil, a partir da criação da EBC – Empresa Brasil de Comunicação e a TV Brasil, produto inicial da fusão entre a TVE-RJ e a Radiobrás – em 2007, suscita uma série de questões que ainda não foram suficientemente respondidas pela sociedade brasileira, pelos governos e os demais atores sociais do campo da comunicação. Além de propostas e diagnósticos sobre a configuração de um novo modelo de comunicação pública para o país, tema crucial e urgente que perpassou toda a I Conferência Nacional de Comunicação, em dezembro de 2009, há várias interrogações no ar, transitando em ondas hertzianas ou megabits. A análise de algumas experiências históricas e a problematização dos desafios contemporâneos na criação de um serviço público de televisão poderiam ajudar a compreender em sua complexidade as múltiplas variáveis sócio-econômicas, políticas e culturais envolvidas na definição de um modelo de TV pública.

Entre algumas questões centrais inspiradoras desse debate complexo, mas muito necessário, sobre a comunicação pública, a configuração e a implantação de um sistema de televisão pública, destacamos:

- Qual o conceito de serviço público, com a separação por vezes tênue ou aparentemente confusa entre o significado de empresa estatal e empresa pública e as variáveis para a constituição de um sistema público de comunicação;
- Para a complementaridade entre os sistemas privado, estatal e público de radiodifusão, à luz da Constituição Federal brasileira, qual a importância de marcos regulatórios precisos para definição de um serviço público de televisão e as consequentes políticas públicas de comunicação nessa área;
- Por que é importante um sistema de televisão pública? Para que serve e para quem se destina? Qual o público a ser considerado? Questões que poderiam auxiliar na configuração da estrutura jurídico-institucional e nas formas de gestão e financiamento de uma TV pública;
- Qual a importância de um sistema público de televisão para o equilíbrio democrático e o incremento do papel social da comu-

nicação, com novas formas de participação da sociedade na gestão da empresa pública e na programação de uma TV pública. Quais experiências históricas e modelos internacionais poderiam fornecer referenciais e parâmetros de comparação;

- Para o necessário diálogo com a TV digital e suas potencialidades, como a multiprogramação, a interatividade, a convergência digital das mídias, as relações entre televisão e internet, de que maneira as novas tecnologias de comunicação e radiodifusão poderiam contribuir para o aperfeiçoamento de um sistema de TV pública?

Além do Brasil, vários outros países da América Latina debatem e formulam novos modelos de comunicação pública que envolvem redefinições sobre os sistemas de televisão. Uns, ligados a concepções e configurações jurídico-institucionais que se aproximam mais das TVs estatais, como vemos na Venezuela, na Bolívia e no Equador. Outros, transitam do modelo estatal para o desenvolvimento de TVs públicas em sentido mais amplo, como no México, na Argentina, no Uruguai e na Colômbia. Experiências estas que se aproximam do atual momento brasileiro. Há também o caso chileno, em que uma clássica TV estatal foi radicalmente transformada em empresa pública autônoma no processo de redemocratização do país, no começo dos anos 1990.

Como bem lembra Jesús Martín-Barbero¹, os países latino-americanos precisam “como nunca antes precisaram, da existência clara e operante de uma televisão pública”, mesmo considerando que há dificuldades “na hora de pensar a especificidade do caráter público”. As relações de uma TV que se pretende pública com o governo são o ponto de partida para a definição de um modelo, a começar pelo marco jurídico-institucional, a composição, a finalidade e a forma de eleição ou condução dos conselhos gestores, o financiamento, os critérios de programação. Todos são aspectos fundamentais que definirão em que medida uma televisão pode ou não ser pública.

“O que define a TV pública? O que a distingue, legítima e justificável? Para quem e para quem deve servir a televisão pública?”, indaga Te-

resa Otondo² em sua tese de doutorado “Televisão Pública na América Latina: para quem e para quem?”, ela analisa com profundidade os principais modelos de televisão pública na Europa e nos Estados Unidos e os utiliza como elementos de comparação para o estudo de casos latino-americanos no Chile e no Brasil, especificamente a chilena TV Nacional (TVN) e as brasileiras TV Cultura de São Paulo e TV Brasil (EBC).

Para a pesquisadora e jornalista, com longa vivência profissional nacional e internacional, nas discussões dos últimos vinte anos sobre a comunicação pública no mundo, para verificar a validade e viabilidade dos modelos de TV pública, o estatuto jurídico-institucional das emissoras é a peça-chave. “Nele se inscreve a natureza da organização, suas relações com o governo, sua forma de gestão e financiamento, administração e prestação de contas, além da sempre polêmica e delicada questão da forma de indicação e demissão de seus dirigentes”³.

As diferenças de noção de serviço público em cada país também são elementos importantes para se compreender as peculiaridades dos modelos que são adotados para as TVs públicas. A União Europeia iniciou há mais de dez anos, quando começou a migração para os sistemas de TV digital, estudos detalhados e longos debates para definir qual seria a importância e o lugar da televisão pública com as profundas mudanças que viriam com a digitalização. O Relatório Tongue, de 1996, elaborado pelo Parlamento Europeu, foi “um dos primeiros a arrolar tudo o que se esperava que a televisão pública fosse, tivesse e fizesse, e o que se deveria fazer para tornar esses desejos efetivos e concretos, consubstanciados em uma legislação coerente e útil”⁴.

Na Inglaterra, por exemplo, o governo delegou à BBC (British Broadcasting Company) o importante papel de líder na implantação do sistema de televisão digital no país. Aliás, a BBC é notoriamente um dos modelos mais bem estruturados de empresa pública de

² OTONDO, Teresa Montero. *Televisão Pública na América Latina: para quem e para quem?* Tese de Doutorado. PROLAM-USP, São Paulo, 2008.

³ Idem.

⁴ Idem.

¹ Martín-Barbero, Jesús. *Televisão Pública, Televisão Cultural: entre a renovação e a invenção*. In *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*. RINCÓN, Omar (org.). ILDES/FES. São Paulo, 2002.

comunicação. Seu histórico como organização a serviço do interesse público e a própria noção de serviço público para a sociedade britânica estão sempre na pauta do dia, seja na prestação de contas de forma transparente e nos relatórios anuais da empresa, seja nos momentos de renovação da sua carta de concessão, que ocorrem a cada dez anos (o novo período iniciou-se em 2006). A sua autonomia de gestão em relação aos governos, a diversidade e a qualidade da programação nos vários canais geridos pela empresa são outros elementos que a diferenciam dos modelos de televisões estatais. Mas não a tornam absolutamente imune a pressões políticas ou do mercado, e nem a momentos de crise ou de reavaliação da sua relação com o Estado e com o público. Além da BBC e sua rede de canais analógicos e digitais, o Channel 4 é outra experiência mais recente de emissora ligada ao Estado, mas com independência de gestão administrativa e financeira.

Se na Inglaterra o sistema de televisão pública teve que enfrentar a concorrência da iniciativa privada mais cedo – a partir da criação da ITV em 1955 – na França a televisão pública foi monopólio estatal por quase sessenta anos. Apenas em 1986, sob o governo de François Mitterrand, a TF1 foi privatizada e abriu espaço para outros canais comerciais. Os demais canais abrigados sob a empresa France Télévisions continuam estatais e devem renovar a cada cinco anos seu contrato de objetivos e metas. Mas nos anos recentes foram obrigados a disputar recursos no mercado e com isso o papel tradicional da televisão pública e o seu lugar na sociedade francesa tiveram que ser revistos, não sem traumas e rupturas, em um país onde a noção de serviço público está fortemente arraigada há mais de duzentos anos.

Em outros países europeus há diversos modelos de comunicação e radiodifusão pública, que resultam em diferentes sistemas de TV pública ou estatal, em complementaridade aos sistemas comerciais, que na maioria dos casos são mais recentes. Na Alemanha, a ZDF é um modelo de televisão estatal federal, ao lado de uma rede de canais estaduais e regionais ligados aos governos locais (ARD). O financiamento do sistema vem de uma taxa cobrada dos cidadãos, semelhante ao que ocorre na Inglaterra, e também da venda de anúncios publicitários com restrições.⁵

⁵ MOYSES, Diogo; AZEVEDO, Flávia; VALENTE, Jonas; PEREIRA, Sivaldo. *Sistemas públicos de comunicação no mundo – experiências de doze países e o caso brasileiro*. Entrevistas – Coletivo Brasil de Comunicação Social, São Paulo, Paulus, 2009.

Já na Espanha, a corporação de Rádio y Televisión Española (RTVE) atua em âmbito nacional no sistema público de comunicação, mas também existem empresas de radiodifusão regionais, ligadas às comunidades autônomas do país. O braço televisivo da empresa nacional, que tem estatuto estatal é a TVE, que no atual governo socialista presidido pelo primeiro-ministro Zapatero passou por grandes reformas institucionais e jurídicas, para garantir maior autonomia e proteção às ingerências políticas. O oposto acontece na Itália, onde a RAI – Radiotelevisione Italiana, uma empresa mista composta predominantemente por capital estatal, sofre com as pressões e interferências político-empresariais do terceiro mandato do primeiro-ministro Berlusconi, também o mais radiodifusor privado do país. Em Portugal, o serviço público de radiodifusão está organizado em torno da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, com financiamento vindo prioritariamente de uma taxa paga pelos cidadãos e por fontes estatais. A gestão da empresa é feita por uma assembleia geral de acionistas e um conselho de administração com funções executivas.

Se nos variados modelos europeus de radiodifusão pública geralmente há forte presença do Estado na propriedade ou na gestão das emissoras, em maior ou menor grau, e algumas TVs disputam financiamento e audiência em concorrência direta com as empresas comerciais, o modelo norte-americano é um pouco diferente. Nos Estados Unidos, a PBS (Public Broadcasting Service) é uma associação sem fins lucrativos que pertence a mais de 350 emissoras de TV locais a ela associadas, constituindo a maior rede de televisões públicas do mundo. Foi criada em 1969, quando a televisão comercial já estava implantada e consolidada há décadas no país, e não compete com as redes privadas nacionais. “Mais do que por seu caráter social e educativo, a PBS é uma televisão pública simplesmente porque não tem finalidade lucrativa”, observa Teresa Otondo⁶. Uma outra organização, a CPB – Corporation for Public Broadcasting, não produz nem distribui programação, mas atua como ente financiador das TVs públicas mediante repasses de recursos oriundos de fundos governamentais em sua maioria. No Canadá, uma grande rede pública formada pela CBC/SRC produz e transmite para todo o país programação televisiva e radiofônica em inglês, francês e para as populações indígenas.

⁶ OTONDO, Teresa Montero. Op. Cit.

Para efeito de comparação com os modelos ocidentais, o caso japonês é bem interessante e peculiar dentro do próprio continente asiático. Lá, o sistema público de comunicação é bem forte e está estruturado em torno da NHK – Nihon Hoso Kyokai – maior e mais importante rede de rádio e televisão do país, com melhor infraestrutura e líder em audiência, financiada por meio de uma taxa fixa e não a partir de recursos orçamentários do Estado. Da Oceania, o exemplo a ser considerado certamente é o australiano, onde duas organizações de radiodifusão pública recebem financiamento proveniente de um fundo governamental aprovado pelo Parlamento: a ABC e a SBS, que operam de forma independente. A primeira é maior e mais antiga, com conteúdo em inglês. A segunda fomenta uma política multicultural, transmitindo em diversas línguas⁷.

Nos países latino-americanos também há uma diversidade de modelos no campo da radiodifusão pública, com uma maioria configurada nos moldes de empresas estatais, em muitos casos dependentes ou diretamente vinculadas aos governos, política e financeiramente.

Um caso que merece atenção destacada por ser um modelo que migrou da clássica concepção de televisão estatal nos anos 1970 e 1980 para uma televisão pública em permanente construção, com parâmetros bem peculiares, é o da TVN – Televisión Nacional do Chile. A redemocratização do país veio após 17 anos de ditadura militar, com a eleição presidencial no final de 1989 do democrata-cristão Patricio Aylwin, como candidato da Concertación de partidos de centro e centro-esquerda que derrotou nas urnas o regime pinochetista. A TVN havia sido criada em 1968, na etapa final do governo democrata-cristão de Eduardo Frei, em caráter experimental, mas passou a funcionar efetivamente a partir de 1970 com a chegada do socialista Salvador Allende ao poder, pela via eleitoral, inaugurando o curto período da “Unidad Popular”, interrompido tragicamente pelo golpe militar de 11 de setembro de 1973. Durante o governo Allende, a Televisión Nacional atuou como uma TV estatal diretamente ligada ao poder executivo. Já sob a tutela dos militares golpistas, de 1973 a 1989, a televisão funcionou como mais um aparato do Estado militarizado e antidemocrático.

Com o fim da ditadura, o país e suas instituições precisavam ser refundadas, redemocratizadas. E essa missão incluía também a televisão. “A refundação da TVN representou uma mudança radical no modelo de televisão pública usual na América Latina, baseada em três pontos: ruptura com o modelo estatal, gestão democrática da empresa e independência financeira do governo para garantir o cumprimento da missão – representação democrática e plural na gestão e na programação – para ser a televisão de todos os chilenos”, de acordo com a pesquisadora Teresa Otondo⁸.

Até a criação da TVN, as televisões que existiam no Chile estavam sob gestão de algumas importantes universidades: o Canal 13 da Pontificia Universidade Católica do Chile e o canal Universidad de Chile Televisión, ambos na capital Santiago, além do canal da UCV – Universidad Católica de Valparaíso. Este modelo com três televisões educativas-universitárias e uma TV estatal permaneceu até o fim da ditadura, quando o governo militar colocou à venda o Canal 9, emissora cultural da TVN. Só em 1990 a primeira rede de TV privada entrou em operação, a Megavisión. Em 1992, o governo da Concertación conseguiu aprovar no Congresso duas leis que modificaram profundamente o sistema de TV no país, reformulando o CNTV – Conselho Nacional de Televisão e transformando radicalmente a configuração jurídico-institucional da TVN, que passou a ter um conselho diretor com representantes de todas as expressões políticas plasmadas no Parlamento, indicado pelo presidente da República e referendado pelo Senado Federal e uma direção executiva com profissionais eleitos pelo conselho, com autonomia de gestão. A partir dessa reformulação a televisão se constituiu como empresa pública do Estado, que deixa de ser provedor do canal e este passa a buscar no mercado a sua receita financeira, sem deixar de lado a missão de interesse público, mas gerido como sociedade anônima aberta.

Programas em condições de disputar audiência e verbas publicitárias com as TVs privadas são produzidos, como telenovelas, esportivos, noticiários jornalísticos e entretenimento. Aqueles programas de interesse cultural e artístico, ou que abram espaço para o debate de ideias, a diversidade e a criatividade em termos de forma e conteúdo, não se subordinam à lógica de mercado e são financiados por meio de

⁷ MOYSES, Diogo; AZEVEDO, Flávia; VALENTE, Jonas; PEREIRA, Sivaldo. Op. Cit.

⁸ OTONDO, Teresa Montero. Op. Cit.

mecanismos específicos de fomento, a partir de concursos públicos coordenados pelo CNTV. Um modelo *sui generis*, sem dúvida, não isento de críticas e tampouco imune aos *tremores* do mundo político e empresarial. Durante o governo do social-democrata Ricardo Lagos, por exemplo (2000 a 2006), a TVN enfrentou uma grave crise, com renúncia de diretores e choques com setores majoritários do poder executivo, que não concebiam uma TV do Estado em que o governo não tivesse poder de mando.

Outros modelos estão presentes nos demais países latino-americanos, refletindo as diferentes concepções sobre a comunicação de interesse público. Na Venezuela, uma forte presença estatal tem moldado a nova configuração do sistema de radiodifusão não comercial. A recente TVes – Televisora Venezolana Social é a corporação mais forte hoje, com vinculação jurídico-institucional direta com o Estado, mas orientada por princípios da comunicação pública. Ela foi criada a partir da não renovação pelo estado venezuelano da concessão (licença pública de radiodifusão) da corporação Rádio Caracas Televisión (RCTV), no final de 2006, medida que gerou intenso debate dentro e fora do país, com manifestações contrárias e favoráveis à decisão governamental. Além da TVes, que se aproxima mais de um modelo de empresa pública de propriedade do Estado, as demais redes de TV não comerciais do país têm caráter estatal, como a VTV (Venezolana de Televisión, a mais antiga), a Vive TV (educativa), a ANTV (Televisora de la Asamblea Nacional, o Parlamento), além da Telesur, rede multiestatal mantida pelos governos de Venezuela, Argentina, Bolívia e Uruguai.

Na Colômbia, historicamente, a radiodifusão tem caráter prioritariamente público, sendo as emissoras comerciais bem recentes. A CNTV – Comisión Nacional de Televisión – atua como principal órgão de gerenciamento, regulamentação e fiscalização do sistema, comercial ou de interesse público. A RTVC (Rádio Televisión Nacional de Colombia) é um organismo estatal que gerencia as rádios e TVs que fazem parte do patrimônio do governo federal e há uma rede de estações regionais de TVs públicas, bem como TVs e rádios comunitárias e canais universitários⁹.

O modelo mexicano de radiodifusão pública combina uma rede de emissoras de rádios e TVs educativas e culturais, com estações em todos os estados do país, em sua imensa maioria vinculadas juridico-institucionalmente ou dependentes financeiramente dos governos locais, portanto de caráter mais estatal e sujeitas a pressões ou conveniências políticas de ocasião. Elas se agrupam em uma entidade representativa nacional (La Red), que busca atuar politicamente para garantir um novo estatuto para os meios de comunicação do campo público, menos estatal. Também existem TVs exclusivamente culturais, como os canais 11 e 22, vinculados a órgãos federais do campo da cultura e das artes e uma grande TV Universitária, a TV UNAM, da Universidad Autónoma do México, que distribui seu sinal para todo o país pela rede de televisão a cabo e recentemente iniciou operações experimentais em sinal digital, na Cidade do México.

Na Argentina, a ATC (Argentina Televisora Color) foi criada no início dos anos 70 como uma televisão estatal, e durante a última ditadura (1976-1983) serviu aos propósitos de comunicação da junta militar que tomou o poder. Foram emblemáticas as campanhas ufanistas veiculadas pela TV durante a Copa do Mundo de 1978 e na Guerra das Malvinas (1982), quando jovens soldados sem preparo e poucos recursos logístico-militares foram enviados para o sacrifício no arquipélago do extremo Atlântico Sul. Com a redemocratização do país, a televisão passou também por transformações em seu estatuto jurídico-institucional e sua relação com o governo, migrando para um modelo de TV pública de propriedade do Estado, não sem enfrentar oposições e pressões de várias modalidades. Recentemente, passa por importantes mudanças, em parte propiciadas pela nova legislação de comunicação aprovada pelo Congresso Nacional por iniciativa do governo federal. Outras televisões do campo público que até então tinham sua existência de forma bastante instável poderão ser beneficiadas, como as TVs públicas regionais, as comunitárias e universitárias e os novos canais públicos ou estatais que deverão surgir nos próximos anos.

A marca comum da televisão pública em muitos países é mesmo a diversidade; no interior de cada Estado convivem modelos mais ou menos estatais, mais ou menos públicos, dependendo das noções de serviço público em voga, do grau de organização e representatividade dos atores sociais, do nível de democracia das sociedades, entre vários outros fatores.

⁹ MOYSES, Diogo; AZEVEDO, Flávia; VALENTE, Jonas; PEREIRA, Sivaldo. Op. Cit.

Em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* (10/01/2010), os jornalistas Paulo Markun, então diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura e Gabriel Priolli, coordenador de expansão e rede da mesma instituição, escreveram: “A televisão pública, diga-se com clareza, ainda não existe no Brasil. Emissoras independentes do mercado e dos governos de plantão, mantidas e controladas pela sociedade, são, por enquanto, sonhos, promessas ou, na melhor das hipóteses, projetos em construção”¹⁰. Os articulistas são certos ao apontar que uma televisão pública, com todos os seus predicados e requisitos, seja qual for o modelo adotado, mas que garanta independência de gestão e sustentabilidade de recursos em relação ao Estado, aos governos e ao mercado, ainda é um projeto que está em marcha e que foi proposto e tentado em várias ocasiões ao longo dos últimos quarenta anos.

Voltando um pouco à origem da televisão no país, que completa 60 anos de implantação desde a entrada no ar em setembro de 1950 da PRF-3 TV Tupi, do Grupo dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, no Brasil optou-se primeiro pelo modelo norte-americano de televisão privada, mediante concessões do Estado e só uma década depois começou a ganhar corpo a proposta de criação de televisões educativas e culturais, não comerciais. No final dos anos 60, o governo militar procura suprir uma demanda por formação, educação e qualificação da população para o mercado de trabalho em processo de industrialização apostando na televisão como veículo educativo, o que se mostraria depois inviável nos moldes em que havia sido imaginado.

O decreto-lei n. 236, de 1967, abre espaço jurídico e institucional para a implantação das televisões educativas, a partir da criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE). Os governos estaduais começam a criar as suas emissoras e a primeira delas surge em 1968 em Pernambuco, em parceria do governo com a Universidade Federal (UFPE), dando origem à TV Universitária de Pernambuco. Em São Paulo, em 1967, o governo do Estado havia adquirido a falida TV Cultura, segunda emissora do grupo de Chateaubriand, e em 1969 coloca no ar a TV Cultura de São Paulo – Canal 2, emissora gerida pela Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de

Rádio e Televisão Educativa, ao lado de duas rádios AM e FM. Em 1975, o governo federal passa a atuar como operador de emissoras ao colocar em funcionamento a TVE do Rio de Janeiro e a lei 6.301 cria a Empresa Brasileira de Radiodifusão – Radiobrás¹¹.

Nos anos 1980 e 1990 há várias tentativas de integração das emissoras educativas e culturais, de propriedade dos governos estaduais ou federais. Em 1999, a Abepec – Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, que havia sido criada três anos antes, incentiva a formação de uma Rede Pública de TV – RPTV, tendo como líderes as emissoras mais bem estruturadas e com produção regular de maior qualidade, como a paulista TV Cultura, a TVE-RJ, a TVE-RS, a Rede Minas e a TVE-BA.

Com a Lei da TV a Cabo (lei n. 8977, de 6/01/1995), é prevista no sistema de televisão a cabo em cada município do país a destinação de espaço nos “line-ups” de canais das operadoras de TV a cabo que operam as concessões para a criação dos chamados “canais básicos de utilização gratuita”, conforme definidos no artigo 23 da lei, ou seja: canal universitário, canal comunitário, canais do poder legislativo e do poder judiciário. A inspiração vem dos canais de acesso público (*public access*) presentes na legislação de TV a cabo nos Estados Unidos e Canadá, mas sem aporte de recursos das operadoras para sua criação e seu funcionamento. A partir da lei, começam a ser criados os canais universitários e comunitários nas principais capitais e municípios de grande ou médio porte, bem como a TV Câmara, a TV Senado e a TV Justiça, federais, as TVs das Assembleias Legislativas (estaduais) e de algumas Câmaras Municipais.

Atualmente, todas estas emissoras que conformam o chamado “campo público da televisão” têm uma dimensão nacional e uma importância fundamental na construção do sistema de televisão pública no país. As televisões educativas e culturais estaduais somam 21 geradoras em praticamente todos os estados da federação, além das emissoras educativas de propriedade do governo federal. São mais de 1.400 retransmissoras e uma rede potencial com outras 88 geradoras e 218 retransmissoras afiliadas. Recentemente, algumas prefeituras têm recebido concessões de televisões educativas em nível municipal¹². As TVs

¹⁰ MARKUN, Paulo e PRIOLLI, Gabriel. Nem concorrência nem submissão. *Folha de S. Paulo*, Tendências/Debates, pp. A3, São Paulo, 10/01/2010.

¹¹ MOYSES, Diogo; AZEVEDO, Flávia; VALENTE, Jonas; PEREIRA, Sivaldo. Op. Cit.

¹² MOYSES, Diogo; AZEVEDO, Flávia; VALENTE, Jonas; PEREIRA, Sivaldo. Op. Cit.

universitárias já passam de uma centena e muitas estão agrupadas em quase 50 canais universitários, predominantemente na televisão a cabo, mas alguns em televisão aberta mediante concessões de TV educativa para as universidades. Os canais comunitários somam mais de 80 em todo o país. Ao lado das TVs legislativas em nível federal, estadual e municipal, mais a TV do judiciário. Este é hoje o campo público da televisão no Brasil, heterogêneo e disperso.

Vivemos um momento de definições cruciais no campo da comunicação pública no país. Uma articulação inédita de importantes segmentos da sociedade e do governo resultou no I Fórum Nacional de TVs Públicas. Em maio de 2007, Brasília sediou uma semana de plenárias e discussões finais do Fórum, que havia sido iniciado nove meses antes, em 2006, com a constituição de oito grupos temáticos de trabalho, incumbidos da tarefa de realizar um diagnóstico de fôlego do chamado campo público da televisão no Brasil e de propor alternativas para a criação de um novo modelo de TV pública. Pelo lado governamental, representantes do Ministério das Comunicações, do Ministério da Cultura, da Casa Civil, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, do Congresso Nacional. Pelas entidades do Campo Público de Televisão, representantes da Associação das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), da Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), da Associação Brasileira dos Canais Comunitários (ABCCOM) e da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral). Também participaram produtores independentes, entidades da sociedade civil, militantes de organizações comunitárias, não governamentais e representantes do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Os oito grupos temáticos produziram dois volumes de Cadernos de Debates, um com o Diagnóstico do Campo Público de Televisão e outro com os Relatórios dos Grupos Temáticos de Trabalho¹³, sobre missão e finalidade, configuração jurídica e institucional, legislação e marcos regulatórios, programação e modelos de negócio, tecnologia e infraestrutura, migração digital, financiamento, relações internacio-

¹³ I Fórum Nacional de TVs Públicas – Cadernos de Debates. Diagnóstico do Campo Público da Televisão (vol. 1) e Relatórios dos Grupos Temáticos de Trabalhos (vol. 2). Ministério da Cultura, Brasília, 2006/2007.

nais. São os documentos mais completos já produzidos sobre televisão pública no Brasil, uma contribuição de grande valor para todos que se interessam pelo tema, o estudam e participam da formulação de um novo sistema público de comunicação.

Ao final do Fórum, o Manifesto pela TV Pública Independente e Democrática, também conhecido como Carta de Brasília¹⁴, sintetizou as propostas debatidas e selou o apoio político à criação da EBC/TV Brasil, mesmo não sendo ela o modelo de TV pública desejado ou idealizado por grande parte dos participantes e representantes dos segmentos do campo público de televisão.

Entre considerações e recomendações, o documento afirma que “a TV pública deve ser independente e autônoma em relação a governos e ao mercado, devendo seu financiamento ter origem em fontes múltiplas, com a participação significativa de orçamentos públicos e de fundos não contingenciáveis”, ressaltando também que “as diretrizes de gestão, programação e a fiscalização dessa programação da TV pública devem ser atribuição de órgão colegiado deliberativo, representativo da sociedade, no qual o Estado ou o Governo não devem ter maioria”. Do papel para a realidade, a criação da TV Brasil não se pautou integralmente por essas recomendações, mas é um projeto em construção e que precisa ser aperfeiçoado nas suas modalidades de gestão, de participação da sociedade, contando com elementos jurídicos-institucionais e de financiamento que possam aproximar a EBC e sua principal emissora cada vez mais do conceito e da prática das televisões públicas não estatais.

Os segmentos não governamentais e representativos do campo público de televisão, a partir de convocação das quatro entidades (Abepec, ABTU, ABCCOM e Astral) realizaram em maio de 2009 o II Fórum Nacional de TVs Públicas e procuraram avançar nas articulações políticas e medidas práticas para a construção de um novo modelo de TV pública. Também foi realizada no mês de dezembro a I Conferência Nacional de Comunicação, quando aspectos correlatos e mais amplos sobre a comunicação pública foram longamente debatidos.

¹⁴ Manifesto pela TV Pública Independente e Democrática (Carta de Brasília). I Fórum Nacional de TVs Públicas, Brasília, 2007, em: www.abtu.org.br/institucional/documentos (Arquivos relacionados).

A Carta de Brasília II¹⁵, documento final do II Fórum, aponta uma série de medidas práticas, legislativas e políticas que precisariam ser implementadas para a constituição formal de um campo público de televisão no Brasil. Entre elas a regulamentação pelo Congresso Nacional dos artigos 221 a 223 da Constituição Federal, com leis específicas e ordinárias ainda não elaboradas após mais de 20 anos. Por exemplo, a regulamentação do artigo 223 que prevê a existência e complementaridade do sistema de televisão com emissoras privadas, estatais e públicas, sendo que estas últimas ainda não têm arcabouço jurídico, existem na prática mas sem legislação que as defina e regule.

Em sintonia com a necessária regulamentação da televisão pública, todo o campo da comunicação em geral ou das telecomunicações, e da televisão em particular, necessita urgentemente de novas leis, adaptadas ao presente, com superação da legislação anacrônica ainda em vigor, que data dos anos 60. Além dos temas relativos à regulamentação, o documento final do II Fórum recomenda ações estratégicas nas áreas de financiamento, programação, migração de todos os canais do campo público para a rede de TV digital aberta, constituição do operador de rede único e multiprogramação, e ainda a criação de um instituto de TV e comunicação pública, para que tais iniciativas possam ser permanentemente aperfeiçoadas, estudadas e debatidas.

Em 2016, segundo o decreto presidencial que criou o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), as transmissões analógicas de televisão deverão cessar e apenas o sinal digital será transmitido para todo o território nacional. Meta ousada e difícil de ser cumprida em pouco mais de oito anos, desde o início oficial das transmissões de televisão digital no país, em dezembro de 2007 no município de São Paulo. Sobretudo se levarmos em conta a extensão territorial do Brasil, as grandes disparidades sócio-econômicas da população, os custos de implantação da TV digital, tanto para as emissoras quanto para o cidadão que receberá o sinal. Estados Unidos, Japão e os países da União Europeia, primeiros a implantar a TV digital, já reviram seus cronogra-

mas e ampliaram os prazos de convivência entre os dois sistemas, até a migração definitiva para o digital. No Brasil, é bem provável que o prazo inicialmente fixado seja revisto e estendido. Mas, até lá, a consolidação do sistema de TV digital terá um longo caminho, tanto em termos dos modelos de negócios possíveis, das definições ainda pendentes no marco regulatório do sistema, na superação de questões tecnológicas, políticas e econômicas para que suas potencialidades possam ser plenamente usufruídas pelos usuários.

Mas o que a TV Digital tem a ver com as discussões sobre o sistema de TV pública no Brasil?

No momento em que se configura um novo modelo de televisão pública no país, dentro de um contexto maior de discussões e redefinições sobre os serviços de comunicação de interesse público, não podemos deixar de considerar que uma nova TV pública, ou em maior escala, um novo sistema de comunicação pública, não poderia nascer e se desenvolver sem uma relação intrínseca com as novas tecnologias de comunicação e radiodifusão que apontam, com as mídias digitais, para uma convergência antes impensada.

Além da alta definição (HDTV), que permite qualidade de som e imagem nunca antes vistos na TV analógica, ou a surpreendente TV-3D, a TV digital tem entre suas potencialidades a possibilidade de fomentar a inclusão social e digital, ampliar o número de produtores e distribuidores de conteúdo audiovisual por meio da multiprogramação e da multiplicidade de canais, propiciar a participação dos telespectadores com recursos de interatividade, conectar definitivamente televisão e internet, favorecendo o ensino à distância, a governança eletrônica e outras funcionalidades.

O decreto 4. 901/2003 definiu as regras básicas do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), com a opção pelo padrão tecnológico japonês adaptado à realidade do nosso país. Em junho de 2006, o decreto 5. 820 reafirmou e detalhou alguns pontos do decreto anterior, mas introduziu uma inovação importante: a criação de quatro canais públicos na TV digital. Um dos canais deu origem à TV Brasil, a partir da criação da EBC em 2007, resultado da fusão da TVE-RJ e da Radiobrás, duas emissoras ligadas ao governo federal. Os outros três canais públicos serão também organizados e geridos pelo executivo federal, sendo: um canal da Educação, pelo Ministério da Educação (MEC); um canal da Cultura, pelo Minis-

¹⁵ Carta de Brasília II – 2009. II Fórum Nacional de TVs Públicas, Brasília, 2009, em: www.abtu.org.br/institucional/documentos (Arquivos relacionados).

tério da Cultura (MinC); um canal da Cidadania, pelo Ministério das Comunicações (MiniCom). Todos os canais serão gradativamente criados e transmitidos em cada município brasileiro onde o SBTVD vier a ser implantado. Outro dado importante é que esses canais, a princípio, não farão transmissões em alta definição, possibilitando assim a operação de vários subcanais em definição *standard* digital.

Mas muitas e acaloradas discussões já envolvem os chamados canais públicos previstos no SBTVD. Uma delas, com razão, diz respeito ao caráter verdadeiramente público de canais criados por decreto presidencial e a serem geridos pelo poder executivo, por intermédio de ministérios ou pela EBC – Empresa Brasil de Comunicação, no caso da TV Brasil. Também outro ponto em discussão é a presença das TVs universitárias e comunitárias nos canais públicos da televisão digital aberta, o que ainda não está plenamente garantido, mas em negociação. O tema, portanto, é bastante atual, pertinente e relevante, mas ainda há muito o que se discutir, formular, estudar e implementar para que possamos avançar na construção de um sistema público de televisão no Brasil.

* **Pedro Ortiz** – Jornalista (ECA-USP), documentarista e diretor de TV. Mestre e Doutor em Integração da América Latina – Área de Comunicação e Cultura, pela Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). Diretor-geral da TV USP e do Canal Universitário de São Paulo (CNU). Diretor-financeiro da Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU). Pesquisador-doutor associado ao LEER – Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (Depto. de História – FFLCH/USP). Professor de Telejornalismo da Faculdade Cásper Líbero. Pesquisador junto ao Centro Interdisciplinar de Pesquisa da Faculdade Cásper Líbero. Integrante dos Grupos de Pesquisas “Comunicação, Jornalismo e Epistemologia da Compreensão” (FCSC) e “Cinema e Educação: aprendizagem, memória e formação estética” (UESB). Orientador de TCCs e Iniciação Científica na Faculdade Cásper Líbero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUCCI, Eugênio. *Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula*. Rio de Janeiro. Ed. Record, 2008.
- CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*. São Paulo, EDUSP, 2003.
- CARMONA, Beth (org.). *O Desafio da TV Pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade*. Rio de Janeiro, TVE Rede Brasil, 2003.
- FUENZALIDA, V. *La Televisión Pública en América Latina: reforma o privatización*. Santiago, FCE, 2000.
- LEAL FILHO, Laurindo. *A Melhor Televisão do Mundo: o modelo britânico de televisão*. São Paulo, Summus Editorial, 1997.
- LEAL FILHO, Laurindo. *Atrás das Câmeras. Relações entre Cultura, Estado e Televisão*. São Paulo, Summus Editorial, 1998.
- LIMA, Jorge da Cunha. *Uma história da TV Cultura*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fundação Padre Anchieta, 2008.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Televisão Pública, Televisão Cultural: entre a renovação e a invenção*. In “Televisão Pública: do consumidor ao cidadão. RINCÓN, Omar (org.). ILDES/FES, São Paulo, 2002.
- MILANEZ, Liana. *TVE Brasil, cenas de uma história*. Rio de Janeiro, ACERP, 2007.
- MOYSES, Diogo; AZEVEDO, Flávia; VALENTE, Jonas; PEREIRA, Sivaldo. *Sistemas públicos de comunicação no mundo – experiências de doze países e o caso brasileiro*. Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social, São Paulo, Paulus, 2009.
- OTONDO, Teresa Montero. *Televisão Pública na América Latina: para quê e para quem?* Tese de Doutorado. Orientador: Profa. Dra. Cremilda Medina. PROLAM-USP, São Paulo, 2008.
- REIMÃO, Sandra (org.). *Televisão na América Latina: 7 estudos*. São Bernardo do Campo, UMESP, 2000.
- REVISTA USP. *Dossiê Televisão, edição 61*. São Paulo, Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo, 2004.
- RINCÓN, Omar (org.). *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo, Friedrich Ebert Stiftung/ILDES, 2002.
- I Fórum Nacional de TVs Públicas – Cadernos de Debates. Diagnóstico do Campo Público de Televisão (vol. 1) e Relatórios dos Grupos Temáticos de Trabalho (vol. 2). Ministério da Cultura, Brasília, 2006/2007.
- Manifesto pela TV Pública Independente e Democrática (Carta de Brasília), 2007. Carta de Brasília II – II Fórum Nacional de TVs Públicas, 2009.
- Em www.cultura.gov.br ou www.abtu.org.br/institucional/documentos (Arquivos relacionados).

Colaboração, direito de autor e narrativas da contemporaneidade

Marcia Blasques*

Heber Dias de Sousa é conhecido no Twitter pelo pseudônimo @prosapolitica¹. Ele costuma divertir seus “seguidores” com seus comentários sobre a situação política, a economia e o cotidiano. Em outubro de 2009, Heber resolveu sugerir aos amigos, pela ferramenta de micro-blogging, que doassem um livro no Natal. Um amigo passou a mensagem para outro, o outro para seu grupo de conhecidos e a história se espalhou. A professora de química mineira Laura Furquim Xavier, @doeumlivro, recebeu a mensagem de um conhecido e achou interessante, uma vez que ela já organizava, havia algum tempo, uma rede de doações em sua região.

Paralelamente a tudo isso, o professor da PUC-SP José Luis Goldfarb, @jlgoldfarb, começou um movimento semelhante entre seus amigos. E não demorou para que os três ficassem sabendo um da existência do outro e resolvessem unir esforços. Laura resolveu apresentar a ideia para o Ministério da Educação e para o Conse-

¹Todos os perfis do Twitter são identificados com esse formato: @nomedousuario.

lho de Conselho de Secretários Estaduais de Educação (Consed). O Consed não só apoiou a iniciativa como abriu as portas das Secretarias de Estados de Educação para receber os livros doados. Goldfarb, que há 19 anos é curador do Prêmio Jabuti e já tinha experiência em projetos de arrecadação de livros, resolveu entrar em contato com empresas que pudessem colaborar com o projeto. Graças a isso, a Droga Raia resolveu disponibilizar suas 300 filiais como pontos de coleta.

No vaivém de mensagens “retuitadas”, a cantora Maria Rita, @MROFICIAL, assídua frequentadora do Twitter, descobriu a iniciativa e resolveu apoiar, organizando um show, cujo ingresso saía pela metade do preço para quem fizesse uma doação. Resultado? O que começou com algumas iniciativas isoladas e locais, ganhou corpo na rede e arrecadou mais de 100 mil livros.

Esse é apenas um exemplo de como, na internet, o talento nato dos seres humanos de realizar ações em grupo encontra novas ferramentas. Para o pesquisador Clay Shirky (2008:20, tradução minha), “nós agora temos ferramentas de comunicação que são flexíveis o suficiente para irem ao encontro das nossas capacidades sociais, e estamos testemunhando o surgimento de novas maneiras de coordenar ações que tomam proveito dessa mudança [tecnológica]”.

Os seres humanos são naturalmente gregários. Vivemos em família, convivemos com a vizinhança, moramos em cidades. Para o físico Fritjof Capra (2009, tradução minha):

“A rede é um padrão comum em todos os tipos de vida. Onde quer que encontremos vida, encontramos redes. É importante entender que essas redes de vida não são estruturas materiais, como uma rede de pesca ou uma teia de aranha. São redes funcionais, redes de relações entre vários processos.”

Quando falamos em redes sociais, tratamos de comunicação. “Redes vivas na sociedade humana são redes de comunicação”, afirma Capra. Da mesma maneira que as redes biológicas, elas são autogeradas, mas seu “produto”, de maneira geral, não é material. Cada comunicação na rede cria pensamentos e significados que dão impulso para as comunicações seguintes. E, nesse sentido, a dimensão de significado é crucial para entender as redes sociais. Segundo Capra (2009, tradução minha):

“mesmo quando elas geram estruturas materiais – como bens materiais, artefatos ou obras de arte – essas estruturas são muito diferentes daquelas produzidas pelas redes biológicas. Elas são, em geral, produzidas com um propósito, de acordo com algum projeto e carregam consigo algum sentido.

Conforme a comunicação continua na rede social, ela forma múltiplos *feedbacks* que realimentam o sistema e, eventualmente, produz um sistema de crenças, explicações e valores compartilhados – um contexto comum de significado, conhecido como cultura, que é continuamente sustentado por outras comunicações. Com o tempo, os participantes da rede adquirem identidades como membros da rede social, e a rede acaba gerando sua própria fronteira.”

As ferramentas *online* permitem a atuação de grupos com custos muito mais reduzidos e de maneira muito mais rápida. Em uma época pré-internet, provavelmente a iniciativa natalina de Heber teria ficado restrita aos amigos mais próximos. Laura, se quisesse levar adiante a ideia de arrecadar livros, teria, no mínimo, que fazer panfletos, sair para distribuí-los, gastando um tempo e um dinheiro que não foram necessários pelo Twitter – e com uma abrangência espacial muito menor. E Goldfarb talvez não ficasse conhecendo os outros dois personagens dessa história e seus valiosos contatos com o mundo empresarial não teriam sido utilizados.

Para Clay Shirky (2008), o “colapso” dos custos – sejam ele monetários, de tempo ou de espaço – torna muito mais fácil para as pessoas ficarem juntas e colocar em prática os desejos naturais de fazer coisas conjuntamente. E também graças a isso, esses grupos podem operar tanto na informalidade de uma festa de aniversário como com a profissionalização de uma multinacional. Essa atuação, seja *online* ou *offline*, se dá em três dimensões: compartilhando, agindo coletivamente ou cooperando.

Compartilhar é a ação em grupo que exige menos dos participantes. É o que acontece, por exemplo, quando uma pessoa cria um álbum digital no Flickr² e publica lá as fotos das últimas férias. Essas imagens podem ser vistas e comentadas pela família, pelos amigos e por qualquer outra pessoa que acesse a página. Também compartilha

² O Flickr (www.flickr.com) é um aplicativo online de gerenciamento e compartilhamento de fotos digitais.

conteúdo aquela pessoa que, ao atravessar uma rua alagada após mais uma chuva de verão em São Paulo, fotografa a cena e a disponibiliza *online*. Ou o taxista que, preso no trânsito da hora do *rush*, posta no Twitter um aviso de que a Marginal Tietê certamente não é uma boa opção para quem quer voltar para casa naquele momento.

Até mesmo o PageRank do Google é resultado de uma ação anônima de compartilhar: ao varrer as incontáveis páginas na web e elencar aquelas que os usuários mais referenciam, o algoritmo do buscador, na verdade, mostra a preferência de milhares de usuários da internet, declarada – ainda que inconscientemente – pelos *links* que cada *site* oferece. Partilhar é uma ação de grupo – porque quem partilha, partilha algo com alguém. Mas é a ação que demanda menos envolvimento ou comprometimento com o grupo.

Já a ação coletiva é justamente aquela que exige maior esforço de cada indivíduo do grupo. Isso porque requer um conjunto de pessoas comprometidas em realizar um ato específico – por exemplo, angariar 100 mil livros para distribuir nas escolas públicas no Natal –, de tal maneira que a decisão do grupo seja cumprida por cada um dos indivíduos. Todo grupo enfrenta dilemas e tensões, mas quando o objetivo é uma ação coletiva, isso se torna mais crítico, uma vez que a coesão é fator *sine qua non* para o sucesso. “Informação compartilhada produz sentimentos compartilhados entre os participantes, [...] mas ação coletiva cria responsabilidades compartilhadas, fundindo a identidade do usuário à identidade do grupo.” (Shirky, 2008: 51, tradução minha).

Entre o compartilhamento e a ação coletiva está a cooperação. Cooperar vai além do que simplesmente compartilhar, porque exige que um indivíduo mude de alguma maneira seu comportamento para sincronizar uma ação com outras pessoas que estão mudando seus comportamentos para também agir em sincronia. “Diferentemente de compartilhar, em que o grupo nada mais é que um agregador de participantes [com interesses comuns], cooperar cria identidade de grupo – você sabe com quem você está cooperando” (Shirky, 2008: 50, tradução minha). Uma das maneiras mais simples e mais universais de cooperar é conversar – seja verbalmente, por *e-mail*, por mensageiro instantâneo ou por mensagem de texto no celular. Também é possível conversar por imagens: o YouTube, por exemplo, permite que um usuário publique um vídeo em resposta a outro vídeo publicado anteriormente por outra pessoa.

Ao mesmo tempo que cria um senso de comunidade, o ato de cooperar também traz alguns problemas que não são enfrentados por aqueles que simplesmente compartilham. É Shirky (2008: 50) quem lembra que é notoriamente difícil manter uma conversa *online* livre de xingamentos ou tagarelices e, até mesmo, de mantê-la dentro do assunto, sem dispersão³. “Alguns grupos estão plenamente satisfeitos com esses efeitos (de fato, há comunidades na internet que se divertem com conversas pueris), mas, para qualquer grupo determinado a manter um conjunto de normas comuns, algum mecanismo que garanta a execução [dessas normas] deve existir” (Shirky, 2008: 50, tradução minha).

A produção colaborativa é uma forma de cooperação que exige muito envolvimento pessoal para enfrentar uma certa tensão que sempre existe entre os objetivos individuais e os objetivos do grupo. “Estruturalmente, a maior diferença entre informação compartilhada e produção colaborativa é que nesta última algumas decisões coletivas devem ser tomadas. [...] A produção colaborativa pode ser valiosa, mas é mais difícil de acertar do que simplesmente compartilhar, porque tudo que precisa ser negociado [...] consome mais energia do que coisas que somente são acrescentadas, como um grupo de fotos no Flickr” (Shirky, 2008: 50-51, tradução minha).

Outro aspecto importante da produção colaborativa se refere à questão dos direitos de propriedade, ou direitos autorais. Se todos os membros do grupo participam e contribuem, o produto não pode pertencer a um único indivíduo ou empresa, nem pode gerar benefício exclusivo para uma determinada parcela. Ganham espaço, então, os *commons*⁴. Yochai Benkler (2007: 12-13) explica que os *commons* são um tipo de arranjo institucional cuja característica principal é que “nenhuma pessoa tem o controle exclusivo do uso e da disposição de qualquer recurso particular. Pelo contrário, os recursos governados

³ Nos grupos de discussão, seja por fóruns ou lista de e-mails, os assuntos fora do tema em questão são classificados como *off topic*.

⁴ Sérgio Amadeu da Silveira, professor titular da pós-graduação em comunicação da Cáspes Líbero e estudioso das questões relativas às mídias digitais, considera que o termo *commons* dificilmente pode ser traduzido para a língua portuguesa por uma só palavra, sem perder sua força e seu sentido. Segundo o pesquisador (2007: 7), “a palavra *commons* pode significar aquilo que é comum ou os espaços e as coisas que são públicas. Em alguns casos pode ter o significado de comunidade ou da produção compartilhada entre pares”. Neste trabalho, adotarei a palavra em inglês, com o sentido aqui explicitado.

pela comunidade podem ser utilizados e dispostos por qualquer um entre dado número de pessoas (mais ou menos bem definido), sob regras que podem variar desde o 'vale-tudo' até regras claras formalmente articuladas e efetivamente impostas”.

A partir de dois parâmetros básicos – quem pode usufruir e como – os *commons* podem ser divididos em quatro tipos:

Tipo de commons	Exemplos
Aberto a todos	oceano, ar, sistema rodoviário
Aberto a um grupo definido	sistemas tradicionais de distribuição de pasto ou irrigação, em que o acesso é limitado aos membros de uma determinada propriedade
Com sistema regulado	Calçadas, ruas e rodovias, que são de uso comum, mas a partir de regras pré-estabelecidas
Sem sistema regulado	ar, conhecimento científico (especialmente o anterior ao século XX)

Estudiosos como Lawrence Lessig (2004), afirmam que os commons são necessários por todo o ambiente da internet – em especial naqueles formados a partir da criação colaborativa –, pois essa é a única maneira de garantir que o progresso das inovações não dependa da permissão de alguém que possa usar um eventual poder “decisório” de acordo com seus próprios planos de negócio.

“O que os *commons* tornam possível é um ambiente em que os indivíduos e grupos são capazes de produzir informação e cultura por conta própria. Isso cria condições para um papel substancialmente maior tanto para a produção fora do mercado quanto para a produção radicalmente descentralizada. Já vemos hoje organizações sem fins lucrativos utilizando a rede mundial para oferecer informação ou pontos de troca

cultural com alcance e eficácia muito maiores do que era possível anteriormente. Não menos importante foi o surgimento da produção por pares de informação e cultura – fenômenos exemplificados pelo *software* livre, mas que estão se expandindo para a inclusão de notícias e comentários, como se dá no Slashdot⁵, em artes, ciências, bem como em produtos de listagem e busca, como o Open Directory Project. Juntos, esses fenômenos – o aumento da eficácia e do alcance dos atores fora do mercado e o surgimento da produção da informação radicalmente descentralizada – oferecem um contraponto de grande importância às economias da informação industrial do século 20. (Benkler, 2007: 16-17)”

O risco que os produtos colaborativos e as ações coletivas enfrentam com mais frequência é chamado “Tragédia dos Commons”. Essa expressão foi criada pelo biólogo Garrett Hardin, no final dos anos de 1960, e representa a situação na qual os indivíduos são, de alguma maneira, incentivados a prejudicar o bem coletivo. Um padrão de comportamento que pode ser visto em várias situações, mas que ele exemplificou da seguinte maneira: imagine que você faz parte de um grupo de pastores de ovelhas e que todos levam seus rebanhos para o mesmo pasto comum. É claro que é do interesse do grupo todo manter todos os animais saudáveis, e para isso é importante que o pasto esteja sempre em bom estado. Uma das coisas necessárias para isso é que você não deixe seu rebanho pastar mais do que os demais. Ou seja: se ninguém for ganancioso – afinal, mais pasto representa ovelhas mais gordas –, todos se beneficiam.

E é exatamente aí que está o problema: quem vende sua ovelha é você e não todo mundo. Seu objetivo, como pastor de ovelhas, é engordar sua ovelha o mais rápido possível, para reduzir os custos e aumentar os ganhos. Todos se beneficiam do consumo moderado de pasto, mas, para você, o melhor é que seu rebanho coma todo o pasto que encontrar pela frente. Como ninguém é dono do pasto, ninguém tem o incentivo necessário para cuidar dele em detrimento das próprias ovelhas. Com muitos projetos colaborativos acontece a mesma coisa: os participantes levam em conta os objetivos individuais em vez dos coletivos e a empreitada não dá certo.

⁵ O Slashdot (www.slashdot.org) é um *site* de notícias no qual todo o conteúdo é enviado e comentado pelos usuários. Um usuário cadastrado publica um sumário de uma notícia vista em outro *site*. Outros usuários podem comentar a notícia, questioná-la, contribuir com novas informações etc. O *site* é tão popular que algumas notícias chegam a ter mais de mil comentários.

Isso não quer dizer, no entanto, que todos os *commons* estão fadados ao fracasso. Benkler (2006) lembra que, desde a primeira revolução industrial, se o *copyright* garantiu o desenvolvimento de muitos bens materiais, ações sem direitos autorais (ou não proprietárias) sempre foram importante na produção de bens simbólicos. E agora, em pleno século 21, a criatividade humana e a informação – bens simbólicos por excelência – são bases na nova economia que se forma. Castells (2006: 119) define essa economia como informacional, global e em rede. Informacional porque a “a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes [...] dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada e conhecimentos”. É global porque tanto as atividades produtivas quanto o consumo e a circulação de bens se dá em escala global. E é em rede, porque “a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais” (Castells, 2006: 119).

Benkler (2006) leva a discussão um pouco mais além e lembra que a economia da informação em rede melhora as capacidades práticas das pessoas em três dimensões:

- melhora a capacidade de cada um fazer mais por si e para si mesmo;
- reforça a capacidade das pessoas de fazer mais, conjuntamente com outros, sem ter que balizar suas relações por um sistema de preço ou em algum modelo hierárquico de organização social ou econômica;
- melhora a capacidade dos indivíduos de fazer mais em organizações constituídas fora da esfera do mercado.

Um exemplo disso é também, provavelmente, o maior e mais bem-sucedido caso de projeto colaborativo do qual se tem notícia até o momento: a Wikipédia (www.wikipedia.org). Fundada em 15 de janeiro de 2001, a Wikipédia⁶ é uma enciclopédia *online*, sem fins lucrativos, operada e gerida pela Wikimedia Foundation, mas escrita e editada exclusivamente por colaboradores voluntários

⁶ A Wikipédia é um desdobramento de um projeto anterior, chamado Nupedia. Criada em março de 2000, a Nupedia já pretendia desenvolver uma enciclopédia livre online, mas com artigos escritos por especialistas e revisados por pares antes de serem aprovados e publicados. O projeto deixou de funcionar em setembro de 2003, com 24 artigos prontos e 74 em fase de revisão.

espalhados por todo o planeta. Apresentada em 262 idiomas e línguas⁷, é atualmente o sexto *site* mais visitado do mundo, segundo a Alexa⁸. A versão em língua inglesa – a mais antiga do projeto – conta com mais de três milhões de artigos. A versão em português traz 538 mil artigos.

Uma das principais características da Wikipédia é o fato de utilizar um sistema de publicação em plataforma *wiki*⁹. Baseada em ambiente web, a ferramenta *wiki* permite que qualquer visitante (cadastrado ou não no *site*) altere qualquer texto publicado bastando, para isso, acessar a aba “editar” existente em cada página. Assim que o usuário salva a página modificada o conteúdo é atualizado automaticamente no ar e esta nova versão do texto é considerada final até que haja outra edição. A ferramenta também grava o histórico de todas as mudanças efetuadas (na aba “história”), permitindo comparações entre duas versões e possibilitando que uma versão anterior seja restaurada a qualquer momento.

A Wikipédia é também um esforço consciente e coletivo de criar conteúdo enciclopédico e partilhar conhecimento. Por isso, todos os documentos do projeto apresentados no *site* convidam os interatores a escrever artigos que, na medida do possível, não sejam tendenciosos e contenham informações corretas. Todo o conteúdo gerado pelos colaboradores da Wikipédia é amparado pela Creative Commons (CC-BY-SA)¹⁰.

O que mais impressiona tanto os entusiastas quanto os críticos da Wikipédia é seu tamanho e a quantidade de pessoas tra-

⁷ Todos os dados da Wikipédia apresentados são relativos a janeiro de 2010, a menos que haja alguma indicação contrária no texto.

⁸ A Alexa (www.alexa.com) é uma subsidiária da Amazon, com e fornece dados relativos ao tráfego na web.

⁹ No idioma havaiano, *wiki* significa “muito rápido”. O primeiro sistema *wiki* foi desenvolvido em 1995 pelo engenheiro de software Ward Cunningham, e tinha como objetivo facilitar a criação e a documentação de grandes projetos de informática. A diferença do *software* de Cunningham para outros que propunham o trabalho colaborativo era que ele partia da ideia de que em grupos de pessoas que querem colaborar seus membros tendem a acreditar uns nos outros.

¹⁰ A Creative Commons é uma organização sem fins lucrativos, criada por Lawrence Lessig que desenvolveu seis tipos de licenças de direitos autorais conhecidas como Licenças Creative Commons. A licença adotada pela Wikipédia desde junho de 2009 é a CC-BY-SA, o que significa que seu conteúdo pode ser utilizado desde que a fonte seja citada (BY) e que pode dar origem a outros produtos, desde que sob a mesma licença (SA).

balhando em colaboração. Quando Ward Cunningham desenvolveu o primeiro *software wiki*, tinha em mente a utilização por pequenos grupos, para fins específicos – o que facilitaria o controle do produto final. Clay Shirky, ao estudar a ação de grupos na internet, brinca: “Mas a Wikipédia não opera na escala de um jogo de pôquer entre vizinhos; opera na escala de um cassino em Vegas” (2008: 118, tradução minha).

A maioria dos empreendimentos com as proporções da Wikipédia exigiria uma estrutura administrativa, orçamento próprio¹¹, processos de fluxos formais. Mas a enciclopédia *online* cresce e sobrevive sem nada disso, baseando-se em um esquema de divisão informal do trabalho. “A Wikipédia consegue agregar contribuições individuais e, em geral, pequenas, mas são centenas de milhares delas anualmente, feitas por milhares de contribuintes, todos executando diferentes funções.” (Shirky, 2008: 118, tradução minha)

O funcionamento da Wikipédia segue mais ou menos um padrão: alguém decide criar um determinado artigo. Essa pessoa não precisa ser especialista no assunto: ela escreve o que sabe ou o que pesquisou sobre o tema e publica. Esse texto é considerado um esboço pela comunidade (ou pelo próprio autor) e lança-se um convite para que outros colaboradores ajudem a expandi-lo.

Pessoas interessadas no assunto começam a contribuir: um acrescenta um pouco de texto, o outro edita o conteúdo já existente tornando-o mais agradável de ler, um terceiro acrescenta uma referência, com *link* para um *site* externo, e assim sucessivamente. Nenhuma dessas pessoas é necessariamente um historiador e nem todas elas farão contribuições positivas: ao adicionar material, um colaborador pode tornar o texto confuso, outro pode inserir uma informação equivocada (ainda que sem intenção de vandalizar o artigo). Mas, todo esse conteúdo é provisório. “A vantagem da Wikipédia vem parcialmente do fato de que as alterações ruins podem ser erradicadas mais rapidamente [do que numa enciclopédia tradicional], mas também em parte porque o conhecimento humano é provisório”. (Shirky, 2008: 119, tradução minha)

Um artigo da Wikipédia é um processo, não um produto, e como nunca é um resultado, jamais está terminado. “Em vez de filtrar as contribuições antes que elas estejam disponíveis para o público (processo que ajudou a matar a Nupedia), a Wikipédia assume que novos erros serão introduzidos com menos frequência do que os existentes serão corrigidos”. (Shirky, 2008: 119, tradução minha). Até agora, e de modo geral, essa ideia tem se mostrado correta, uma vez que os artigos da Wikipédia – ainda que sofram com vandalismos ocasionais – tendem a se tornarem melhores e mais completos com o passar do tempo.

Em entrevista a Tapscott e Willians (2007: 72-73), Jimmy Wales, o criador da Wikipédia, responde, quando é perguntado sobre as razões que levam essas pessoas a trabalharem colaborativamente: “Por que as pessoas jogam *softball*? É divertido, é uma atividade social”. O projeto também atrai uma série de especialistas nos mais variados temas, que simplesmente querem que o mundo conheça determinados assuntos.

“Elf, uma autoconfessa viciada em Wiki, também é fanática por cães. Quando ela não está ocupada com seu trabalho de tempo integral, como treinadora de cachorros de competição, está na Wikipédia, onde ela admite que passa “bastante tempo” checando cuidadosamente os milhares de artigos que os wikipedianos escreveram sobre as várias raças caninas. Como milhares de outros wikipedianos, Elf mantém voluntariamente uma lista de centenas de artigos e fotos que ela monitora cada vez que uma alteração é feita. Ela ajuda a manter a acurácia das mudanças editoriais e pode rapidamente remediar um vandalismo.

Ao contrário das companhias tradicionais, em que as pessoas trabalham por dinheiro, voluntários automotivados como Elf são a razão do motivo pelo qual a ordem prevalece ao caos no que, de outra maneira, seria um processo editorial confuso e impossível. (...) Já houve casos de “guerras de edição”, nos quais usuários repetidamente desfaziam as alterações feitas por outros. Nesses casos raros, o *staff* da Wikipédia teve a palavra final (Tapscott; Willians, 2007: 73, tradução minha)”

Isso não impede, porém, que a iniciativa apresente problemas e sofra críticas. Em maio de 2005, um incidente expôs a principal fraqueza do projeto: o fato de que qualquer um pode escrever sobre qualquer coisa, mesmo sem conhecer o assunto. Um usuário anôni-

¹¹ A Wikimedia Foundation mantém seus projetos – entre eles a Wikipédia – em grande parte graças à colaboração financeira de milhares e doadores. Para evitar que uma só empresa, ou um grupo delas, tenha poder econômico sobre a fundação, as campanhas de doação costumam aceitar apenas valores baixos (em geral algo em torno de US\$40), pulverizando o esforço de garantir a saúde financeira dos projetos (o que inclui a manutenção dos sistemas e dos servidores) entre seus usuários. A última campanha, realizada no final de 2009, arrecadou US\$ 7,5 milhões de dólares em oito semanas.

mo criou uma biografia fictícia do então diretor editorial do USA Today, John Seigenthaler. Dizia o texto: “(...) foi assistente do promotor-geral Robert Kennedy, no início dos anos de 1960. Por um breve tempo, pensou-se que estaria envolvido nos assassinatos dos Kennedy, tanto de John quanto de seu irmão Bobby. Ninguém nunca provou nada”. Durante os quatro meses seguintes, o artigo ficou no ar, sem que ninguém se desse conta das informações mentirosas.

A publicidade em torno do ocorrido colocou em xeque a credibilidade do *site*. A partir daí, Wales estabeleceu alguns critérios para a criação de novos artigos, impedindo, por exemplo, que fossem feitos por usuários não registrados. Em 2008, a Wikipédia foi obrigada a “congelar”¹² o verbete de George W. Bush, considerado um “imã” para vândalos e panfletagem política.

Outro caso que abalou a comunidade de colaboradores da Wikipédia foi a chamada “controvérsia Essjay”. Em fevereiro de 2007, a revista *The New Yorker* publicou uma matéria sobre a Wikipédia e entrevistou um proeminente editor e administrador do *site*, chamado Essjay. Ele se apresentava, em sua página pessoal, como doutor em teologia e lei canônica, além de professor titular em uma universidade particular. Dias depois, a revista recebeu um e-mail de um leitor, revelando que o verdadeiro nome de Essjay era Ryan Jordan, um rapaz que havia passado por diversas universidades, mas não havia concluído curso superior.

A *The New Yorker* levou a fraude ao público, dando início a uma enxurrada de críticas à Wikipédia. Enquanto isso, a comunidade do *site* vistoriava todas as edições e artigos de Essjay para verificar a exatidão das informações. Ao mesmo tempo, organizava debates para a criação de novas maneiras para aperfeiçoar o projeto, especialmente no que se refere à identificação dos colaboradores.

Fatos como esses fazem com que muitos professores desencorajem o uso da Wikipédia como fonte de pesquisa para seus alunos. Em 2007, o Departamento de História da Universidade de Middlebury, em Vermont (EUA), proibiu que os alunos citassem a Wikipédia como fonte de pesquisa em seus trabalhos, depois que várias provas replicavam erros encontrados nos artigos publicados na

enciclopédia *online*. Na ocasião, o próprio Jimmy Wales elogiou a medida, afirmando que nenhuma enciclopédia – seja ela a Wikipédia ou a Britannica – pode ser fonte de um trabalho de pesquisa. Pode, segundo ele, no máximo, servir como ponto de partida para conhecer determinado assunto.

Já outros são mais otimistas – entre eles acadêmicos que contribuem regularmente com o projeto. Matt Barton, professor de inglês na Saint Cloud State University, em Minnesota, é um desses entusiastas. Ele não só escreve artigos na Wikipédia como anuncia o fato em seu blog e pede para que seus alunos leiam o texto e apontem eventuais problemas. “Eu posso cometer um erro e não ver. Então, ter mais pessoas olhando meu trabalho é uma coisa boa”, comenta. (Tapscott; Willians: 2007, 75, tradução minha).

Em 2005, o professor Henry Smith, da Universidade de Columbia, em Nova York, pediu a seus alunos que estudassem a cultura japonesa. O resultado foi publicado na Wikipédia, gerando dezenas de novos artigos. A avaliação posterior mostrou que os estudantes aprovaram a iniciativa, uma vez que a experiência os ensinou a disciplina da escrita e os colocou em contato com especialistas que melhoraram suas pesquisas (*The New York Times*, 2007).

Um estudo publicado na *Nature* (Giles, 2005) sobre a qualidade do material disponível na Wikipédia comparou 42 artigos científicos da enciclopédia *online* com a Encyclopædia Britannica e concluiu que “a diferença na acurácia não é particularmente grande”. Depois disso, a tradicional publicação inglesa saiu a público afirmando que os erros da Wikipédia eram mais sérios do que os seus, e que as fontes usadas no estudo da *Nature* incluíam a edição júnior da enciclopédia, bem como as atualizações anuais. Estudiosos consideraram a crítica imprecisa, uma vez que enquanto os erros encontrados na Wikipédia foram prontamente corrigidos, os da *Britannica* permaneceram.

Da mesma maneira que programadores atuam juntos para identificar e consertar erros em *softwares* livres como o Linux ou o Mozilla Firefox, os wikipedianos conseguem facilmente encontrar erros e corrigi-los. Um estudo realizado pelo MIT indica que uma obscenidade inserida aleatoriamente no conteúdo da Wikipédia leva, em média, 1,7 minuto para ser removida.

Atualmente, a Wikipédia conta com mais de um milhão de usuários registrados: desses, cerca de 100 mil contribuíram com dez ou

¹² Congelar é o termo usado quando o artigo da Wikipédia é convertido em conteúdo estático, impedindo-se novas edições.

mais entradas. É fácil perceber que a maioria das pessoas que visita a Wikipédia – que é o sexto *site* mais acessado do mundo – não é registrado e, provavelmente, jamais fará uma única alteração em um artigo. Mesmo entre a comunidade ativa, a maioria é responsável por uma única edição: a maior parte dos esforços vem de um grupo muito mais reduzido e muito mais ativo do que a média. Esse grupo central de mais ou menos cinco mil “wikipediano” assume para si a responsabilidade de executar as tarefas necessárias para manter o projeto em funcionamento: administrar conflitos entre editores, excluir artigos que não estão de acordo com as normas do projeto, garantir o desenvolvimento constante do *software wiki*¹³ e patrulhar páginas atrás de atos de vandalismo.

A pergunta que todo artigo da Wikipédia faz para seus usuários é: quem se importa? No caso do artigo Renascença Carolínea, na versão lusófona da Wikipédia, o usuário Leinad-Z se importou, a ponto de, em 3 de janeiro de 2006, publicar o primeiro esboço do texto que se encontra atualmente no ar. De lá para cá foram 42 alterações (a última data de 21 de janeiro de 2010)¹⁴, entre elas uma reversão para uma versão anterior, uma vez que uma edição feita por um usuário anônimo foi considerada suspeita.

“Isso explica porque tanto especialistas quanto amadores estão dispostos a contribuir – a estrutura de participação não está vinculada a recompensas extrínsecas, assim pessoas capazes de acrescentar explicações técnicas de fórmulas matemáticas complexas acabam trabalhando ao lado de pessoas que só sabem o suficiente para serem capazes de corrigir o texto e torná-lo mais agradável. (Shirky, 2008: 135)”

Até agora, a Wikipédia sobreviveu à Tragédia dos Commons, e o motivo é exatamente esse: alguém se importa. Na multidão de usuários – independentemente se são “wikipediano de carteirinha” ou simples usuários esporádicos – uma pessoa, ou um grupo de pessoas, se importa com cada artigo publicado. “Uma *wiki* é um híbrido de ferramenta e comunidade. A Wikipédia e todas as *wikis* crescem se

¹³ A Wikimedia Foundation utiliza um *software* próprio, de código aberto e distribuição gratuita, chamado MediaWiki.

¹⁴ Artigo acessado em 28 de janeiro de 2010.

pessoas suficientes se importam com elas, se elas morrem ou não” (Shirky, 2008: 136). Essa preocupação, fundamental em qualquer projeto *wiki*, não é resultado do *software*, é resultado da ação da comunidade que usa o *software*. Mesmo se uma única pessoa se importar com determinado artigo, fica mais difícil causar algum dano a ele, porque aquele conteúdo estará sendo constantemente monitorado¹⁵.

“Quando uma página vandalizada reaparece como se nada tivesse acontecido, isso causa o oposto do sentimento “Fulano esteve aqui”¹⁶ – nada é mais frustrante para um vândalo do que investir energia para alterar alguma coisa e ver seu esforço desaparecer em segundos. Há evidências de que a existência de pessoas atentas a um determinado artigo, com vontade e com as ferramentas necessárias para defendê-lo rapidamente, é o suficiente para desmoralizar a maioria dos vândalos. (Shirky, 2008: 136-137)”

Apesar de raras, algumas experiências em ambiente *wiki* já foram feitas também no jornalismo. Mas mesmo no caso dos blogs – em que a colaboração se dá nas discussões das áreas de comentário dos posts e não no texto em si, como no *wiki* –, a criação de comunidades que se importam com determinado conteúdo, ou temática, pode ser o segredo para projetos bem-sucedidos. E aí vale aí destacar o papel do jornalista enquanto mediador desses grupos de usuários. O pesquisador Clay Shirky (2002) adverte o jornalista que pretende trabalhar nesse contexto:

“Uma comunidade real é uma coisa autogerada, com algum tipo de mágica, fácil de reconhecer depois que existe, mas impossível gerar sob demanda, que reúne pessoas. Uma vez que essas pessoas formem a comunidade, contudo, elas vão agir no interesse da comunidade, mesmo que esse não seja o seu interesse [do jornalista]. Eles podem até tratá-

¹⁵ O artigo “Sismo do Haiti de 2010” foi vandalizado por um usuário anônimo no dia 18 de janeiro de 2010, às 10h01. Exatamente às 10h10 do mesmo dia, o usuário Ray Chasson desfaz a edição mal intencionada, retornando o texto à sua versão correta.

¹⁶ Muitas invasões de *sites* ou atos de vandalismo em sistemas como o da Wikipédia são feitos não para danificar ou roubar dados, mas pelo simples prazer que o invasor sente de colocar sua marca. Esse ato pode ser comparado, por exemplo, à satisfação que o pichador tem em colocar seu nome em um edifício ou em uma ponte.

lo, o dono do site, como uma perturbação externa. Outra surpresa é que eles vão tratar o crescimento [do site] como uma perturbação também, e espontaneamente vão erguer barreiras se eles sentirem que esse crescimento é uma ameaça muito grande [...] Muitas das expectativas que você tem sobre o tamanho, a composição e o comportamento das audiências quando você faz uma transmissão televisiva estão atualmente danificadas pelo crescimento das comunidades. Para criar um meio ambiente construtivo com a comunidade, você precisa agir mais como um jardineiro do que como um arquiteto.”

Essa nova relação com o público – que também se torna mais exigente em seus questionamentos e seus desejos de ser informado – exige do jornalista uma série de novas habilidades, o que resulta também em novas responsabilidades. A pesquisadora Elizabeth Saad Corrêa (2009) lembra que com a potencialidade tecnológica dos novos meios, o jornalista amplia seu papel de reportar a realidade. “Mas ele também passará a acrescentar ao seu perfil todo um novo conjunto de responsabilidades, funções, atribuições e habilidades.”

Esse acréscimo se dá tanto na necessidade de saber usar os *softwares* disponíveis até na preparação de conteúdos editoriais voltados para a personalização/customização. “Ou ainda, pela responsabilidade social em alimentar com informações e funcionar como ‘motor’ de comunidades virtuais.” (Corrêa, 2009).

Para a pesquisadora, o jornalista no ambiente virtual é também um arquiteto da informação, no sentido de que precisa organizar o conteúdo considerando sua dimensão, sua profundidade e sua amplitude. “Essa informação não é apenas, mas também é texto (ou hipertexto), são gráficos (ou infográficos), são ícones (ou *links*), imagens (animações), sons (áudio real), ou tudo isso junto” (Corrêa, 2009, grifo da autora).

Às competências básicas do fazer jornalístico – saber entrevistar, criar uma narrativa, analisar dados e fatos, além de habilidades linguísticas – somam-se outras. São habilidades que já pertenciam ao rol profissional do jornalista, em maior ou menor grau, dependendo do tipo de atividade por ele realizada, mas que, com os meios digitais, tornam-se prementes:

- competência numérica – a internet permite ao jornalista o acesso a inúmeras bases de dados novas. Por isso, ele precisa saber buscar, processar e operar com números, para daí extrair a informação;

- competência tecnológica – para manter-se atualizado com as novas tecnologias de informação e comunicação;
- competência visual – cada vez mais a informação digital é baseada na agregação de textos com imagens;
- competência cultural – para interagir com os vários grupos, as várias culturas e as várias localidades que se tornam mais acessíveis.

O papel de mediador social do jornalista potencializa-se nos meios digitais, uma vez que o alcance de sua voz e os nós de sua rede também aumentam. À convivência com as fontes “reais” somam-se os relacionamentos com as fontes “virtuais”.

“Essa convivência traz à tona o lema tão popular desses tempos: *“be global, act local”* – que leva à reestruturação de nossa vida futura em cidades hiperurbanizadas e hiperdigitalizadas.

Para o jornalista cabe, então, o papel de “navegar por cidades reais e criar relacionamentos por comunidades virtuais” [grifo meu]. Do relato de realidades locais, ainda fundamental para seu exercício profissional, vemos o jornalista identificando e interligando essas localidades no mundo virtual. (Corrêa, 2009)”

Essa interligação, ou esse diálogo possível (Medina, 1990), concretiza-se na narrativa da contemporaneidade: no contar uma história, seja oral, visual ou escrita. E até mesmo nesse aspecto o jornalista das mídias digitais precisa de novas competências – como narrar uma história num meio tão fluído quanto a internet, aproveitando as possibilidades que temos a disposição?

Do ponto de vista de uma epistemologia pragmática, várias questões se colocam: um jornalista é capaz de estabelecer uma interação com seu público a ponto de ir além de discussões em blogs e chegar a projetos que envolvam a criação de narrativas da contemporaneidade em ambiente *wiki*? O jornalista é capaz de reger essa orquestra num ambiente totalmente aberto? E do ponto de vista dos direitos autorais? Como as empresas e os autores devem lidar com os *commons*?

Nossa aventura está apenas começando. Novas ferramentas surgem a cada dia e, com elas, buscamos novas maneiras de resolver velhos problemas. Qual nosso destino? Só o futuro será capaz de nos dar essa resposta.

* **Marcia Blasques** – é jornalista (ECA-USP), mestre e doutora em ciência da comunicação pela mesma instituição. Atua na área de internet desde 2000, primeiro como editora, depois como diretora de conteúdo do portal Klic Educação (www.kliceducacao.com.br). Em 2004 assumiu a direção do Portal da USP (www.usp.br), sendo uma das coordenadoras do projeto de reestruturação do Portal. Desde 2008 é diretora da Divisão de Mídias Online da Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade de São Paulo. É integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Jornalismo e Epistemologia da Compreensão (FCSCLE) da Faculdade Cásper Líbero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENKLER, Yochai. *The wealth of networks: How social production transforms markets and freedom*. New Haven: Yale University Press, 2006.

BENKLER, Yochai. *A economia política dos commons*. In: SILVEIRA, Sergio Amadeu da. *Comunicação digital e a construção dos commons: Redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 11-20.

CAPRA, Fritjof. *A New Conception of Life*. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/reflexoes/encontro/2005-4/documentos/01-A-New-Conception-of-Life-Fritjof-Capra.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CORRÊA, Elizabeth Saad. *O jornalista (brasileiro) na sociedade da informação: Repórter da realidade, arquiteto da virtualidade*. Disponível em: <njmt.incubadora.fapesp.br/.../jornalista-brasileiro-na-era-da-informacao.pdf>. Acesso em: 13 out. 2009.

GILES, Jim. Internet encyclopaedias go head to head. *Nature*, 15 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/journal/v438/n7070/full/438900a.html>>. Acesso em: 15 dez. 2007.

LESSIG, Lawrence. *Free Culture: The nature and future of creativity*. New York: The Penguin Press, 2004.

MEDINA, Cremilda. *Entrevista: O diálogo possível*. São Paulo: Ática, 1990.

SHIRKY, Clay. *Here Comes Everybody: The power of organizing without organizations*. New York: The Penguin Press, 2008.

Tapscott, Don; WILLIAMS, Anthony D. *Wikinomics: How mass collaboration changes everything*. London: Penguin, 2007.

THE NEW YORK TIMES. *Wikipédia é banida como fonte escolar*. G1, São Paulo, 22 fev. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL6971-6174,00-WIKIPEDIA+E+BANIDA+COMO+FONTE+ESCOLAR.html>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

Reflexão e experiências brasileiras

Censura e democracia: o caso Estadão

José Maria Mayrink*

Ditadura, regime militar, governo forte, seja qual for o nome que se dê aos períodos de repressão política, eles sempre foram sinônimos de censura para a imprensa. No caso do jornal *O Estado de S. Paulo*, a história registra quatro longas investidas dos censores no século 20 – da Revolta Paulista contra o presidente Artur Bernardes em 1924 à vigência do Ato Institucional nº5, de dezembro de 1968, passando pelos meses pós-Revolução Constitucionalista de 1932 e pelos anos do Estado-Novo, que se seguiram ao golpe de Getúlio Vargas em 1937.

A decisão tomada em 30 de julho de 2009 pelo desembargador Dácio Vieira, do Tribunal Federal do Distrito Federal e dos Territórios, proibindo por liminar que o Estado divulgasse informações sobre a Operação Boi Barrica, ou Operação Factor, sobre atividades suspeitas do empresário Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney, é uma exceção que se soma à série de censuras impostas por governos arbitrários. Essa decisão judicial, considerada igualmente censura pelo jornal, ocorreu não durante uma ditadura, mas durante uma democracia em que, teórica e legalmente, não há ou não deveria haver restrições ao direito à informação.

Antes de enumerar e descrever os quatro períodos de censura mais conhecidos, porque mais longos ou mais penosos, deve-se lembrar que houve medidas excepcionais de controle dos jornais também durante a 1ª Guerra Mundial, a partir do momento em que o Brasil entrou no conflito contra a Alemanha, em 1917. As tesouras dos censores cortaram principalmente matérias referentes ao governo ou às questões nacionais, sem dar igual atenção às notícias do front. Tanto assim que Julio Mesquita, o patriarca da família proprietária de *O Estado de S. Paulo*, escreveu sem problemas seus artigos e comentários semanais sobre a Guerra (1914-1918) – título do livro que seu bisneto Ruy Mesquita Filho publicaria, em 2000, com a coletânea de seus textos.

Na Revolução Paulista de 1924, quando São Paulo se rebelou contra Bernardes, o jornal foi censurado em duas etapas – primeiro pelas forças rebeldes comandadas pelo general Isidoro Dias Lopes, que ocuparam a capital, e posteriormente pelo governo federal, quando suas tropas expulsaram os revoltosos e retomaram o controle da cidade. Julio Mesquita foi preso e enviado para o Rio de Janeiro, enquanto era suspensa a edição do Estado por mais de duas semanas, de 28 de julho até 17 de agosto. Quando voltou a circular, a coluna Notas e Informações, a página de editoriais, agradeceu a solidariedade recebida nesse período:

“Tendo sido revogada ontem a ordem de suspensão de nossa folha, *O Estado de S. Paulo* começa hoje a circular normalmente. Cumpre-nos agradecer, neste momento, o que fazemos penhoradíssimos, a solicitude e o interesse que sempre demonstraram pelo nosso reaparecimento, durante todo o período de interrupção do nosso jornal, os nossos anunciantes e todos os nossos leitores”.

Tempo de guerra, tempo de censura. O jornal voltou a sofrer restrições em 1932, após a derrota da Revolução Constitucionalista, quando Julio de Mesquita Filho e seu irmão Francisco Mesquita, herdeiros de Julio Mesquita, que havia morrido em 1927, foram presos e enviados para o exílio em Portugal, com suas famílias. O exílio durou pouco tempo, pois os donos do Estado puderam voltar ao Brasil em novembro de 1933, quando Getúlio Vargas nomeou Armando de Salles Oliveira interventor em São Paulo, supostamente com a intenção de reconquistar a simpatia e o apoio dos paulistas. Armando de Salles Oliveira era cunhado de Julio e Francisco Mesquita. Em

1934, o governador (eleito pela Assembleia Legislativa, após ter sido nomeado interventor) encarregou Julio de Mesquita Filho de coordenar a criação da Universidade de São Paulo (USP). A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi o núcleo da nova instituição.

O golpe de 10 de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo, instalou mais um longo período de censura à imprensa. Julio de Mesquita Filho foi preso e logo libertado. Era a primeira de uma série de 17 prisões, até novembro de 1938, quando foi novamente exilado para a França. De Paris se mudou para Buenos Aires, no ano seguinte, ao perceber que mais uma guerra ameaçava a Europa. Permaneceu na Argentina até 1943, quando decidiu voltar ao Brasil. Escrevia para os jornais *La Nación* e *La Prensa*, mas não tinha recursos financeiros para se manter no exílio. Ao chegar a São Paulo, foi preso e confinado na fazenda da família em Louveira.

O Estado de S. Paulo tentou em vão resistir à censura. Foi ocupado em março de 1940 pela polícia do interventor Ademar de Barros, supostamente por ordem de Getúlio Vargas, com o pretexto de que os Mesquita e seus funcionários armazenavam armas na redação para derrubar o governo. A intervenção durou mais de cinco anos. A empresa foi devolvida a seus proprietários em 6 de dezembro de 1945, após a deposição de Getúlio. Surpreendentemente em excelentes condições financeiras, pois, como lembra Ruy Mesquita, atual diretor, os representantes da ditadura eram bons administradores.

Após a retomada do jornal – que não foi de mão beijada, pois Julio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita recompraram as ações e indenizaram seus sete irmãos pelo prejuízo sofrido com a ocupação, quando o governo pagou pelo Estado um preço vil – os negócios prosperaram. Importaram-se máquinas modernas para a impressão e construiu-se uma nova sede, o prédio da Rua Major Quedinho, nº 28, que funcionou até 1976, quando a empresa se mudou para a Marginal do Tietê, no bairro do Limão. Nesse meio tempo, surgiram a Rádio Eldorado em 1954, o Jornal da Tarde em 1966 e a Agência Estado em 1970.

Os Mesquita, que haviam apoiado o golpe militar – ou contra-golpe, como prefere Ruy Mesquita – contra o presidente João Goulart em 1964, passaram logo à oposição, ao ver que a Revolução não seguia pelos caminhos sonhados. O rompimento ocorreu em 1965, quando o marechal Castelo Branco cancelou as eleições que esco-

lheriam o novo presidente da República. Carlos Lacerda, amigo e companheiro de luta de Julio de Mesquita Filho, seria um dos candidatos. Apesar das intimidações e ameaças à imprensa, não houve censura até dezembro de 1968, quando o AI-5 fechou o Congresso, cassou mandatos parlamentares e instalou agentes da polícia nas redações. A censura no *Estado de S. Paulo*, o jornal que mais sofreu a repressão, só terminaria em 3 de janeiro de 1975, no governo do general Ernesto Geisel.

Foi uma censura impiedosa. Quem trabalhou no *Estado* e no *Jornal da Tarde* durante aquele período sabe o que a arbitrariedade do regime significou. Além de cortar textos, fotos e ilustrações, com prejuízos materiais para a empresa e traumas psicológicos para seus funcionários, a censura causou outros sofrimentos e sequelas, como prisões, torturas e risco de morte para vários jornalistas. Alguns deles estão presentes, com suas memórias e seu testemunho, no livro *Mordaça no Estadão*, que eu escrevi e o *Estado* publicou em dezembro de 2008, por ocasião do 40º aniversário da edição do AI-5. São lembranças tristes e dramáticas, embora algumas vezes divertidas, de profissionais que enfrentaram o dia a dia da repressão.

“Acho que o Estado foi o único jornal diário que sofreu censura prévia”, disse o jornalista Fernando Pedreira. “Os outros não, nem mesmo o *Jornal do Brasil*, porque eles concordavam em não publicar o que os militares determinavam que não se devia publicar”. Pedreira parece ter razão – e ele foi diretor desses dois jornais – mas é preciso fazer justiça ao JB, que arriscou uma primeira página criativa e corajosa na edição de 14 de dezembro de 1968 para burlar a censura.

“Ontem foi o Dia dos Cegos”, informava uma chamadinha ao lado do logotipo, remetendo para uma página interna que noticiava a comemoração do Dia do Deficiente Visual. Ao lado direito do logotipo, a previsão meteorológica anunciava: “Tempo negro, temperatura sufocante. O país está sendo varrido por fortes ventos”. Sob uma foto do presidente Costa e Silva e outra dos ministros militares, uma imagem de futebol com essa legenda: “Garrincha foi expulso quando o Brasil venceu o Chile na Copa de 62”. Era uma foto de arquivo, sem nenhuma relação com o noticiário.

No dia seguinte, um domingo, o *Jornal do Brasil* não circulou, em protesto contra a pressão do regime, que ameaçava prender um de seus diretores, o embaixador Sette Câmara. Responsável, com o secretário

de redação Carlos Lemos, por essas ironias do dia 14, o editor-chefe Alberto Dines passou alguns dias preso numa unidade do Exército. Foi libertado quando o *The New York Times* noticiou a prisão.

O *Estado* não fazia autocensura, foi o recado que Julio de Mesquita Filho deu ao governo. Mandou seu filho Julio de Mesquita Neto dizer isso ao governador Abreu Sodré e ao chefe do Departamento de Polícia Federal, general Sílvio Correia de Andrade, já no dia 13, horas antes da edição do AI-5. O *Estado* havia sido apreendido na manhã desse dia, por causa do editorial “Instituições em frangalhos”, no qual Mesquita Filho denunciava a arbitrariedade do regime. Era um texto corajoso e desassombrado, na página 3 da edição cuja manchete – “Câmara nega; prontidão” – anunciava o desfecho do caso Márcio Moreira Alves. O Legislativo negou a licença para o Executivo processar o deputado do então Estado da Guanabara (Rio de Janeiro) que fizera, dois meses antes, um discurso considerado ofensivo às Forças Armadas, após uma invasão policial da Universidade de Brasília (UnB).

“Instituições em frangalhos” foi o último editorial de Julio de Mesquita Filho. Em protesto contra a censura, ele parou de escrever o primeiro editorial – ou Nota 1 – da página 3 e não voltou mais à redação. “O preço que pagamos (pelo AI-5) foi, em primeiro lugar, a vida de meu pai”, disse Ruy Mesquita, em março de 2004. “Meu pai caiu doente, quando deixou de escrever o primeiro editorial. Ele era um homem de saúde muito boa, mas era um psicossomático. Todas as suas contrariedades tinham reflexos fisiológicos imediatos”.

O jornalista morreu em julho de 1969, sete meses depois de a censura se instalar na redação. Os censores, que eram funcionários da Divisão de Diversões Públicas da Secretaria Estadual de Segurança, chegaram à Rua Major Quedinho, nº28, onde funcionavam o Estado e o *Jornal da Tarde*, às 22 horas de 13 de dezembro de 1968, pouco antes do anúncio do AI-5. Avisaram que queriam ler a seção de Política. Quando o jornal começou a rodar, o pessoal da redação, que havia acompanhado a leitura do AI-5 pelo rádio, atravessou a Rua da Consolação e foi conversar num boteco.

“Era uma sensação de fim dos tempos, a certeza de que viriam as trevas”, lembrou Clóvis Rossi, então chefe de reportagem, em entrevista para o livro *Mordaça no Estadão*. O repórter Ricardo Kotscho passou pelas oficinas, com alguns companheiros, para negociar com os censo-

res, após haver proposto uma reação. Ajudando a fechar a página de esportes, sugeriu essa manchete ao editor Ludemburgue Góes para o texto sobre o jogo da Seleção brasileira com a Alemanha: “Brasil ataca pela direita”. Oliveiros S. Ferreira, chefe da redação, vetou o título, achando que poderia ser uma provocação. Era.

Os repórteres e editores que, na véspera, tinham conseguido driblar a polícia e fazer com que centenas de exemplares do *Estado* e do JT chegassem às ruas, apesar do cerco ao prédio da Rua Major Quedinho, montaram uma barreira para repetir a façanha. Lá estavam, entre outros, Ewaldo Dantas Ferreira, Inajar de Souza, Percival de Souza, Fernando Portela, Sandro Vaia, Rolf Kuntz, Miguel Jorge, Carlos Brickmann, Ivan Angelo e Fernando Mitre. Quando chegou um reforço policial para derrubar o esquema, 84.900 exemplares do JT já estavam nas bancas. Centenas de jornais chegaram a outras cidades. No Recife, *Estado* e JT passaram de mão em mão.

Os censores permaneceram no jornal até 6 de janeiro de 1969. Desse dia em diante, a censura era feita por telefone ou por comunicados escritos. Se as orientações da polícia não fossem obedecidas, a edição era apreendida na saída do prédio. Assim continuou nos meses seguintes, até 24 de agosto de 1972. Corria o boato, em Brasília, de que o *Estado* publicaria um manifesto militar lançando a candidatura do general Ernesto Geisel, presidente da Petrobras, para a sucessão do general Emílio Garrastazu Médici. Era só um boato, mas o governo não se convenceu. Mandou agentes para fazerem a censura prévia na redação.

Não foi uma convivência fácil, aliás, foi quase impossível. Repórteres e editores receberam os censores com indisfarçada hostilidade. “Strangers in the night”, cantava Gellulfo Gonçalves, o Gegê chefe da diagramação, pegando o microfone de serviço da oficina, toda vez que eles entravam. No *Jornal da Tarde*, a equipe se retirou em bloco quando um censor se aproximou da mesa do secretário Ivan Angelo.

– “Será por minha causa?”, perguntou o censor, assustado.

– “Deve ser, pois trabalho aqui há alguns anos e isso nunca aconteceu comigo”, respondeu Ivan Angelo.

Os censores só tinham contato direto com o secretário gráfico, que, no fim do expediente, escrevia um pequeno relatório sobre o que havia sido vetado. Julio de Mesquita Neto mandou arquivar todos os relatórios, na certeza de que um dia seriam úteis para a História.

Não se fazia autocensura. “Façam as reportagens, os censores que cortem”, essa era a orientação de Julio Neto no *Estado* e de Ruy Mesquita no *Jornal da Tarde*. Os jornalistas obedeciam e eles aguentavam as consequências. Os Mesquita foram intimados várias vezes para depor na polícia ou em unidades do Exército sobre a publicação de matérias censuradas.

Foi antológico o diálogo de Julio de Mesquita Neto com um major, num inquérito que pretendia apurar a origem de uma notícia sobre a tortura sofrida por um médico sequestrado em Brasília.

– No jornal, o senhor ocupa que cargo? – perguntou o oficial.

– Eu sou diretor do jornal.

– Diretor-responsável, não é, Doutor Julio?

– Não, responsável pelo meu jornal é o professor Alfredo Buzaid, ministro da Justiça. Porque responsável pelo jornal decide o que sai e o que não sai. No caso, depois da censura, quem decide o que sai ou o que deixa de sair no *Estado* é o professor Alfredo Buzaid. Portanto, ele é o diretor-responsável pelo jornal.

Também Ruy Mesquita protestou contra a censura em telegramas a autoridades federais. No dia 19 de setembro de 1972, por exemplo, ele manifestou sua indignação em mensagem a Alfredo Buzaid, que determinara novas restrições à publicação de notícias sobre abertura política ou democratização:

“Todos os que estão hoje no poder dele baixarão um dia e então, sr. ministro, como aconteceu na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini, ou na Rússia de Stalin, o Brasil ficará sabendo a verdadeira história deste período em que a Revolução de 64 abandonou os rumos traçados pelo seu maior líder, o marechal Castelo Branco, para enveredar pelos rumos do caudilhismo militar que já está fora de moda, inclusive nas repúblicas hispano-americanas...”

A renúncia do ministro da Agricultura, Cirne Lima, em 1973, por discordar da política econômica do ministro da Fazenda, Delfim Netto, marcou o início de uma resistência ousada e extremamente criativa contra a censura. Na edição do dia 10 de maio, o *Estado* publicou um anúncio da Rádio Eldorado – Agora é samba – no alto da primeira página, no espaço que seria ocupado por uma foto proibida de Cirne Lima. No texto, cartas de leitores falando de rosas e de impostos da Previdência, no vazio deixado pelas informações, também vetadas, sobre a troca de ministros.

Os jornais da Rua Major Quedinho mandaram um recado aos leitores para mostrar que estavam sendo censurados. O *Estado* recorreu à inspiração dos poetas para preencher com poemas de Gonçalves Dias, Castro Alves, Manuel Bandeira, Cecília Meireles e, principalmente, Luis de Camões os longos espaços que a repressão não permitia sair em branco. A sugestão de se publicar, repetidamente, versos de *Os Lusíadas* foi do jornalista Antônio Carvalho Mendes, responsável pela seção de falecimentos. Julio de Mesquita Neto aprovou a ideia, ao verificar que muitos leitores não estavam percebendo que o jornal era censurado.

Segundo a pesquisadora Maria Aparecida de Aquino, professora da Universidade de São Paulo, foram cortados 1.136 textos, de 29 de março de 1973 a 3 de janeiro de 1975. “Versos de *Os Lusíadas* foram publicados 655 vezes desde o dia 2 de agosto de 1973, quando apareceram pela primeira vez para tapar o vazio deixado por um editorial que criticava a eventual indicação de um militar para o Ministério da Justiça”, informa o jornalista e historiador José Alfredo Vidigal Pontes, curador do acervo cultural do Grupo Estado.

A repressão foi além da censura. Repórteres e editores do *Estado* e do *Jornal da Tarde* foram perseguidos, presos e torturados durante o regime militar. Antônio Carlos Fon, mais tarde presidente do Sindicato dos Jornalistas em São Paulo, foi torturado no Dops, Departamento de Ordem Política e Social, por causa da divulgação de denúncias sobre crimes praticados pelo Esquadrão da Morte, do delegado Sérgio Fleury. Em Recife, o chefe da sucursal, Carlos Garcia, foi levado para um quartel do Exército e submetido a torturas. Os militares achavam que ele coordenava uma célula comunista na redação pernambucana do Estado. Quando o jornalista Vladimir Herzog, que havia trabalhado no jornal, foi preso e assassinado no DOI-Codi, principal órgão de repressão em São Paulo, o correspondente Luiz Paulo Costa, de São José dos Campos, também foi detido e torturado. O editorialista Marco Antônio Rocha só não foi preso porque Ruy Mesquita o abrigou em sua casa.

Testemunhos destes e de outros funcionários do Grupo Estado na época, como Raul Bastos, Clóvis Rossi, Alberto Tamer, Álvaro Caldas, Maurício Azedo, Roberto Godoy, Carlos Chagas, Fernando Pedreira e Oliveiros Ferreira, ressaltam a conduta digna e corajosa dos Mesquita em defesa de seus colaboradores. Podiam até divergir de suas posições políticas, mas não hesitaram em lhes dar

proteção. Julio de Mesquita Neto fez ecoar em vários fóruns do exterior, especialmente nas reuniões da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), denúncias e protestos contra a repressão à liberdade de imprensa.

A censura terminou no dia 3 de janeiro de 1975, véspera da comemoração do centenário de *O Estado de S. Paulo*. O redator-chefe, Oliveiros Ferreira, recebeu um telefonema da Polícia Federal informando que os agentes não iriam mais para a redação. Era, pelo que se interpretou, uma deferência do general Ernesto Geisel, que ao assumir a presidência, havia prometido acabar com a censura. Como o AI-5 continuava em vigor (até dezembro de 1978), outros jornais continuaram sendo censurados. Um deles foi o semanário *O São Paulo*, da Arquidiocese de São Paulo, então dirigida pelo cardeal d. Paulo Evaristo Arns.

Até aqui, a censura imposta por regimes de exceção. Voltemos ao episódio da decisão do desembargador Dácio Vieira, que em julho de 2009 concedeu liminar ao empresário Fernando Sarney e proibiu que o *Estado* divulgasse informações referentes à Operação Factor, ou Boi Barrica, nas investigações feitas pela Polícia Federal. O jornal considerou que se tratava de censura judicial, imposta na vigência de um regime democrático. O advogado do Grupo Estado, Manuel Alceu Affonso Ferreira – o mesmo que atuou contra a arbitrariedade do tempo da ditadura – entrou na Justiça para derrubar a medida. O vaivém da burocracia nos tribunais empurrou o processo até os primeiros meses de 2010. Houve dezenas de manifestações de apoio ao *Estado*, e também algumas contra, enquanto o jornal se limitava a registrar, edição após edição, que se encontrava tantos dias sob censura.

Fernando Sarney divulgou uma carta, em 17 de dezembro de 2009, informando ao Tribunal Federal do Distrito Federal e dos Territórios que desistia da ação, não sem antes reafirmar um profundo respeito à liberdade de expressão. O *Estado* não aceitou a desistência e, ao ser consultado, disse por seu advogado que preferia levar o caso adiante, para julgamento do mérito. Independentemente do desfecho, o episódio marcará uma discussão de extrema atualidade para jornais e jornalistas, após a revogação da Lei de Imprensa, pelo Supremo Tribunal Federal, em abril do ano passado. Se a moda pega, se a partir da censura imposta pelo desembargador Dácio Vieira se cria uma jurisprudência, a liberdade de informar estará sendo ques-

tionada cada vez que um cidadão sentir sua privacidade ameaçada e recorrer à Justiça para impedir a divulgação de notícias. O prejudicado não será só o jornal, será prejudicado também o leitor em seu direito à informação.

* **José Maria Mayrink** – Mineiro de origem, atua no jornalismo desde o início dos anos 1960 e trabalhando para periódicos nacionais viajou pela América Latina e pelos Estados Unidos na mesma década. Em 1968, a convite da revista *Veja*, veio para São Paulo. Premiado como repórter especial do Jornal da Tarde, dedicou-se aos problemas urbanos de São Paulo e concluiu o curso de Jornalismo na Faculdade Cásper Líbero, interrompido oito anos antes. Em 1973, cobriu o golpe militar do Chile e, em 1976, acompanhou viagens internacionais do presidente Ernesto Geisel. No ano seguinte voltou a Minas e foi trabalhar na sucursal do *Jornal do Brasil* em Belo Horizonte, mas 50 dias depois voltava à capital paulista como editor internacional de *O Estado de S. Paulo*. Depois de inúmeras experiências no Brasil e no exterior, a partir de 2000 voltou ao exercício de repórter especial. Em dezembro de 2008 lançou o livro *Mordaza no Estadão*, sobre a censura sofrida pelo jornal durante a ditadura militar. É autor de outros livros como *Solidão e Filhos do Divórcio*, *Anjos de Barro*, *Três vezes trinta*, *Vida de repórter*.

A mídia como campo de batalha

Alberto Dines*

Como a pauta compreende uma avaliação do que aconteceu nas últimas décadas na América Latina em matéria de Direito à Informação e Liberdade de Expressão, optei por oferecer um balanço pessoal, a visão de um percurso e, junto, acrescento uma constatação.

Começo pela constatação: fazer jornalismo hoje no Brasil e na América Latina está se tornando mais difícil e mais complicado do que no passado recente. Apesar do tempo transcorrido desde a redemocratização, o arsenal autoritário aumentou, aperfeiçoou-se, disfarçou-se e está muito mais presente. Antes, nos Anos de Chumbo, sofríamos as pressões de uma facção. A militar. Agora somos vítimas de pressões oriundas de diversas facções e direções, todas muito exacerbadas.

Corrijo: vítimas não, na verdade somos o campo de batalha onde se trava uma guerra escancarada pela conquista dos corações e mentes em sociedades carentes de referências primárias e atordoadas pelo excesso de informações secundárias.

Esta guerra está nos jornais de hoje, mas estava também nos jornais do ano passado e anteriores. De um lado está o presidente da República, que numa solenidade oficial proclama que a imprensa mente,

a verdade estaria apenas nas pesquisas de opinião. Do outro lado, a Associação Nacional de Jornais entoando uma cantilena que pretende ser coletiva mas resulta abstrata. Quando um jornal precisa defender uma posição deve fazê-lo em seu nome e não sob a forma pessoal de abaixo-assinado.

A censura tornou-se contagiante, mimetizada. Em diferentes formatos e graus tornou-se recurso rotineiro, deixou de ser a marca registrada das ditaduras assumidas e converteu-se numa espécie de freio de mão que se aciona nas emergências. Acontece que o conceito de emergência está tão relativizado como o da censura.

Resultado: o censor fardado foi substituído e multiplicado pelo censor civil, togado, de batina ou de fatiota de executivo. Não sejamos sexistas: mulheres não estão livres do furor censório. Também não sejamos ingênuos: os censores mais irascíveis e exaltados encontram-se na blogosfera, onde evidentemente não se proíbe a divulgação de um texto mas funciona a intimidação e a ameaça de linchamento para calar aqueles que ousam expressar opiniões menos simplórias.

Dos anos 1960 até a primeira década do século 21 ocorreu no continente uma metamorfose impressionante: as antigas vítimas dos controles informativos assumiram de forma escancarada a sua condição de empresas jornalísticas e, como é natural, aglutinaram-se em corporações econômicas. A velha veemência de jornais e jornalistas baseava-se em princípios morais e jurídicos. Com o passar dos anos, a imprensa abdicou do papel de instituição mitológica, deixou de ser o famoso Quarto Poder, e sem reparar nas implicações, acomodou-se sem pudor na esfera de indústria – indústria cultural, mas indústria.

O que era uma posição singular de determinados veículos, converteu-se numa ação coletiva, sem nuances, no estilo de uma guilda medieval. Em outras palavras: a imprensa pluralista e diferenciada que existiu antes, durante e em seguida aos Anos de Chumbo, homogeneizou-se, deixou-se transformar em *lobby*. E, como *lobby*, age e reage levando em conta os seus interesses diretos, específicos, imediatos, em prejuízo do interesse público, permanente, que por tradição sempre vocalizou.

Estamos assistindo a um corte verdadeiramente epistemológico, crucial, na história dos meios de comunicação. O toque romântico de buscar a verdade e, quando necessário, seguir na contramão, foi definitivamente aposentado e está sendo substituído pelo “jornalismo

de resultados”, que compreende comportamentos claramente anti-jornalísticos: supressão e manipulação de informações bem como o silenciamento de vozes discordantes.

Mencionei há pouco minha disposição de apresentar o saldo de uma caminhada. A opção é inevitável para um jornalista que não está longe da marca de 60 anos de ofício. Silenciado no passado, considere que não deveria silenciar agora. Se disponho de um acervo de experiências ainda que penosas, o certo é compartilhá-las ao invés de teorizar sobre elas.

Experimentei no ano passado um percurso semelhante, mas no âmbito editorial, quando a Summus avisou que estava na hora da 9ª edição do *Papel do Jornal*, publicado em março de 1974. Fizemos as contas e constatamos que o livro completava 35 anos de presença ininterrupta nas livrarias. O mérito não é do autor, mas de um generoso coautor – o tempo.

O mesmo texto escrito quando a alta do petróleo e o custo do papel somavam-se ao extraordinário desenvolvimento do telejornalismo, agora ajustava-se perfeitamente ao coro dos apocalípticos que garantem a vitória definitiva da mídia digital sobre os meios impressos, sobretudo jornais diários.

Em nossa profissão lidamos com o tempo em lapsos mais curtos. Nosso “periodismo” tem intervalos de horas, dias, às vezes semanas. Mas, se temos a oportunidade de utilizar lapsos de tempo mais extensos, veremos como fenômenos isolados acabam se consolidando naturalmente em tendências.

O balanço que trago aqui é ainda mais amplo: dos 58 anos de profissão, passei 50, meio século, convivendo com a manifestação mais absurda concebida pela mente humana no tocante aos seus semelhantes: a proibição de manifestar-se, de ser.

A palavra censura e o ato de censurar não estão em desuso na América Latina. Examinada de longe, esta parte do Novo Mundo em que vivemos parece um território liberado do autoritarismo e o gigante brasileiro aparece como a prova mais eloquente da normalização política.

Mas esta prova de liberdade vem sendo desmentida há 237 dias consecutivos [em 25/3/2010] no *Estado de S. Paulo*. O jornal pode dizer tudo, sem restrições, mas está proibido de investigar os negócios do clã Sarney por ordem de um tribunal que paradoxalmente foi constituído para zelar pela proteção do Estado de Direito e não para feri-lo.

O jornalista Elio Gaspari goza de inteira liberdade em sua coluna semanal reproduzida em diversas capitais do país, mas quando denunciou o governador do Espírito Santo como responsável pelas condições sub-humanas do sistema penitenciário do estado sua coluna foi suprimida num importante jornal capixaba, *A Tribuna*, com a desculpa de “falha técnica”. Esta “falha técnica” tem um nome específico: censura.

No meu artigo semanal do portal do iG, no *Último Segundo*, eu poderia teoricamente observar e comentar todos os assuntos. Durante meia dúzia de anos esta liberdade foi efetiva até que, sob nova direção e com novos acionistas, o portal resolveu reviver a triste rotina censória do passado recente: embargou um texto sobre direitos humanos em Cuba e me demitiu do quadro de colaboradores onde eu era apresentado como “um dos mais importantes jornalistas etc. etc.” Pilhéria.

Minha reação íntima ao comunicado telefônico foi resumida num curto desabafo: “Outra vez?!” Outra vez. Nestes 58 anos já fui castigado 10 vezes em função do que fiz ou escrevi como jornalista. Uma demissão a cada 5,8 anos de trabalho, quase duas cacetadas por década.

Não foram punições de ordem profissional ou laboral, foram castigos políticos inconfundíveis. Desconheço se esta incidência vale para todos e se tem condições de ser generalizada. De qualquer forma, mesmo como caso de estudo particularizado tem sua utilidade como reflexão sobre as raízes autoritárias da civilização latino-americana.

O quadro que vou mostrar pode oferecer elementos preciosos e/ou pitorescos para uma “anatomia-do-cala-a-boca”, que no caso brasileiro começou em 1.500 e só foi interrompido 308 anos depois, quando a Corte portuguesa finalmente permitiu a instalação da primeira tipografia na colônia brasileira.

Estas são as datas e os dados básicos. As circunstâncias de cada punição serão rapidamente explicadas. Os nomes dos executantes são omitidos para evitar qualquer interpretação revanchista. Conservei apenas a identidade dos mandantes. Tentarei ser frio e “científico” para evitar qualquer vitimização.

1ª Punição. *Diário da Noite*, Rio, 25/01/1960. Mandante: Assis Chateaubriand. Causa: desobedecer a ordem para esconder o sequestro do transatlântico Santa Maria por militantes antissalazaristas. Demitido.

2ª Punição. *Jornal do Brasil*, Rio, 13/12/1968, promulgação do AI-5. Censores militares são desobedecidos e ridicularizados na edição do dia seguinte. Dia 20/12, discurso como paraninfo contra a censura, PUC-Rio. Texto embargado pelos censores de plantão; prisão na Vila Militar no dia 22/12 até 24/12 e depois do Natal, de 26 até 28/12.

3ª Punição. *Jornal do Brasil*, janeiro de 1969. Interrogatório de 8 horas e prisão no Batalhão de Guardas (São Cristóvão) durante a noite para evitar rebeldias no momento em que o jornal passou a autocensurar-se. Ao longo dos anos quatro seguintes, sucessivas convocações para depor na Polícia Federal. Em 13/9/1973, desobediência à ordem de não destacar em manchete o assassinato de Allende. O castigo veio menos de 90 dias depois.

4ª Punição. *Jornal do Brasil*, 6/12/1973. Demitido pelo dono do jornal, Nascimento Brito, “por indisciplina”. Portas imediatamente trancadas nas empresas do Rio e São Paulo por determinação do ministro [da Justiça] Armando Falcão.

5ª Punição. *Folha de S. Paulo*, 19/9/1977, em plena distensão. Pressão do governo Geisel, jornal obrigado a recuar. Suspensão das colunas diária, página 2, e semanal, domingo, página 6 (*Jornal dos Jornais*). Coluna diária voltou dois meses depois. O “JJ” foi considerado subversivo. Jamais retornou.

6ª Punição. *Folha de S. Paulo*, maio de 1980: artigo censurado pela direção denunciando Paulo Maluf como responsável pela repressão à greve do ABC. Assunto repetido nos dias seguintes e novamente censurado (duas vezes). Demitido pela direção por ter publicado o mesmo texto no *Pasquim*.

7ª Punição. *Folha de S. Paulo*. Coluna semanal reiniciada em 1997, interrompida em 1999 sob a acusação de publicar informações inverídicas no *Observatório da Imprensa*. O jornal retratou-se por ordem judicial em 2000.

8ª Punição. Julho de 2000 – o *Observatório da Imprensa* é retirado do portal UOL porque continuava a publicar “mentiras” contra o jornal.

9ª Punição. Novembro de 2009. Nova direção do portal iG suspende a hospedagem do *Observatório da Imprensa*.

10ª Punição. Em 27/2/2010, ainda no portal [iG, agora no jornal eletrônico] *Último Segundo*, artigo semanal é censurado e a colaboração suspensa depois de seis anos.

Não estão incluídos os embargos (lista negra) em veículos jornalísticos em represália ao que publiquei no *Jornal dos Jornais* (a partir de 1975) e no *Observatório da Imprensa*, a partir de 1996. As críticas ao comportamento lobista da ANJ e suas conexões com a *Opus Dei* foram punidas com um cordão de isolamento em torno do *Observatório* e do seu editor.

Ainda que não se trate de um levantamento “científico” e apenas de um quadro sinótico de uma trajetória individual, é possível identificar algumas peculiaridades, identidades e constâncias:

- A repressão ao exercício livre do jornalismo começou antes da ditadura militar de 1964 quando o país estava no auge dos “anos dourados” de Juscelino Kubitschek. Caso do *Diário da Noite* e o sequestro do Santa Maria.
- Das 10 punições apenas duas foram praticadas pelos órgãos de segurança do regime militar. Em compensação foram as mais longas e mais violentas, compreendendo duas prisões, humilhações e ameaças constantes. Uma terceira resultou de pressão do governo sobre o veículo.
- As duas punições da *Folha* ocorreram na fase inicial da sua reformulação, quando pretendia assumir o papel de consciência crítica da mídia.
- As novas plataformas e as novas tecnologias de informação não

representaram qualquer melhoria na oxigenação do sistema midiático. O poder interno continua centralizado, monolítico, impermeável ao pluralismo. Em nove punições, sete ocorreram ao longo de 40 anos na mídia tradicional e duas nos primeiros 10 anos da Era Digital. A abertura do ciberespaço aparentemente resumiu-se às redes sociais, aos blogs e comentários dos leitores. O jornal digital que substituirá o jornal impresso está montado na mesma plataforma do voluntarismo.

A conjuntura parece ser ainda pior do que este levantamento individual. Repito a constatação inicial: o exercício de um jornalismo livre no início desta segunda década do século 21 tornou-se ainda mais difícil do que em meados do século 20. O inimigo mudou de endereço, mudou de trajes e multiplicou-se.

No lugar de garantidor do Estado de Direito e da liberdade de expressão, o Judiciário está se tornando um dos mais ferrenhos algozes desta liberdade. O levantamento é do presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), jornalista e advogado Maurício Azedo, 70 anos de vida, 50 de profissão.

A censura ao *Estadão* é apenas o episódio mais visível, mais simbólico. Em plena democracia, alguns magistrados e alguns tribunais assumiram-se como intocáveis, cidadãos acima de qualquer suspeita, que os párias – nós, jornalistas – não podemos questionar, arguir, muito menos criticar.

Há outros algozes. O embargo autoimposto pela grande mídia em 2008 às comemorações dos 200 anos da fundação da nossa imprensa é tragicômico ou, como se dizia antigamente, joco-sério. Comemoramos o fim de um silêncio tri-secular com uma pesada cortina de silêncio. O início da liberdade informativa em nosso país não foi festejado, foi engolido. Pitoresco? Vergonhoso? Escolham o adjetivo.

A atribulada construção da nossa imprensa foi apagada por ordem superior. Ficamos sem história, sem proto-história, sem patriarcas e sem patronos. Festejou-se com pompa e circunstância a chegada da Corte portuguesa, mas impôs-se um embargo ao seu fruto mais expressivo: a livre circulação de ideias, que 14 anos depois desaguou na emancipação da colônia.

Quem fabricou esta mordaza? Uma rede que funciona nos desvãos da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), constituída pelos editores formados nos cursilhos da Opus Dei e da Universidade de Navarra, foi a responsável por este desgraçado embargo.

Comemorar os 200 anos do estabelecimento da primeira tipografia no país exigiria que se falasse nas razões do atraso com que chegamos a Era Gutenberg. Lembrar o início de circulação do *Correio Braziliense* implicaria falar no seu editor, Hipólito da Costa, maçom, preso pela Inquisição de Lisboa. A Inquisição e a censura religiosa não queriam ser lembradas. Significa que não morreram? Significa que mudaram de nome e continuam tão poderosas quanto eram antes.

Além das violências externas não se pode perder de vista uma violência endógena, autoinfligida. Um *lobby* corporativo será sempre mais implacável e intolerante do que o mandonismo individual. Grupos geralmente nivelam-se por baixo. A mídia não pode funcionar como *lobby* porque uma de suas funções primordiais é enfrentar os *lobbies*. Ao articular-se como entidade coletiva, elimina o pluralismo, a diversidade e, sobretudo, estimula a criação de *lobbies* contrários. Uma sociedade segmentada e corporações e arrumada em torno de interesses particularistas afasta-se dos consensos e dos sentimentos majoritários, incentivando o Estado tutelar e paternalista. Esta contradição vivida pela imprensa tornou-a nervosa, irascível, autoritária, sujeita a suspeitas e desconfianças.

Não podemos ignorar que nas duas últimas décadas a tentação autoritária intoxicou certos países do continente. Projetos de poder substituíram projetos de governo e, na medida em que a mídia passou a se concentrar num número menor de empresas e assumir um papel essencialmente corporativo, o processo radicalizou-se.

A América Latina está novamente sob tensão. O caso da Venezuela é paradigmático e dramático: desvenda o grau de ressentimento entre as partes. No continente a imprensa deixou de ser livre porque deixou de ser espontânea, enquanto alguns governos repetem o percurso em sentido contrário – proclamam a alternância do poder e logo querem o poder para sempre.

Estamos repetindo com formato e atores diferentes o que aconteceu depois de 1989, depois da queda do Muro de Berlim. O pen-

samento único de então está dividido em dois, igualmente monolíticos, impenetráveis e implacáveis. A indústria da mídia e aqueles que pretendem controlá-la não estão brincando, jogam pesado. Querem cumplicidades e devoções. Não há mais lugar para a dúvida ou o ceticismo, nem para posições independentes.

O jornalista que equivocadamente destinou parte de sua vida a questionar-se e a distanciar-se (certo de que, com isso, melhor serviria à sociedade), defronta-se agora com a melancólica certeza de que estes atributos tornaram-se rigorosamente obsoletos e dispensáveis.

Convertidos em campo de batalha, só nos resta pedir que esta guerra seja breve e deixe alguns sobreviventes para no futuro descrevê-la cientificamente.

* **Alberto Dines** – Autor da obra clássica *O papel do jornal e a profissão de jornalista* (edição atualizada em 2009, Summus Editorial), exerce a profissão desde 1952. Repórter das revistas *Visão* e *Manchete*, foi editor da *Última Hora* e do *Diário da Noite* e criou a *Fatos e Fotos*. Ao longo de doze anos no *Jornal do Brasil* deu sequência a uma reforma editorial que marcou o jornalismo brasileiro. Ainda nos anos 1960 criou os *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, experiência pioneira de reflexão sobre a mídia. Também é precursor na função de *ombudsman* com a coluna "Jornal dos Jornais" na *Folha de S. Paulo* (1975-1977), jornal em que foi diretor na sucursal do Rio de Janeiro e colunista político. Atuou no Grupo Abril em São Paulo e em Portugal, onde viveu de 1988 a 1995. Como pesquisador, lecionou na PUC do Rio, foi professor-visitante na Universidade de Columbia e um dos criadores, na Unicamp, do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor). Neste espaço, em 1996, desenvolveu o projeto do "Observatório da Imprensa", hoje com edições na televisão, no rádio e online. Autor de vários livros de ficção, reportagem, história e biografia. Entre suas obras, destacam-se *Vínculos do fogo – Antônio José da Silva, o Judeu*, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil; e a biografia mais conhecida, *Morte no Paraíso, a tragédia de Stefan Zweig*, com diversas edições no Brasil e no exterior.

Mídia privada, mídia pública e intervenções do Estado brasileiro: distinções conceituais

Eugênio Bucci*

Darei vazão, aqui, a certas implicâncias, ou mesmo obsessões semânticas que trago dos incontáveis debates que presenciei sobre esse assunto. Abordarei as distinções entre emissoras públicas e comerciais, uma certa tipologia das intervenções governamentais (as que mais me preocupam dentro do grande conjunto de modos de intervenção do Estado na – e contra a – imprensa), mas quero começar por algumas considerações sobre essa palavra, “mídia”. Talvez ela não seja a mais adequada para designar o nosso objeto neste painel.

Explico por quê. A palavra mídia é um aportuguesamento da pronúncia em inglês para o termo latino, *media*, que, por sua vez, indica o plural de *medium*, que significa “meio”. A expressão “meio de comunicação” – que guarda eco inevitável de um conceito que ficou bem forte no marxismo, a saber, meios de produção – nomeia esses concentrados de equipamentos, trabalho, discursos e técnicas dis-

cursivas que “fabricam” a chamada comunicação social na sociedade, tal como os jornais diários, as revistas, as emissoras de rádio e televisão, os *sites* da internet e, numa abordagem mais ampla, também os *outdoors*, circuitos alternativos de TV etc. Quem fala “mídia”, portanto, quer se referir a esse grande e indiscriminado conjunto de meios de comunicação – que são também os meios de produção da comunicação.

A minha dificuldade com a palavra, além do aportuguesamento desnecessário que ela carrega de origem (por que não dizer apenas “meios”?), vem exatamente disso: ela tem um espectro de sentidos amplo demais. Até mesmo os *games*, essa indústria global que cresce exponencialmente, já rivalizando, em faturamento, com a indústria cinematográfica, podem ser vistos como mídia: há hoje os jogos em rede na Internet, que aglutina competidores de todos os continentes, simultaneamente, e que são veículos de uma infinidade de “mensagens”. Pois então: será que os *games* e os *outdoors* estão dentro do conjunto a que nos referimos quando falamos em mídia pública e mídia privada? Provavelmente, não.

Além disso, a palavra mídia identifica, também, um tipo específico de profissional de agências de publicidade, aquele encarregado de encontrar o melhor veículo para difundir a mercadoria de um anunciante qualquer. Aliás, o mídia é justamente o sujeito que escolhe a melhor mídia, o que nos abre um outro leque de significados. Diz-se que o celular é uma mídia para alguns anúncios. Diz-se também que as paredes de banca de jornal são uma mídia para cartazes, que, por sua vez, são outra mídia. Fala-se em velhas mídias e novas mídias. E, ultimamente, até o encosto da poltrona de avião, que dá de frente para o passageiro do banco de trás, é uma mídia para que os mídias encaixem propaganda de automóvel. Enfim, é uma palavra efetivamente abrangente. Abrangente demais, podemos dizer.

Há ainda um costume, e esse um pouco mais preocupante, porque traz consigo uma diluição ideológica, que é a de estabelecer um sinal de sinonímia entre mídia e imprensa. Ora, imprensa não é a mesma coisa que mídia. A não ser que embarquemos com tudo na diluição ideológica a que fiz referência. Ela é a seguinte: enquanto a imprensa é uma instituição política, isto é, uma instituição independente do

Estado que abriga e potencializa o direito à informação e a liberdade de expressão, atendendo, portanto, a uma função essencial da democracia (função sem a qual a democracia não encontraria o seu próprio funcionamento), a mídia é um conjunto amorfo de equipamentos e discursos, regidos, cada um deles, por estatutos éticos, linguísticos, políticos e jurídicos absolutamente distintos. Não se pode dizer que as garantias de liberdade de expressão da publicidade sejam idênticas àquelas que vigem para a imprensa. Do mesmo modo, não se pode dizer que o cinema de ficção tenha o mesmo tipo de relação com a verdade dos fatos que as reportagens publicadas em jornais de alguma credibilidade. A imprensa pode até ser, e mesmo assim com muita frouxidão vocabular, chamada de uma mídia em meio a outras mídias, mas ela não é “a” “mídia” nem poderia ser tratada como tal.

Por isso, quando falamos em mídia, no nosso painel de hoje, penso que deveríamos tentar ser mais específicos. Creio que o núcleo do objeto que nos interessa aqui esteja próximo da noção de imprensa. É efetivamente de imprensa que estamos tratando, mas talvez não apenas da imprensa em sentido restrito. A ela se soma alguma coisa da indústria do entretenimento em geral, desde as colunas de horóscopo, passando pelos quadrinhos, até as novelas de TV e os programas de auditório, mas estamos falando basicamente de veículos que carregam notícias para o cidadão, titular do direito à informação, e, ao lado disso, carregam também algum divertimento. O que importa, contudo, é que o regime de liberdade que assegura a existência dos meios que nos interessam para o debate de hoje é aquele da imprensa propriamente dita.

O recorte é ainda mais específico. Uma vez que na vida prática, no Brasil e em outros países, praticamente inexitem jornais impressos públicos – talvez em Cuba, mas ali eles são estatais mas estão de costas para o público –, a dicotomia entre o público e o privado, em matéria de comunicação social, acontece mesmo em rádio e televisão (além da Internet, claro, mas a Internet, para esses efeitos, não conta, pois tudo que há no mundo físico, e até mesmo o que não há no mundo físico, tem uma versão na Internet, do Imposto de Renda à Rede Record). Enfim, o cerne da nossa discussão é mesmo a radiodifusão. É disso que se trata.

Prossigo, então, com minha abordagem metodológica. O meu ob-

jetivo é definir fronteiras minimamente concretas para as noções de radiodifusão pública e radiodifusão comercial privada – aquela que tem fins lucrativos. São conceitos que, nos nossos debates, andam embaralhados, confusos. Por isso, tento buscar as fronteiras entre eles.

Há a radiodifusão (emissoras de rádio e TV) comercial e há a radiodifusão das instituições públicas – tanto as estatais, isto é, geridas pelo Estado, como é o caso da EBC, que põe no ar a TV Brasil, como aquelas de personalidade jurídica não estatal, como é a TV Cultura de São Paulo (Fundação Padre Anchieta), que não tem fins lucrativos nem tem por missão a exploração comercial de seus serviços.

É verdade que os meios estatais são, em princípio, mais permeáveis a pressões governamentais, o que concorre para a privatização. Por mais que isso pareça contraditório, as pressões partidárias vindas de governos contra as emissoras públicas ou estatais é uma pressão privatizante, uma vez que interesses partidários são sempre interesses particulares, ou seja, privados. Então, elas são privatizantes no que se refere aos interesses que presidirão a gestão. Os interesses partidários instalados no governo concorrem para aparelhar os meios de comunicação estatal, corroendo a própria natureza estatal da instituição que, por determinação constitucional, deveria ser gerida pelo princípio da impessoalidade, entre outros. Alguns confundem meios estatais com meios governamentais, o que é um equívoco primário, um equívoco que conflita com os termos da própria Constituição.

Por outro lado, também é verdade que alguns meios públicos, não estatais, adotam práticas nitidamente comerciais. A TV Cultura, por exemplo. Ela vende inserções de mensagens publicitárias nos intervalos de sua programação – o que, a meu ver, não se coaduna com a missão original das emissoras públicas no mundo democrático. Mesmo assim, apesar dessa prática um tanto comercial, o que predomina, ainda hoje, na TV Cultura, é a sua vocação de instituição pública.

Agora, faço um pequeno ajuste no entendimento que temos dos meios comerciais. Em geral, confundimos os termos privado e comercial, mas eles estão longe de ser sinônimos. A própria TV Cul-

tura, definida como fundação e, desse modo, funcionando, também, como ente de Direito Privado, tem uma identidade pública e também tem uma identidade privada. O que conta, nessa discussão, é que ela não se define como empresa comercial, não visa lucro e não tem uma gestão privada – o Conselho que elege seu presidente é composto de representantes da sociedade civil e do governo do estado (estes em minoria), o que caracteriza uma gestão pública.

A distinção que interessa, nesse debate, é aquela que se faz entre o comercial e o não comercial. Para efeitos de clareza conceitual, são esses os dois grandes campos.

Nesse ponto, a Constituição Federal foi imprecisa. Ela fala em “complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (art. 223). Deveria falar em privado-comercial, público e estatal. É bom lembrar que pode haver uma instituição privada sem fins lucrativos, capaz de cumprir funções de radiodifusão pública. O que interessa saber para diferenciar os três campos é se o sistema privado de que fala a Constituição é aquele que exerce atividade comercial, com fins de lucro. Interessa, enfim, diferenciar esses três segmentos: (1) o setor privado que explora comercialmente seus serviços, (2) os equipamentos diretamente geridos pelo Estado (o melhor exemplo talvez sejam a TV Justiça, a TV Câmara e a TV Senado) e, finalmente, aqueles administrados pela sociedade sem fins lucrativos (como a TV Cultura e algumas emissoras universitárias).

As emissoras comerciais sofrem pressões dos governos (estaduais, municipais ou federal) quando as autoridades as ameaçam com a retirada de verbas publicitárias. Lembremos que os governos são grandes anunciantes no mercado publicitário brasileiro. As públicas e estatais sofrem todo tipo de pressão governamental, a começar pelo contingenciamento de recursos. Ainda grassa, entre nós, a cultura do aparelhamento. Há pouca ou nenhuma independência editorial nas emissoras públicas e estatais do Brasil.

Agora, a questão das intervenções estatais e governamentais nos meios públicos e privados. Elas admitem diversas espécies, diversos gêneros em diversos reinos. Não há como classificar todos os tipos

– inclusive porque alguns são secretos, outros são clandestinos, há os não declarados e também os ilegais e os criminosos. Comentarei apenas os que se deixam ver, voluntariamente, dentro do campo da licitude – ainda que discutível.

Na imprensa comercial, o poder público, no Brasil, interfere por meio do jogo banal de influências e também – talvez principalmente – pelo manejo de verbas publicitárias. O Estado brasileiro – no nível federal e também nos estados e municípios – é um anunciante de enormes proporções. O Estado é um grande comprador de espaço publicitário na mídia comercial. Para que tenhamos uma ideia aproximada do que isso quer dizer, lembremos que, de acordo com o levantamento do Mídia Dados do Grupo de Mídia São Paulo (www.gm.org.br), o tamanho do mercado anunciante nacional ficou na casa dos 23,8 bilhões de reais. O ano de referência é 2008, pois o levantamento de 2009 ainda não estava consolidado quando organizei este texto.

Um ponto importante: esse total reflete a avaliação de todos os anúncios veiculados ao longo do ano pelo preço de tabela cheia, ou seja, sem computar os descontos. Mas, para efeito da minha argumentação, isso é irrelevante. Não me interessa a contabilidade em reais, mas a proporção entre os anúncios pagos com dinheiro público, ou parcialmente público, por governos ou empresas estatais, e aqueles pagos com dinheiro privado.

O posto de maior anunciante do mercado brasileiro, em 2008, foi ocupado pelas Casas Bahia, com R\$ 3,075 bi. Só o Governo Federal veiculou mensagens que custaram (sempre pela tabela cheia, sem descontos) 149 milhões de reais. A maior parte dos ministérios ficam de fora dessa conta, como o da Saúde (252 milhões), do MEC (180 milhões) e vários outros. Devemos ter em mente, também, que a Presidência da República, por meio da Secretaria de Comunicação Social, com status de ministério, tem ascendência legal sobre as decisões de comunicação de outros grandes compradores de espaços publicitários na mídia privada, como a Caixa Federal, a oitava maior anunciante de 2008, com 675 milhões de reais, a Petrobras, com 446 milhões, ou o Banco do Brasil, com 435 milhões. Governos estaduais também são anunciantes de peso,

além das prefeituras. Em síntese, há caminhões de direito público no mercado anunciante brasileiro.

E aí vem a pressão (ou a interferência governamental) sobre o conteúdo editorial de muitos veículos. Para se ter uma ideia do que isso representa, é preciso que nos afastemos dos maiores jornais, das grandes revistas ou das principais emissoras, que não têm uma participação muito expressiva de verbas públicas em seu faturamento comercial. Nos veículos de porte médio ou pequeno, os índices são dramáticos. Muitas vezes, para um pequeno jornal, perder a conta da Prefeitura significa não fechar o mês. Por isso, esses pequenos órgãos de imprensa ficam, muitas vezes, inteiramente vulneráveis às pressões de agentes que falam em nome do governo.

Essa modalidade de interferência não pode ser desprezada pelos analistas. Não obstante, ela quase nunca é considerada pelos que tentam entender de que modo os governos interferem nas decisões da imprensa. Pelo poder econômico e pela chantagem.

Nos meios públicos, as pressões passam pela possibilidade de nomeação e demissão dos dirigentes das emissoras públicas a qualquer momento, com raríssimas exceções (instituições que, pelo regimento interno e pelo estatuto, têm assegurada uma estabilidade relativa de seus executivos, com conselhos que têm de fato poder decisório, com um grau mínimo de autonomia, como a TV Cultura de São Paulo). Se não se adequarem às diretrizes vindas do Poder Executivo, as cúpulas dessas organizações não duram. Simples assim. O fato é que nós não temos, no Brasil, uma tradição de emissoras de rádio e televisão públicas com independência editorial e administrativa. A imensa maioria das que existem, são máquinas de propaganda a serviço das autoridades – quase sempre, máquinas de propaganda de desempenho medíocre. Fundamentalmente, e isso é o que cumpre destacar aqui, máquinas submissas.

Também pelo contingenciamento de recursos, os governantes conseguem acuar as emissoras públicas. Se elas se comportam direitinho, recebem mais dinheiro. Se enveredam pelo caminho da objetividade e da crítica, a serviço da sociedade (e não de quem

governa), veem seus proventos minguaem. O quadro não é dos mais animadores.

Para encerrar esta reflexão, acho que seria oportuno levar em conta o noticiário das semanas que correm, que registra várias críticas do presidente da República aos jornais. Naturalmente, a tensão entre a imprensa e os governos é, por definição, uma tensão estrutural na vida democrática. É previsível e desejável que essa tensão exista e que seja percebida pelos cidadãos, com clareza. Ela indica que a imprensa cumpre o seu papel ao se distanciar das autoridades e ao fiscalizá-las com energia. Nesse sentido, é também natural que presidentes, governadores, ministros, deputados, prefeitos e vereadores se mostrem irritados diante de algumas situações.

No Brasil, no entanto, as autoridades muitas vezes passam do ponto, e emitem juízos generalizantes que, em lugar de corrigir notícias maldosas ou distorcidas, terminam por agredir a instituição da imprensa em seu conjunto. Essa prática indevida, muitas vezes, é também uma forma de jogar os órgãos jornalísticos em descrédito. Quando muito exacerbados, esses ataques constituem uma maneira que o Poder encontra para intimidar jornalistas – e, portanto, de sitiar a liberdade de imprensa.

No dia 25 de março, em editorial (Devaneio Autocrático), a *Folha de S. Paulo* reproduz uma manifestação do presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, intimidando jornalistas. Disse o presidente: “Acabei de inaugurar 2.000 casas, não sai uma nota. Caiu um barraco, tem manchete. É uma predileção pela desgraça. É triste quando a pessoa tem dois olhos bons e não quer enxergar. Quando a pessoa tem direito de escrever a coisa certa e escreve a coisa errada. É triste, melancólico, para um governo republicano como o nosso.”

Ao não especificar o alvo de sua discordância, o Presidente generaliza e transforma toda a imprensa em objeto de crítica. É como se toda a imprensa tivesse “predileção pela desgraça”. Bem a propósito, essa mesma generalização apareceu em outro discurso presidencial, este na favela da Rocinha, no início de março.

“A imprensa brasileira, por hábito ou por desvio, não gosta de falar em obras inauguradas. Ou seja, coisa boa não interessa, o que interessa é desgraça.”

Também neste mês de março, no dia 13, o presidente participou da abertura da 2ª Conferência Nacional de Comunicação e, no discurso, criticou editoriais feitos por quem ele chamou de “falsos democratas”: “De vez em quando é bom ler [editoriais de jornais] para a gente ver o comportamento de alguns falsos democratas, que dizem que são democratas, mas que agem querendo que o editorial deles fosse a única voz pensante no mundo.”

O tom é um tanto pesado, admitamos. Quase uma campanha contra a imprensa. Mesmo assim, é preciso levar em conta que esse tom não é dominante no tratamento que Lula dedica ao jornalismo. Ele tem dado sinais reiterados de respeito à liberdade de expressão, sem dúvida. Agora, no entanto, à medida que as eleições se aproximam, os ânimos se irritam com mais facilidade e surgem ataques desse calibre. Devemos ficar atentos, pois, também por aí, o poder intimida.

* **Eugênio Bucci** – Jornalista, é professor de graduação e pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, onde se doutorou. Integra o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta (TV Cultura de São Paulo, e escreve quinzenalmente para o jornal *O Estado de S. Paulo* e para o site *Observatório da Imprensa*. Foi editor da revista *Teoria e Debate* e, na Editora Abril, exerceu as funções de diretor e secretário de revistas mensais. Presidiu a Radiobrás de 2003 a 2007 e já assinou colunas no *Jornal do Brasil*, *Veja* e *Folha de S. Paulo*. É autor de *Sobre Ética e Imprensa* (São Paulo, Companhia das Letras, 2000), *Videologias* (São Paulo, Boitempo, 2004, em parceria com Maria Rita Kehl), *Em Brasília, 19 horas* (Rio de Janeiro, Record, 2008), *A Imprensa e o Dever da Liberdade* (São Paulo, Editora Contexto, 2009), entre outros livros.

O criador da assinatura coletiva

Cremilda Medina

O desprendimento do Ego no Signo da Relação e a descoberta do prazer da mediação talvez representem a experiência mais decisiva quando um estudante de comunicação social entra na universidade. É frequente o primeiro entusiasmo pelo curso se traduzir na vontade de escrever, mais especificamente ser poeta. Os jovens que prestam vestibular nas universidades públicas, sobretudo na Universidade de São Paulo, já trazem uma boa bagagem da língua oficial, cultivaram a redação e a gramática para enfrentar a difícil concorrência. Mas no fundo, desejam alcançar o domínio emancipatório da literatura – expressar seus inquietos sentimentos perante o mundo. Seguiriam o rumo da lírica, se não encontrassem pela frente uma técnica dura de relato dos acontecimentos à sua volta.

A metamorfose de poeta para jornalista exige então um desmonte das muralhas do Eu para um movimento entre o Eu e o Tu, ou o que se pode nomear como a esfera do Signo da Relação. Uma bibliografia específica estabelece fronteira estrita entre a fórmula da notícia e a forma poética. Os exercícios de redação, a leitura jornalística e as aulas sistematizadoras não dão conta da complexa experiência do

ato relacional. Só mesmo o laboratório de reportagem traz à tona a mutação da lírica individual para a saga coletiva do presente. Quem toma gosto por esta transformação, não mais abdica do mundo vivo e dos encontros/desencontros com os parceiros de História. Aos poucos, o aprendiz de feiticeiro assume a interação social e seu significado descentralizador do Ego enclausurado. O repórter mergulha no coletivo, aí se perde e aí se acha na criação – esta, outra vez poética – de uma assinatura coletiva. Os autores que marcam a história do jornalismo, atestam essa ressonância coletiva no texto (*lato senso*, não importa em que suporte for veiculado) de múltiplas vozes e múltiplos significados.

Mas e na era digital em que a exacerbação da livre-expressão se sobrepõe às mediações coletivas? Estaria ameaçada a assinatura coletiva? O mundo das redes telemáticas dilui a cultura da comunicação anônima? Os vasos comunicantes dispensam o mediador, autor com capacidades técnicas, éticas e estéticas, já intitulado de jornalista, comunicador social? O cidadão-repórter rompe com a dialogia do aprendizado histórico do Signo da Relação? Ao que tudo indica, a força da autoria da assinatura coletiva se alimenta na mediação que pode desaguar na interação social criadora, processo em que participam todos os protagonistas e se transformam ideias, comportamentos e concepções de mundo.

Os estudos da escrita digital, das mídias contemporâneas e acima de tudo do mundo internautico apontam para uma redescoberta do papel da autoria no processo de interação, seja ela corpo a corpo na realidade contemporânea, seja ela digital na realidade virtual. O repórter permanece o autor-mediador que, não importa o meio de comunicação, cria condições de um ambiente dialógico semelhante à relação educando-educador. O mundo virtual lhe exige a mediação de significados e dados concretos para produzir panoramas no mínimo coerentes e rigorosos da informação de atualidade e, no máximo, interpretações originais sobre as tendências da contemporaneidade. Se o acontecimento for lido pelos indivíduos que acessam a Internet, estaremos mais expostos ao egocentrismo opinativo ou opinático.

Há, no entanto, uma virtude jornalística daqueles que vão a campo na velha reportagem. Para além da experiência da virtualidade digital, os cinco sentidos de contato enriquecem a relação humana. Quando abstraímos o olfato, o tato e o paladar, praticamos o signo da

difusão, ou seja, distribuímos para o mundo sem fronteiras um olhar e uma escuta enquadrados pelo nosso teto ideológico, nossas formas técnicas e nossa imposição autoritária. A virtude do signo da relação se põe à prova no conflito com o outro, este um ser presencial. O diálogo adquire a complexidade dos múltiplos códigos, na fértil conjugação dos sentidos. E se nos faltar algum deles por uma deficiência física, os demais aguçam a interação humana no encontro ao vivo.

Da virtude natural e da virtualidade digital certamente se origina uma conjugação fértil, pois o criador da assinatura coletiva tanto pode transitar nos caminhos reais da reportagem quanto pode acelerar a consulta e a coleta de informações nas infovias. A complementação sempre foi enriquecedora na história das invenções tecnológicas. Está para surgir a etapa, porém, em que determinada tecnologia elimina a necessidade do contato, da comunicação em lugar da difusão.

Ainda uma vez, volte-se aos laboratórios da formação do jornalista na universidade. Vários obstáculos travam esse processo de interação. Por exemplo, certos pressupostos impedem a descoberta do outro: o comportamento egocêntrico, inerente ao indivíduo que está em seu gabinete ou até mesmo aquele que se desloca para transitar no mundo à volta, estabelece diques entre o Eu e o Tu. Estes, para serem derrubados, exigem experiências de sensibilidade e consciência coletiva. Aí se situam convívios pedagógicos fundamentais provenientes da imersão na cultura e na arte. Em escolas tecnicistas ou com ênfase em tecnologias, não há espaço para o “gesto da arte”, porque se trata do aprendizado de fórmulas e ações mecanizadas. A exposição às obras artísticas (literatura, cinema, música, teatro, artes visuais, fotografia etc.) aguça a solidária sintonia com o povo. A leitura cultural da arte atualiza os desejos coletivos de outra História, abre os poros para as identidades. Essa é uma experiência – Povo e Personagem – que desbloqueia o caminho para a interação social.

Outro obstáculo provém do mundo das ideias e as dogmáticas que se sobrepõem. A imposição de preconceitos, dogmas e paradigmas – cabeça feita – impede a permeabilidade à relação com o outro, com o mundo exterior. Fenômeno corriqueiro no cotidiano jornalístico da pauta pré-concebida. Não há margem para a interação criativa, a curiosidade para descobrir outras verdades, outros modos de ser, nem tampouco para o exercício da criatividade perante a inde-

terminação das situações humanas ou da natureza. Se o profissional maduro se encastela em dogmáticas, o universitário é presa fácil na escolaridade dos tetos ideológicos que o projetam no conforto das certezas. Para reverter esse estado de coisas, são muito úteis laboratórios de epistemologia da complexidade. Tal prática sempre soa como proposta fora do lugar, pois a expectativa tradicional gira em torno de laboratórios técnicos (o *how to do* registrado em manuais). Mas basta selecionar com narrativas complexas por oposição a peças dogmáticas para que o leitor perceba a diferença factual, conceitual e ética dos tratamentos. Um exemplo oportuno: expor um editorial que impõe uma opinião a partir do primeiro parágrafo, em contraposição a outro editorial que pondera e enumera fatos, interrogando em lugar de afirmar posições fechadas.

Para atingir a sutileza das relações complexas, é preciso sacudir a racionalidade esquemática, uma tentação atávica no cotidiano da ação ou na elaboração dos discursos. O maior obstáculo a enfrentar, herdou-se do positivismo que rege as próprias técnicas do jornalismo. Seria possível ficar apenas na construção da notícia e aí estariam estratificados os princípios que Auguste Comte estruturou para a ciência. Mas a incapacidade de lidar com o estado complexo das situações do ser humano e sua relação com a natureza e a sociedade, ou a atrofia da razão esquemática, atravessam as profissões e vêm desaguar no senso comum. Assim, torna-se indispensável o laboratório da inteligência plena – sensibilidade solidária e racionalidade complexa para a ação criadora. A sensibilidade solidária desperta no contato com a arte e no corpo a corpo da reportagem; a racionalidade complexa desconstrói os julgamentos e opiniões reducionistas sobre o Outro; daí resulta uma narrativa da contemporaneidade que articula visões abrangentes sobre o acontecimento social. Ou, se quisermos, uma autoria inovadora de ressonâncias coletivas.

A dialogia enfrenta limites também na troca verbal da entrevista clássica. Este instrumento cotidiano das mediações sociais, exige laboratórios de ensino-aprendizado para que o caráter autoritário da autoria se transforme em diálogo possível. A visão crítica da insuficiência da encenação verbal no encontro/desencontro desmonta as técnicas tradicionais. Os principais desafios: respeito pela polifonia (múltiplas vozes) e pela polissemia (múltiplos significados); a força dos fatos reais e a busca de evidências em detrimento das opiniões

gratuitas, sem fundamento factual ou dados mensuráveis; a linguagem dialógica na interação social criadora que transcende o código linguístico da pergunta e resposta. Assim, desenvolvem-se práticas laboratoriais e estudos bibliográficos que motivam a mudança de concepção de mundo, a mudança de comportamentos e a mudança estética. Seguem os principais eixos epistemológicos que o mediador-autor dialógico enfrenta:

1. A observação encarcerada no analfabetismo afetivo.

Os currículos das escolas de comunicação social insistem na técnica da entrevista, avançam na consciência crítica de seus limites, mas não atentam para a observação no contato direto com a realidade social ou ambiental. Segundo diagnósticos de grande oportunidade para a dialogia, os sentidos que percebem e a inteligência que elabora determinada observação sofrem de atrofia facilmente detectáveis. A teoria do colombiano Luis Carlos Restrepo do analfabetismo afetivo; a teoria do português António Damasio dos estímulos sensitivos; a teoria do brasileiro Henrique Del Nero da racionalidade ética; a proposta que desenvolvo na solidariedade cultural definida como “estar afeito ao outro” têm constituído o campo dos laboratórios pedagógicos há três décadas. Os resultados quanto à superação da atrofia dos sentidos se revelam na autoria de mais de 500 textos registrados nas coleções de narrativas da contemporaneidade, com primazia para a coleção *São Paulo de Perfil* (a partir de 1987, hoje com 27 exemplares) e outros similares organizados em Brasília, Salvador e Mococa, no interior do estado de São Paulo.

2. Ideologia, paradigmas e visão de mundo.

A experiência inter e transdisciplinar de outro projeto de pesquisa iniciado em 1990, que reúne seminários e ensaios de diferentes áreas de conhecimento (série Novo Pacto da Ciência, em que se inclui este volume, o 11^o), tem colhido significativos subsídios no trânsito da crise de paradigmas no saber científico às sabedorias humanas que se manifestam na cultura de modo geral e na arte em particular. É possível recuperar o saber local no âmbito do saber científico? É possível transformar a dogmática ideológica no diálogo com a ciência solidária? Estas questões postas no enfrentamento médico-paciente, por exemplo, repercutem de modo radical nas demais áreas e todas elas se confrontam com a questão: difusão sujeito-objeto ou relação sujeito-sujeito? Dicotomias entre certo e errado ou a complexa coe-

rência de determinado fato em um todo? Genesismo progressivo ou idas e vindas, recorrências, seta do tempo, ciclo do tempo? Um tempo mecânico determinante ou conflito de tempos plurais? Causalidade única para as situações sociais ou inter e multicausalidades? Ou seja, um cardápio desses, sujeito à escuta de outras variáveis tem sido de valor inestimável para a oficina dialógica. Tanto em cursos de graduação como nos de pós-graduação, especialização e seminários de curta duração, uma vez diagnosticados estes desafios transdisciplinares, no mínimo a inquietude se espalha nos grupos. E se o laboratório substitui o auditório ou a sala de aula estáticos, mais efetiva se torna a sacudida ideológica, a perturbação dos paradigmas sedimentados e, nessa couraça, abrem-se poros para outra visão de mundo. O importante da pesquisa interdisciplinar é justamente o fato de se tornar viva e, portanto, presentificado o diálogo. Rompe-se a claustrofobia dos saberes científicos e das sabedorias humanas. Embora a Era Digital favoreça o debate à distância, o Signo da Relação acontece na plenitude dos sentidos no contato presencial.

Por uma estilística narrativa polifônica e polissêmica

Se o ponto de partida não é o formalismo da narrativa dialógica, a visão de mundo, paradigmas e ideologias revisitados criticamente e comportamentos solidários levam à mutação do relato emissor-receptor do difusionismo. Também não são as tecnologias disponíveis que, por si, facilitam as mediações da interação social criadora. Claro, a acessibilidade irrestrita (o que ainda não ocorre) à velocidade sem fronteiras da Internet acrescenta virtualidades às velhas utopias da comunicação social, mas a polifonia e a polissemia provocam, mais do que nunca, a regência autoral. Em se tratando de comunicação coletiva numa sociedade democrática, a competência estilística diz respeito à orquestração de vozes e pluralidade conflitiva de significados. A orquestração da produção simbólica nas narrativas da contemporaneidade exige então a edição de autor, técnica, ética e esteticamente motivada para a dialogia. Considerando o processo da narrativa como um todo, persiste a figura do profissional de campo, justamente aquele que não apenas articula falas (digitais ou não), mas que observa e cria significados ao se sentir afeito àquela realidade observada. Como dispensar essa figura histórica do Repórter, quando se trata de

assinar a aventura coletiva da contemporaneidade?

Virtude cultivada em pesquisa desse regente da polifonia e polissemia é a capacidade de criar, na narrativa, múltiplos narradores. Na estilística contemporânea, cuja matriz teórica provém da narratologia, aprende-se a não confundir autor e narrador: o primeiro, a personalidade real da criação; o segundo, a instância literária de quem conta uma história, apresenta uma situação, fala pela voz dos protagonistas sociais. A assinatura coletiva de um Autor se torna tão mais polifônica e polissêmica se múltiplos e descentralizados narradores a autoria criar. A tradição jornalística consagrou o narrador da terceira pessoa (raramente, o da primeira pessoa do jornalista), como se assim encenasse a neutralidade, imparcialidade ou objetividade da doutrina positivista. Mas, submetido à prova crítica, o relato da atualidade, não importa o suporte tecnológico, acusa em grande parte um autor monológico que conduz a mensagem emissor-receptor, ou melhor, sujeito-objeto. A experiência de criação de narradores pode se inspirar na literatura, em particular no romance contemporâneo, e aqueles que compreenderam essa mutação do autor miraculoso do século XIX, apontam para a visão de mundo do escritor e não para o gratuito formalismo. De fato, a descentralização do autor para os narradores representa, acima de tudo, um esforço democrático – sair do Eu do autor, para entrar nas vozes e nos sentidos dos Outros. E essa democratização do egocentrismo opinativo não nasce pronta, nem com a Internet, nem com o telégrafo, nem com qualquer máquina que o indivíduo possa utilizar.

Faz parte dos desafios das mediações democráticas registrar a cena viva que simbolicamente narra a ação coletiva. O contexto da narrativa da contemporaneidade rege movimentos humanos e não apenas estáticas e partitivas descrições ou esquemática apresentação de dados numéricos. O signo acontece, diria a semióloga portuguesa Maria Tereza Cruz. A mensagem da comunicação social não pode satisfazer-se com um discurso esquálido como uma pirâmide invertida (técnica reducionista da redação jornalística), pois o acontecimento envolve, em sua natureza óbvia, ação. Protagonistas desses movimentos, mediador-autor e receptor universal, regional, tribal ou especializado só se sentirão em estado de comunhão (comunicação) se a narrativa de alguma forma fixar a aventura humana do nascimento à morte. Tal qual a autoria literária, principalmente na ficção de longo

curso (romance), torna-se indispensável saber lidar com a estilística das cenas, bem como saber alterná-las com sinopses informativas, estas sim, com referências estatísticas e outros dados objetivos.

A interação social criadora, fruto da dialogia, descobre sínteses poéticas no lugar de burocráticas partições descritivas. A arte é uma permanente inspiração da síntese expressiva. Eis o “gesto da arte”, indispensável nos laboratórios epistemológicos. A estilística tradicional do Jornalismo, da Ciência e da Tecnologia, do universo empresarial, das instituições ou dos grupos organizados, traz consigo a herança estratificada dos códigos técnico-burocráticos. Porém, há uma aproximação crescente com a Arte, pela perturbação, pelo encantamento e pela intuição reveladora. Físicos e químicos se entregam ao universo artístico; médicos se desdobram na ficção; engenheiros migram para as artes plásticas; multinacionais reconhecem a fragilidade das gramáticas de treinamento e descobrem o lúdico na interação social. No encontro da arte com as técnicas ortodoxas, ocorre uma prazerosa contaminação que abala o positivismo das condutas. Esses casos são muito inspiradores para aqueles que querem atuar na comunicação social. Para uma narrativa autoral que se pretende assinar a saga coletiva, a síntese densa e tensa, que brota da comunhão, expressa atos culminantes de interação social criadora. Assim, reconhecemos e guardamos, na História, narrativas autorais de determinada contemporaneidade.

Ao salientar a intuição sintética, não se alija a racionalidade complexa que se manifesta no rigor das referências, na articulação dos nexos informativos dos acontecimentos contemporâneos. Trata-se agora, não de encenar a ação social, mas de conjugá-la à pesquisa sistemática, ao lastro informativo, do ponto de vista histórico e cultural, bem como colher diagnósticos e prognósticos dos especialistas temáticos. As sinopses que venham a ser produzidas recorrem à racionalidade complexa, disciplinada por aprendizado, capaz de articular nexos conceituais, analíticos. É bom salientar: no âmbito da coleta de informações, aí sim, as tecnologias contemporâneas aceleram e amplificam a pesquisa. A narrativa oscila então entre a cena do acontecer e o mundo das ideias e dos dados objetivos mensuráveis. A razão analítica amplia o desempenho técnico impelida pela experiência sensível do contato, da ida a campo e do fato de estar afeito ao acontecer humano. A ética solidária lubrifica a técnica, que se expressa

numa ação original, a da Autoria da assinatura coletiva.

O diálogo possível envolve uma oficina transgressora no código linguístico. Os padrões oficiais da língua, muito importantes como força centrípeta dos Estados Nacionais, representam, por outro lado, uma fôrma nos discursos técnicos da mediações sociais. As tribos internáuticas, como qualquer outra tribo, rompem com o padrão linguístico à vontade. Mas se partirmos para o extremo das execuções individuais, teremos aí o domínio da força centrífuga, o que constitui uma Babel. Tome-se o exemplo da execução literária e volte-se ao já apontado gesto da arte: na literatura, percebe-se claramente o equilíbrio entre ruptura e aceitação da língua oficial. Fonética (ortografia) e morfologia (a palavra) praticamente permanecem intactas. Algumas ousadias morfológicas que se consagram nos usos ao longo do tempo, como por exemplo a mutação de “vossa mercê” em “você” e até a crase muito ao gosto dos mineiros, “cê”. Já as mudanças ortográficas dependem de longas negociações políticas, como a mais recente, em processo de implantação nos países em que praticam o português como língua oficial. Mas o campo fértil da inovação ou da transgressão é a sintaxe. A literatura mostra essa virtualidade na fala das personagens. Ora, pergunta-se aqui porque os protagonistas sociais que comparecem à dialogia na cena viva contemporânea não são representados nas ricas execuções da oratura? “Modo de ser, mo’dizer”, título de minha tese de doutorado (1986), experimentava essa descentralização sintática entre autor, narradores e protagonistas nas histórias de vida que elegi para compreender o bairro de Higienópolis em São Paulo, capital. Ao mesmo tempo trazia para o laboratório do Diálogo Social, na academia, o mural de escritores de sete países (Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Cabo Verde, Portugal e Brasil) para motivar a curiosidade sócio-estética das sintaxes culturais. Muitos autores se deliciam com essa curiosidade que leva a uma dialogia muito especial – cultivada por povos e personagens que há séculos tecem uma intertextualidade pré-Internet.

Por tudo isso, a relação sujeito-sujeito não só atravessa continentes como transcende os dados mensuráveis da realidade para mergulhar nos Imaginários. Pesquisadores da linhagem de Gilbert Durand se lançam aos estudos do imaginário (como, por exemplo, um grupo de pesquisa da Faculdade de Comunicação da Uni-

versidade de São Paulo). Ana Taís Portanova Barros, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao defender seu doutorado na USP, já publicado em livro, praticou uma ruptura da técnica jornalística que passa ao largo do imaginário. O trabalho empírico narra a saga das camelôs de Porto Alegre não pelo “regime diurno” da razão positiva, mas interagiu com o regime noturno onde se acolhem sentidos humanos fundamentais da experiência cotidiana. Ao sair do domínio burocrático dos relatos, os produtores perdem o pé e estão sujeitos à epifania do mistério e da incerteza. Embora conceitualmente haja uma base sólida dos estudos do imaginário, transpor essa bagagem da antropologia, da educação e da comunicação para a prática dialógica vai a distância do voo sem rede de proteção. Autores como Ana Taís enfrentam o risco.

Como resumir racionalmente o grande e movediço terreno do mistério e da incerteza no imaginário coletivo e sua representação na estilística do Autor? Nenhuma garantia técnica, nenhuma tecnologia, nenhuma intenção política resguarda a busca eticamente solidária da assinatura coletiva. Mas estudar com engenho e arte esse processo na oficina pedagógica de cinco décadas tem sido altamente compensador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikahil. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1977.

BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo, Perspectiva, 1982.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. *Sob o nome de real, imaginários no jornalismo e no cotidiano*. Porto Alegre, Armazém Digital, 2008.

CRUZ, Maria Teresa. *A estética da recepção e a crítica da razão impura*, in : Revista de Comunicação e Linguagens. Lisboa, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, junho de 1986.

DAMÁSIO, António. *O erro de Descartes, emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

DEL NERO, Henrique Schützer. *O sítio da mente, pensamento, emoção e vontade no cérebro humano*. São Paulo, Collegium Cognito, 2002.

DURAND, Gilbert. *Introduction à la mythologie: mythes et sociétés*. Paris, Albin Michel, 1996.

MEDINA, Cremilda. *O signo da relação, comunicação e pedagogia dos afetos*, São Paulo, Paulus, 2006; *Ciência e Jornalismo, da herança positivista ao diálogo dos afetos*, São Paulo, Summus Editorial, 2008; *Entrevista, o diálogo possível*. São Paulo, Ática, 2008, 5ª edição; *Povo e Personagem*, Canoas, Edições Ulbra, 1996; *Profissão jornalista, responsabilidade social*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

RESTREPO, Luis Carlos. *O direito à ternura*. Petrópolis, Editora Vozes, 1996.

Título	Liberdade de Expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas
Organizadora	Cremilda Medina
Editora Executiva	Leonor Amarante
Colaboradora Editorial	Ana Candida Vespucci
Assistente de redação	Márcia Ferraz
Produtor	Henrique de Araújo
Diagramação e Projeto Gráfico	Paulo James Woodward
Revisão - Estagiário	Adriano Takeshi Miyasato
Formato	16 x 23 cm
Tipologia	Caslon Pro
Papel	90g/m ² Offset
Número de páginas	160
Tiragem	600
CTP, impressão e acabamento	Gráfica Newscomp Ltda.

Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page.



FUNDAÇÃO
MEMORIAL

www.memorial.sp.gov.br

